



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPG-Pol - UFSCar**

**FIDEL TERCENIANO**

**DEMOCRACIA ELEITORAL E O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS  
NA ESTRUTURAÇÃO DO VOTO - UM CASO AFRICANO:  
MOÇAMBIQUE (1994-2014)**

São Carlos, 2020



**FIDEL TERCENIANO**

**DEMOCRACIA ELEITORAL E O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS  
NA ESTRUTURAÇÃO DO VOTO - UM CASO AFRICANO:  
MOÇAMBIQUE (1994-2014)**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política – PPGPol – da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em Ciência Política.

**Orientadora:** Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

**Financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

São Carlos  
Universidade Federal de São Carlos  
2020

TERENCIANO, Fidel

DEMOCRACIA ELEITORAL E O PAPEL DOS PARTIDOS  
POLÍTICOS NA ESTRUTURAÇÃO DO VOTO - UM CASO AFRICANO:  
MOÇAMBIQUE (1994-2014) / Fidel TERENCIANO. -- 2020.  
187 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos,  
São Carlos

Orientador: Profa Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

Banca examinadora: Profa Dra. Maria do Socorro Sousa Braga; Prof Dr.  
Carlos Augusto da Silva Souza; Prof Dr. Gabriel Avila Casalecchi; Prof Dr.  
Jose Jaime Macuane; Profa Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Bibliografia

1. Partidos Politicos. 2. Eleições. 3. Moçambique . I. Orientador. II.  
Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

---

## Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Fidel Terenciano, realizada em 10/03/2020:

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga  
UFSCar

---

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza  
UFPA

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi  
UFSCar

Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy  
UFSCar

Prof. Dr. José Jaime Macuane  
UEM

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Carlos Augusto da Silva Souza, José Jaime Macuane e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

## DEDICATÓRIA

Sempre, por vocês...

**Mãe e Mano Deva** (*In memoriam*)

### *Para Sempre*

Por que Deus permite  
que as mães vão-se embora?

Mãe não tem limite,  
é tempo sem hora,  
luz que não apaga  
quando sopra o vento  
e chuva desaba,  
veludo escondido  
na pele enrugada,  
água pura, ar puro,  
puro pensamento.

Morrer acontece  
com o que é breve e passa  
sem deixar vestígio.

Mãe, na sua graça,  
é eternidade.

(...)

Mãe não morre nunca,  
mãe ficará sempre  
junto de seu filho  
e ele, velho embora,  
será pequenino  
feito grão de milho.

(Carlos Drummond de Andrade)

## AGRADECIMENTOS

Sempre me foi dito, que o processo de produção e desenvolvimento académico é multifacetado, e segue-lhe várias nuances da vida, das quais: mortes, doenças, desesperos, solidão, problemas sociais e outras situações constantes na vida. Nisso, a produção desta tese também teve vários momentos e etapas, muitas delas positivas e consideráveis situações negativas, que incluíram a perda da minha mãe e do meu eterno e único irmão da mesma barriga. Estes dois momentos foram terrivelmente difíceis, e cheguei a tomar a decisão de que desistir do curso e não finalizar a tese era a melhor saída.

*Como sempre, temos um ser, alguém e pessoas que nos dão força e nos erguem! A estes que devo agradecer.*

Sobre tudo e acima de tudo, quero agradecer de forma sincera, humilde e real, o Deus, todo-poderoso, ELE EXISTE SIM. Ele que me deu forças e oportunidades de estudar até este nível. Ao Deus vivo, que com fé, creio na sua existência real, e tem me ensinado a prática de boas acções para o bem da comunidade, quiçá académica.

Primeiramente, quero agradecer de uma forma especial e singela, a minha Esposa Tânia Muriezai Terenciano, que ao longo deste período de culminação do curso, me suportou e deu-me total atenção nestes anos de formação. Lembro-me como ontem, quando começamos a construir nossa família, pouco antes da minha qualificação, e sei o quão hoje, você já cansou de falar desta tese. Eu acredito, que pelo menos sou orgulho de ti, e este trabalho é directamente proporcional aos frutos que você tem-me dado dia após dia. Tânia, obrigadíssimo pelas dicas, sugestões, e pelo fato de ajudar com as principais correcções da tese e da vida, e por estar ao meu lado nesta caminhada. ESTAMOS JUNTOS E NO AMOR.

Um dos pilares da vida é ter pais e pessoas que te guiam, sejam eles pais biológicos ou não. Eu tenho a sorte de ter o pai Terenciano Lauia. Pai Biológico e que tenho orgulho dele em todos sentidos. Uma das pessoas que lutou bastante para que não parasse de me formar e só parar no PhD. Ola amável mãe. A forte mãe. A Pujante mãe, Ana Rosa, porque partiu? Porque deverias neste momento da minha vida, e do meu crescimento profissional, abandonar-me? Aconteceu. Tenho te para sempre e sei que me seguras em vários momentos da minha vida. OBRIGADO. KIHOUCHUKURO. Escrevo este parágrafo com lágrimas, de um filho que a mãe não verá a erguer o diploma de Doutor. Mas tenho tem com amor. Lembro me como se fosse ontem, as inúmeras vezes que acordou me com a frase bem simples: professor? Eu já vou no serviço (*aprofessori mi kihorwa untekoni*). Estas palavras estarão marcadas para sempre na minha vida. A minha madrastra Tima (sempre com a sua questão central: papa, esta Escola acaba quando?).

Doravante, agradeço firmemente os meus pais, Muriezai e mãe Lúcia, são inspiradores e gente firme. Sogros que me receberam como filho e fazem de tudo para que o meu crescimento profissional seja uma realidade. Deus tirou de mim, uma mãe, Ana Rosa, mas ganhei uma mãe concreta e dedicada, preocupada com a minha caminhada. Vocês são um adágio a seguir. Obrigado por tudo, e pelo fato de Deus vos colocado no meu caminho, junto a vossa filha.

Aos meus padrinhos (Inocência e Gilda). Padrinhos que ganhei pelo meu crescimento enquanto homem na sociedade. Obrigado pelo vosso suporte, e pelo vosso apoio contínuo.

Pelo financiamento da pesquisa e de toda minha formação do Mestrado e Doutorado, até a defesa da Tese, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo amparo e apoio constante, para a concretização deste objectivo conjunto (institucional e pessoal). Sem a bolsa de estudo, que muitas das vezes, o 5º dia útil de cada mês, constituía per si uma eternidade, poderia ter tido

enormes dificuldades de chegar ao fim desta etapa de estudo. Bem haja este envolvimento das instituições de amparo a pesquisa.

Um extenso agradecimento vai para os professores e funcionários altamente qualificados e competentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, com atenção especial a Professora Dra. Simone Dinis, Professor Dr. Pedro Floriano e ao Professor Dr. Eduardo Noronha. Vocês são modelo de ser acadêmico e pessoas com civismo dentro do PPG-Pol. Muito Obrigado pelos vossos ensinamentos. Não menos importante, agradeço ao secretário Raphael e Olímpio, super amigos, respeitosos, e prestativos, para prontamente atenderem e auxiliarem a resolver os problemas dos estudantes.

Ao Rapha, sua sutileza respeitando a diferença e multiculturalidade, fizeram de si, uma pessoa que guardo melhores recordações. Agradeço a ajuda e o fato de aceitarem para fazerem parte da minha banca de defesa, o Professor Macuane, de Moçambique, o professor Carlos, da UFPA, o Professor Gabriel, UFSCAR, ao Professor Bruno Speck, USP, e a todos professores que directa ou indirectamente contribuíram no meu percurso académico, tanto na graduação, Mestrado e Doutorado.

Com carinho e zelo, agradeço a Professora *Maria do Socorro Sousa Braga*. Uma excelente profissional, humilde e que procurou de todas formas me motivar para desenvolver uma excelente tese e um bom doutorado. Foi uma pessoa gentil desde o primeiro momento, e lembro me das dicas constantes que sempre foi dando, para que tivesse um excelente percurso na caminhada para a tese Doutoral. Sua simplicidade e atenção contínua, são esplendor. Professora, a cada semestre, aprendi que o conhecimento deve ser compartilhado em grupos (NEPLLA, obrigado a todos). Pois apartir destes grupos, podemos colher mais detalhes e mais informações para consolidar os nossos conhecimentos sobre os amplos debates que têm sido desenvolvidos sobre cada temática chave. Admiro a sua persistência, como minha Orientadora e como individuo. Muito Obrigado para sempre.



Aos sinceros agradecimentos, para o Governador Júlio Parruque, excelente pessoa e acreditou sempre em mim; Ao antigo Presidente do Município de Pemba, o Tagir e ao Administrador do distrito de Palma Eng<sup>a</sup>. Ntauali, que deu-me espaço de crescer enquanto investigador de estudos políticos e eleitorais em Pemba. Especial agradecimento a Mamã Aida (...) Uma pessoa do bem, com amor puro de cristo, e desde cedo, acreditou em mim, e deu a confiança de segurar o processo de institucionalização de uma instituição de ensino (UNIÍRIS) na provincia que me viu nascer (Cabo Delgado - Moçambique). Disso, seguem se pessoas que guardo lhes enorme respeito e agradecimento contínuo, dos quais, meus irmãos Jeff, Hélder, Toby, Anésio, Leo, Edy, Richa, as minhas irmãs Rita, Fely, Anésia, Ancha, Gracinda, Angelina e todos primos e primas que as tenho no coração. Meu tio Luís, Chafim, Daniel, Paulino e minhas tias Matilde, Lizete. Os meus amigos, Zito, Loiola, Natha, Acrísio, Bitones, Old, Nando, foram e são um modelo de ser a seguir. Digo vós em verdade, sem vocês e todos outros amigos e que acreditam em mim, jamais seria este mano Fidel que todos vocês conhecem. *Kihochukuro!*

Aos meus amigos para sempre, Achirafi, Bacar e Robath, que sei, onde estão, sempre torcem por mim, mesmo que ausentes. Sei que vocês vêm acompanhando a minha caminhada desde a Licenciatura. Ora, devo agradecer também aos meus amigos e família do Brasil, Bié, mano Rubens, mano Cláudio, mano Cornélio, mano Edu, ó mano Princidónio, e ao professor Edir Veiga, que foram super determinantes nesta etapa da minha vida. Fazer e finalizar o doutorado sem vosso apoio, seria per si um martírio. Obrigado sincero e espero que um dia, voltaremos a cruzar os nossos caminhos e possamos juntos partilhar atitudes e ideias positivas.

***Ah, muito obrigado, mas muito obrigado pela atenção de todos e ajuda que cada um de vocês litados ou não nesta tese, deram para a finalização da TESE.***

\*

**OBRIGADO!**

\*\*

**KIHOCHUKURO!**

\*\*\*

**ASSANTE!**

**ESTAMOS JUNTOS SEMPRE...**



A democracia Moçambicana reveste-se de partidos e eleitores. E entre si, se estruturam rumo a uma democracia eleitoral em Desenvolvimento. Se eles deixam de apoiar-se mutuamente, caminhamos irreversivelmente para uma democracia mutilada.

*O autor (2017).*

## RESUMO

Esta tese faz parte do leque dos estudos recentes do desenvolvimento político e eleitoral da África (desde 2000), e procura evidenciar a relação simultânea entre o papel dos partidos políticos e dos eleitores na estruturação de uma democracia eleitoral. Foi neste contexto que esta tese tem como objectivo analisar o papel dos partidos políticos na estruturação do voto em Moçambique. A partir da utilização de uma metodologia que complementa a abordagem histórico-institucional e da cultura política, com o uso de dados eleitorais oficiais, o argumento principal da tese, evidenciam que há uma tendência dos partidos políticos em Moçambique, após 20 anos da implementação da democracia, estruturarem o voto, por meio de suas zonas de domínio e pertença. Destaca se o fato de, nestas zonas (a. Gaza, Cabo Delgado, Maputo; b. Nampula, Sofala, Zambézia), desde o período da guerra civil, sempre foram favoráveis ao governo da Frelimo e a Renamo, respectivamente. Doravante, apesar de uma notoriedade em termos de estrutura do voto em Moçambique, ocorre inversamente uma tendência da estabilidade dos níveis de abstenção crescer de eleição à eleição em quase todas zonas de Moçambique, apesar do aumento do investimento em programas de desenvolvimento socioeconómico, como políticas públicas de educação, saúde, melhorias do IDH e PIB, não reflectiu na mesma proporcionalidade com o aumento do engajamento político e eleitoral.

**Palavras-Chave:** Partidos Políticos; Eleitores; Democracia; Moçambique

## ABSTRACT

This thesis is part of the range of recent studies of political and electoral development in Africa (since 2000), and seeks to highlight the simultaneous relationship between the role of political parties and voters in structuring an electoral democracy. It was in this context that this thesis aims to analyze the role of political parties in structuring the vote in Mozambique. Starting from the use of a methodology that complements the historical-institutional approach and the political culture, with the use of official electoral data, the most important results of the thesis, show that there is a tendency for political parties in Mozambique, after 20 years of the implementation of the democracy, structure the vote, through their areas of dominance and belonging. It is noteworthy that, in these areas (a. Gaza, Cabo Delgado, Maputo; b. Nampula, Sofala, Zambézia), since the period of the civil war, they have always been in favor of the Frelimo government and Renamo, respectively. Henceforth, despite a notoriety in terms of the structure of voting in Mozambique, there is an inverse tendency for the stability of abstention levels to grow from election to election in almost all areas of Mozambique, despite the increase in investment in socio-economic development programs, as public policies on education, health, improvements in HDI and GDP, did not reflect in the same proportionality with the increase in political and electoral engagement.

**Key word:** Political Parties; Electors; Democracy; Mozambique

## RESUMEN

Esta tesis es parte del rango de estudios recientes sobre desarrollo político y electoral en África (desde 2000), y busca resaltar la relación simultánea entre el papel de los partidos políticos y los votantes en la estructuración de una democracia electoral. Fue en este contexto que esta tesis tiene como objetivo analizar el papel de los partidos políticos en la estructuración del voto en Mozambique. Partiendo del uso de una metodología que complementa el enfoque histórico-institucional y la cultura política, con el uso de datos electorales oficiales, los resultados más importantes de la tesis, muestran que existe una tendencia para los partidos políticos en Mozambique, después de 20 años de la implementación de la democracia, estructurar el voto, a través de sus áreas de dominio y pertenencia. Es de destacar que, en estas áreas (a. Gaza, Cabo Delgado, Maputo; b. Nampula, Sofala, Zambézia), desde el período de la guerra civil, siempre han estado a favor del gobierno de Frelimo y Renamo, respectivamente. En adelante, a pesar de la notoriedad en términos de la estructura de votación en Mozambique, existe una tendencia inversa a que la estabilidad de los niveles de abstención crezca de una elección a otra en casi todas las áreas de Mozambique, a pesar del aumento de la inversión en programas de desarrollo socioeconómico, Como las políticas públicas sobre educación, salud, mejoras en el IDH y el PIB, no se reflejaron en la misma proporcionalidad con el aumento de la participación política y electoral.

**Palabra clave:** Partidos políticos; Votantes; Democracia; Mozambique

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desempenho Eleitoral nas eleições Presidenciais de Moçambique (1994-2014) .....	4
Tabela 2 – Desempenho Eleitoral dos partidos nas eleições Legislativas de Moçambique (1994-2014) .....	5
Tabela 2 – Desempenho Eleitoral nas eleições Presidenciais de Moçambique (1994-2014) .....	5
Tabela 3 – Resultados das eleições presidenciais post democratização - 1994.....	48
Tabela 4 – Resultados das eleições legislativas post democratização - 1994.....	48
Tabela 5 – Número de Eleitores e a Magnitude Eleitoral em Moçambique (1994-2014) .....	56
Tabela 6 – Mesa de votação não incluídas no Resultado Final das eleições gerais de 2004 em Moçambique.....	59
Tabela 7 – Resultados das Eleições Presidenciais em Moçambique (1994-2014) .....	79
Tabela 8 – Resultados das Eleições Legislativas em Moçambique (1994-2014).....	81
Tabela 9 – Volatilidade nas Eleições Presidenciais e Legislativas em 30 países da Africa (1995-2015).....	84
Tabela 10 – Volatilidade Eleitoral nas Eleições legislativas em Moçambique (1994-2014) .....	85
Tabela 11 – Variação média entre Participação x Abstenção nas eleições gerais em Moçambique (1994 à 2014) .....	90
Tabela 12 – Relação entre Condições socioeconómicas x Participação Eleitoral em Moçambique (1994-2019) .....	92
Tabela 13 – Preferências Eleitorais das principais Etnias de Moçambique (1994-2014) .....	103
Tabela 14 – Zonas de controle da Renamo e o seu desempenho eleitoral (1994-2014) .....	107
Tabela 15 – Indicadores sócio-económicas de Moçambique nas 1 <sup>as</sup> Eleições de 1994 .....	112
Tabela 16 – Estrutura sócio-económicas de Moçambique nas Eleições de 2004.....	114
Tabela 17 – (%) Média das Condições socioeconómicas ao nível das Províncias de Moçambique .....	116
Tabela 18 – Institucionalização Partidária em 3 Países Africanos (1990-2014).....	119
Tabela 19 – Identificação partidária dos Eleitores em Moçambique (2002-2015).....	120
Tabela 20 – Resultados das Eleições Legislativas em cada Província de Moçambique (1990-2014).....	129

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição da Poliarquia e o processo Decisório .....	21
Quadro 2 – Sistema Eleitoral de Moçambique (até 2014).....	57
Quadro 3 – Tipo Idela e Modelo do Sistema Partidário de Moçambique .....	62
Quadro 4 – Estrutura da Composição do Governo em Moçambique (1994-2014) .....	65
Quadro 5 – Princípios Estruturais dos Principais Partidos de Moçambique (1999-2014) .....	135



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação nas Eleições Gerais em Moçambique (1994-2014) .....	91
Gráfico 2: Relação entre Educação e Participação Eleitoral em Moçambique (1994-2014) .....	94
Gráfico 3: Comportamento do PIB, Índice de Pobreza Urbana e Participação Eleitoral em Moçambique (1994/5-2014/15) .....	123
Gráfico 3: Apoio à Democracia – Moçambique (2002-2015).....	127

## BREVIATURAS

<b>ANC</b>	African National Congress
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>COMECON</b>	Conselho para Assistência Económica Mútua
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FRELIMO</b>	Movimento Frente de Libertação de Moçambique
<b>Frelimo</b>	Partido Frente de Libertação de Moçambique
<b>IDEA</b>	Institute for Democracy and Electoral Assistance
<b>IESE</b>	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
<b>MANU</b>	Mozambique African National Union
<b>MDM</b>	Movimento Democrático de Moçambique
<b>OJM</b>	Organização da Juventude de Moçambique
<b>OMM</b>	Organização da Mulher Moçambicana
<b>ONP</b>	Organização Nacional dos Professores
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONUMOZ</b>	Operação das Nações Unidas em Moçambique
<b>PDD</b>	Partido para Democracia e Desenvolvimento
<b>PERPU</b>	Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>RENAMO</b>	Movimento Resistência Nacional Moçambicana
<b>Renamo</b>	Partido Resistência Nacional Moçambicana
<b>SADC</b>	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
<b>STAE</b>	Secretariado Técnico de Administração Eleitoral
<b>UD</b>	União Democrática
<b>UDENAMI</b>	União Democrática Nacional de Moçambique

**UNAMI**

União Nacional Africana de Moçambique Independente

**UNICEF**

Fundo das Nações Unidas para a Infância

**URSS**

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **SIGLAS**

<b>GdM</b>	Governo de Moçambique
<b>ODM</b>	Organizações Democráticas de Massa
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PQG</b>	Plano Quinquenal do Governo
<b>RENAMO-UE</b>	Resistência Nacional de Moçambique – União Eleitoral

# SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	III
AGRADECIMENTOS .....	IV
RESUMO .....	X
ABSTRACT .....	XI
RESUMEN .....	XII
LISTA DE TABELAS .....	XIII
LISTA DE QUADROS .....	XIV
LISTA DE GRÁFICOS.....	XV
BREVIATURAS.....	XVI
SIGLAS .....	XVIII
1. APRESENTAÇÃO .....	1
1. Objetivos da pesquisa .....	8
1.1 Questões de Investigação.....	9
1.2 Hipótese, Argumentos e Objetivos da Investigação.....	9
CAPÍTULO I. ....	14
MARCO TEÓRICO: INSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA, PARTIDOS E PREFERÊNCIAS ELEITORAIS .....	14
1. Introdução .....	14
1.1. Novo institucionalismo (algumas considerações).....	16
1.2. DEMOCRACIA (Escopo e Tipologia).....	18
1.3. Representação Política e Democracia.....	22
1.3.1. Partidos Políticos na Democracia.....	23
1.4. Atuação dos Partidos e Estrutura da Competição Política.....	25
1.5. Partidos e Estrutura das Preferências Eleitorais.....	26
CAPÍTULO II. ....	29
CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E INSTITUCIONAL DE MOÇAMBIQUE (1975-2014) .....	29
2.1 Apresentação .....	29
a. Nota Metodológica .....	37

1.2 História Social e Política de Moçambique .....	38
a. Da Guerra Civil ao Processo de Transição Democrática de Moçambique .....	46
1.2 Acordo Geral da Paz e as Eleições Fundadoras .....	49
Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique – 1994 à 2019.....	58
a. Conclusões parciais .....	72
<b>PARTIDOS POLÍTICOS, ESTRUTURA SOCIAL E VOLATILIDADE ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>75</b>
3.1. Nota Introdutória .....	75
Método e Seleção de Dados.....	76
<b>PARTIDOS E ESTRUTURA DO SISTEMA PARTIDÁRIO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>80</b>
3.2.1. Sistema Partidário e volatilidade eleitoral em Moçambique (1994-2014) .....	81
3.2.2. Análise dos Padrões de Ampliação ou Concentração da Competição Territorial e da Volatilidade Eleitoral em Moçambique .....	89
3.2.3.1. Participação Política-Eleitoral em Moçambique.....	92
3.4. Condições Socioeconómicas e sua Influência na Estrutura do Voto em Moçambique .....	117
3.4.1. Institucionalização e Identificação partidária em Moçambique .....	125
3.4.2. Considerações Finais .....	128
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>130</b>
<b>ESTRUTURA SOCIO-INSTITUCIONAL DA ORGANIZAÇÃO PARTIDARIA DE MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>130</b>
4.1. Notas Introdutórias.....	130
4.2. Estrutura Institucionais dos Partidos Políticos.....	131
4.3. Estrutura e Organização de Partidos Políticos em Moçambique .....	139
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>146</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>153</b>

# 1. APRESENTAÇÃO

Os partidos, as instituições e os eleitores criam e sustentam qualquer tipo e estágio da democracia, e por via disso, as escolhas que os atores políticos fazem inicialmente em seguir os procedimentos democráticos por razões puramente pragmáticas, ao passar do tempo, podem apoiar esses procedimentos, principalmente se eles encontrarem nestas regras, um espaço útil de satisfação dos seus objetivos.

## I

Os estudos e análise da política e dos partidos nos países africanos, começaram como parte dos estudos sobre o desenvolvimento político que surgiram durante a década de 1950 e, especialmente a década de 1960s. Apesar de tais estudos frequentemente anularem o papel das instituições políticas, eles reconhecem os partidos políticos como organismos que desempenham um papel importante tanto em termos de manifestações e instrumentos de desenvolvimento da política como um todo, assim como organismos colectivos que auxiliam a estrutura funcional dos governos na Africa.

Os estudos produzidos sobre o assunto e as diversas investigações sobre processos de mudanças políticas nos países em desenvolvimento, tal como Moçambique, Angola, Africa do Sul e outros, e na base das construções teóricas de Huntington (1968: 401), é possível enfatizar que os partidos políticos podem desempenhar um papel chave na integração dos diversos sectores da sociedade e criar um sistema partidário eficaz capaz de estruturar a participação de novos grupos na política.

Autores como La Palombara e Weiner (1966) que tiveram a missão de criar uma tipologia de sistemas partidários a partir da distinção dos sistemas competitivos e não competitivos, também contribuíram significativamente para os estudos dos países africanos. Estes, por sua vez, foram classificados dependendo se houve alternância no

poder ou se surgiram evidências de sistemas partidários hegemónicos. A tendência para o estabelecimento de sociedades políticas africanas dominadas por sistemas partidários não competitivos foi observada por Coleman e Rosberg, que distinguiram sistemas controlados por partidos que exibem uma tendência revolucionária-centralizadora e aqueles com uma atitude mais pragmática-pluralista (Coleman e Rosberg, 1966: 6). Ao nosso ver, a primeira forma, mais se adequa a Moçambique.

Para aprofundar ainda mais a compreensão dos partidos políticos em regimes de partido Único, estudiosos como Zolberg (1966) analisou sub-regiões específicas do continente Africano e chegou a teses segundo as quais, os partidos desde os anos 1960 e o início da década de 80, tinham uma preocupação comum, não tanto com o progresso democrático, mas com seu desenvolvimento político e criação e estabelecimento de uma identidade política e partidária. Assim, no entender de Zolberg (op. cit), os estados de partido único e militares que estavam se enraizando na África foram vistos por alguns como opções legítimas, pois pareciam ser a maneira mais segura de promover rápido desenvolvimento económico e integração nacional dos países.

Os estudos da política e dos partidos africanos não foram guiados por teorias sobre as democracias do ocidente. Seguiu-se uma nova e recente onda de estudos sobre partidos africanos, que procurou marcar uma ruptura com estes estudos. As reformas da década de 1990 que postulam a centralidade da democracia como valor e objetivo per si, é algo que não pode ser negado, visto que, em diversos países o período posterior à II Guerra Mundial, foi o auge de diferentes teorias sobre o desenvolvimento político dos países. Assim, as antigas colónias passaram a ser percebidas por meio de uma nova perspectiva, que é a modernização política, a qual levaria esses países para uma etapa posterior de desenvolvimento social e aumento contínuo do engajamento político dos cidadãos.

Desde o processo de transição até as reformas multipartidárias, notou se uma descontinuidade significativa na vida política do continente e nos estudos dessas



realidades. Isto é, os partidos emergentes e os sistemas partidários da África fazem parte dessa tendência mais ampla dos estudos sobre a dinâmica contextual dos partidos políticos na África (veja, por exemplo, Coleman, 1971: 74; Huntington, 1968: 12; Trabalhos comparativos desse tipo incluem, por exemplo, Bratton-van de Walle, 1997; Nohlen et al., 1999; Lindberg. 2005; Bratton, 2001).

## II

Desde os anos 1990 dezenas de democracias formais foram instituídas, e os atores internacionais (Organizações das Nações Unidas, Banco Mundial e outros) confiaram nas eleições como um caminho para a democratização e orientação dos processos de reconstituição de estados pós-conflito. Isso veio a se confirmar, quando, em cada parte do mundo, as eleições serviam como ponto de partida da democratização e esforço em reconstituir o Estado, em países da África e América Latina.

O que se verifica é que em muitos desses casos, os principais candidatos políticos incluem os líderes de grupos armados ou os recentemente convertidos a governantes. E nestas sociedades, tal como de Moçambique e outras, o significado dos partidos políticos é considerado a condição *sine qua non* da democracia representativa. Essa é a razão pela qual a democracia depende da existência de partidos políticos que concorrem entre si comprometidos com a democracia política. Na dimensão ideal, esperava-se que os partidos representassem os interesses dos representados para moldar o estado e procurar várias formas de responder os valores e interesses de seus constituintes. Todavia, em Moçambique, os principais partidos (Frelimo e Renamo) representam ex-adversários militares em conflitos, o que intensifica o papel enquanto actores políticos ao longo do tempo e foi aumentando a competição política entre si, apesar de até recentemente a Frelimo continuava hegemónica.

A história da democracia multipartidária em Moçambique começou a partir de 1990, quando a Assembleia Popular aprovou a nova Constituição da República, que

mudou o sistema político de partido único escolhido pela elite da FRELIMO (1975-1990), para um sistema multipartidário e que coincide com a existência de condições para pôr fim à guerra civil de (1976-1992), cujo apogeu foi à assinatura do Acordo Geral de Paz na cidade Italiana de Roma em 1992<sup>1</sup>, e que permitiu a criação de novas regras institucionais, que permitissem a formação de novas agremiações políticas e a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994.

A partir desta nova configuração foram realizadas 10 eleições das quais 5 foram para Executivo e Legislativo – (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) e 5 municipais – (1998, 2003, 2008, 2013 e 2018). Desde as primeiras eleições de 1994, o Partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), foi o vencedor em todas as eleições presidenciais e também conquistou, a maioria das vagas disponíveis no parlamento Moçambicano, conforme mostram as tabelas 1 e 2.

**Tabela 1: Desempenho Eleitoral nas eleições Presidenciais de Moçambique (1994-2014)**

	1994		1999		2004		2009		2014	
	Candidatos	%	Candidatos	%	Candidatos	%	Candidatos	%	Candidatos	%
<b>Frelimo</b>	Joaquim	<b>53.3</b>	Joaquim	<b>52.3</b>	Armando	<b>63.6</b>	Armando	<b>75.1</b>	Filipe	57
	Chissano		Chissano		Guebuza		Guebuza		Nyusi	
<b>Renamo</b>	Afonso	<b>33.7</b>	Afonso	<b>47.7</b>	Afonso	<b>31.7</b>	Afonso	<b>16.4</b>	Afonso	36.6
<b>UE</b>	Dhlakama		Dhlakama		Dhlakama		Dhlakama		Dhlakama	
<b>Outros Partidos</b>	=	<b>14%</b>	=	=	=	<b>4.7</b>	=	<b>8.59</b>	=	6.4
<b>Total</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>		<b>100</b>		100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

<sup>1</sup> O Acordo Geral de Paz de Roma foi um acordo entre o partido-Estado (FRELIMO) e a RENAMO (movimento rebelde). Este acordo foi assinado em Roma - Italiana, no dia 4 de outubro de 1992.

**Tabela 2:** Desempenho eleitoral dos partidos nas Eleições Legislativas de Moçambique (1994-2014)

		1994		1999		2004		2009		2014	
		Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo	Frelimo	Renamo
<b>NORTE</b>	Cabo Delgado	45%	18%	39%	17%	15%	5%	21%	9%	31%	6%
	Niassa	36%	25%	23%	27%	18%	4%	28%	5%	19%	15%
	Nampula	22%	35%	20%	22%	11%	9%	21%	9%	15%	15%
<b>CENTRO</b>	Zambézia	22%	37%	14%	31%	8%	11%	15%	11%	12%	15%
	Tete	22%	40%	21%	27%	39%	11%	44%	5%	22%	21%
	Sofala	10%	55%	10%	35%	9%	22%	21%	10%	15%	20%
	Manica	20%	42%	20%	35%	15%	15%	28%	10%	22%	21%
<b>SUL</b>	Inhambane	45%	9%	33%	11%	20%	3%	35%	3%	35%	7%
	Gaza	65%	7%	62%	6%	42%	2%	57%	1%	56%	2%
	M. Província	35%	3%	59%	7%	29%	3%	39	3%	36%	9%
	M. Cidade	64%	7%	60%	10%	31%	5%	39%	3%	37%	12%
<b>Total</b>		<b>31%</b>	<b>28%</b>	<b>33%</b>	<b>21%</b>	<b>22%</b>	<b>8%</b>	<b>32%</b>	<b>6%</b>	<b>27%</b>	<b>13%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Entretanto, na medida em que os processos eleitorais vão correndo sequencialmente, cada vez mais os partidos Frelimo e Resistência Nacional de Moçambicana (Renamo) procuram criar estratégias para aumentar a fidelidade eleitoral das suas bases de apoio eleitoral, consequencialmente, conforme veremos mais adiante foram identificadas duas tendências: primeiro, intervalos e continuidades da competição política que procuram redesenharem o sistema partidário, o que permite a instabilidade da competição política-eleitoral; segundo, há um crescimento cada vez maior dos partidos não relevantes ou não efectivos, fenómeno associado ao alto realinhamento, volatilidade eleitoral e fraca estruturação das preferências partidárias do eleitorado Moçambicano, medido na base das altas taxas de abstenção eleitoral, que visivelmente vem crescendo de eleição a eleição (BRITO, 2007; FORQUILHA, 2013; TERCENIANO, 2015 e outros).

Assim, enquanto nos intervalos de Cinco em Cinco anos as eleições vão decorrendo (1994, 1999, 2004, 2009, 2014), o eleitor teve de fato que seguir e se ajustar aos novos cenários que se configuravam não apenas por dois partidos competindo entre si, mas pelo quase abandono da participação eleitoral por parte dos eleitores, preferindo em muito dos casos a abstenção ou o voto nulo/branco. A recorrência a alienação por parte do eleitorado, pode ter sido motivada por um lado, pelo fato de não encontrar diferenciação na atuação dos dois principais partidos e por outro lado, por compreender que os dois maiores partidos, já não representavam os seus principais interesses, e como resultado, o eleitor prefere se excluir dos processos políticos, como LANE (1962: 162) apud FIGUEIREDO (2008), apelidaram de síndrome das três atitudes da alienação eleitoral<sup>2</sup>.

Como consequência, o movimento de libertação/partido no poder a FRELIMO desde 1975, que vinha dominando o campo da competição política, nas últimas

---

<sup>2</sup> O síndrome da alienação é uma modelagem que Marcus Figueiredo constrói no seu livro: A decisão do Voto. Citando Lane (1962). Explica ele que, primeiro, o eleitor compreende que é apenas um objeto e não sujeito da política, portanto não tenho influencia e não vou participar, pois politicamente falo na voz passiva. Segundo, o governo não cuida nem administra no meu interesse. Finalmente, eu não aprovo o processo de tomada de decisão, as regras são injustas, ilegítimas e a Constituição, num certo sentido, é fraudulenta.

eleições tem vindo a perder o seu apoio eleitoral em vários espaços e grupos que anteriormente representavam suas bases de apoio eleitoral, especificamente nas regiões urbanas (nas cidades capitais de Moçambique) e algumas zonas rurais. Isso é ilustrado pelo aumento da abstenção eleitoral em Moçambique desde 2004, como é possível ver no gráfico 1.

No entanto, as pesquisas desenvolvidas por DE BRITO (2004), CHICHAVA (2012) avançam que há uma tendência da volatilidade/realinhamento eleitoral sobretudo da camada jovem, que está aderindo ao novo partido (meio Partido) Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e ou parte deles, preferindo a abstenção eleitoral<sup>3</sup>. Com isso, já se pode falar de um distanciamento cada vez maior da relação entre Partidos, grupos políticos e a sociedade.

Mesmo com as variações na estrutura do voto<sup>4</sup> e na participação eleitoral<sup>5</sup>, uma parte considerável do eleitorado tem mantido fiel ao partido Frelimo, visto que nas cinco eleições gerais<sup>6</sup> e multipartidárias realizadas em Moçambique, o resultado das urnas especificamente nas eleições para legislativo, se mostrou favorável ao partido Frelimo, com os resultados (1994: 44%; 1999: 49%; 2004: 62%; 2009: 75% e 2014: 57%), mesmo que os níveis de abstenção tenham sido elevados, como ilustraremos mais adiante. Aqui há um conjunto de elementos que podem ser levantados, para explicar esta tendência: primeiro de tudo, o fato de, em todas as eleições o partido Renamo não legitimou o processo e não concordar com os resultados eleitorais, nos vários casos

---

<sup>3</sup> As eleições municipais de 1998 excluem-se desta análise; a reduzida taxa de participação (15%) deu-se após um boicote da Renamo. Assim, não podemos considerar que a taxa é indicativa de uma tendência mais alargada no tempo.

<sup>4</sup> Neste estudo, entendemos de estrutura do voto, a tendência pelo qual nota se em várias regiões ou círculos específicos da dominância de um partido em detrimento de outros. Em tais regiões, o que conta não são tanto as políticas públicas efetivamente implementadas, mas os mecanismos causais, como controle dos grupos económicos, políticos e líderes de opinião, que têm um peso considerável na definição do voto.

<sup>5</sup> Para esta tese, pode-se compreender de preferências eleitorais, a maneira pelo qual os eleitores decidem seu voto, seja influenciado por elementos do ambiente interno (tipo de governo, tipo de sociedade, família, grupos de pertença etc) e o ambiente externo (por via da modernização social), isto é, níveis de escolaridade, contacto com outras realidades, disponibilidade de informações e sua partilha e a tônica da mudança social.

<sup>6</sup> Por decorrerem simultaneamente, as eleições presidenciais e parlamentares são denominadas em Moçambique por (Eleições Gerais).

(Montepuez, 2000; Gaza, 2014 e outros<sup>7</sup>), aumentou a violência pós eleições em Moçambique.

Segundo, a forma pelo qual os órgãos de gestão eleitoral, CNE e STAE, têm gerido os processos eleitorais, desde a preparação, até o processo de contagem e proclamação dos resultados tem sido problemático. Pois, o eco da sociedade civil ilustra que, sempre existiu conflitos de papéis, visto que, o STAE, CNE, Tribunal Constitucional que são órgãos que legitimam os processos eleitorais, os seus dirigentes são indivíduos nomeados pelo presidente da República que declarativamente pertence ao partido Frelimo, que na história das eleições em Moçambique, sempre foi o vencedor (Terenciano, 2016).

Assim, apesar do número crescente dos abstencionistas, parte considerável dos eleitores, tem mantido estáveis as suas preferências, e isto, está ligada ao modelo do sistema eleitoral e a estabilidade do sistema político-eleitoral como um todo, que vem permitindo com que haja uma competição política e partidária favorável ao partido Frelimo, e vença mesmo que o número total dos eleitores ao seu favor não perfaça os 50% + 1. Ou seja, nas eleições de 2004, 2009, o número dos votantes foi menor que os eleitores abstencionistas.

## 1. Objetivos da pesquisa

O objetivo principal desta tese é investigar, a partir da abordagem histórico-institucional, o papel dos partidos políticos na estruturação do voto, na democracia Moçambicana, entre 1994-2014. Pretende-se, ainda, identificar a estrutura e função dos partidos políticos moçambicanos, e sua relação com os eleitores. Em termos de objetivos auxiliares, perspectiva-se **descrever** o contexto social, político e institucional de Moçambique, entre 1975 a 2014; **Identificar** elementos explicativos da estrutura do

---

<sup>7</sup> Por exemplo, 300 ex-combatentes da Renamo colidiram com a polícia governamental em Nampula (Março de 2012); em 2013, 9 pessoas morreram após um confronto em Muxungúe (Abril); um posto militar da Renamo foi atacado (Julho); a sede onde se encontra Dhlakama foi diretamente assaltada pela Frelimo (Outubro)

voto nas zonas de domínio e controle da Renamo e Frelimo antes e post implementação da democracia formal, **medir** a instabilidade das preferências eleitorais, por meio da volatilidade, abstenção eleitoral; **descrever** o funcionamento das dinâmicas das clivagens e das desigualdades social (onde dar-se-á ênfase a sua relação com as condições socio económicas e as preferências eleitorais).

## 1.1 Questões de Investigação

A presente pesquisa é guiada pelas seguintes questões: *Após mais de vinte anos da democracia eleitoral em Moçambique os partidos políticos vêm conseguindo estruturar as preferências dos eleitores? Como se dá a competição e a participação política no contexto moçambicano?*

## 1.2 Hipótese, Argumentos e Objetivos da Investigação

O principal argumento defendido nesta tese é o de que Moçambique é uma votocracia<sup>8</sup> em transformação, com predominância de dois partidos políticos (Frelimo e Renamo), que não conseguem estruturar o voto em vários distritos eleitorais, o que se deve ao distanciamento cada vez maior dos partidos de suas bases de apoio “eleitoral” evidenciado pelo aumento constante da abstenção eleitoral.

Por outro lado, a dinâmica da estrutura da competição política em Moçambique é fechada, resultante das escolhas feitas pelo governo da Frelimo e a Renamo, a quando as negociações para a nova Constituição da República de Moçambique de 1990, dos Acordos Gerais de Paz em 1992 e a escolha do sistema eleitoral após a transição para a democracia, possibilitam que somente os dois partidos (Frelimo e Renamo) continuassem relevantes no campo político e eleitoral entre 1994-1999.

---

<sup>8</sup> É um tipo de sistema político e eleitoral em que o único momento o qual os cidadãos efetivam a sua participação cidadã, por meio do voto. É um tipo de organização social e política, em que os serviços e a implementação de políticas públicas é deficitária, porém, os cidadãos (neste caso a sociedade, e especificamente a população com idade para participar nas decisões políticas da sociedade), são chamados a exercer o seu direito uncamente por meio do voto, muita das vezes, que não se afigura livre.

Adicionalmente defendemos que apesar da dominância dos 2 partidos, desde 2004 vem aumentando os níveis de abstenção eleitoral e como consequência os partidos perderam relevância no quesito estruturação de preferências, principalmente entre os eleitores que se encontram em regiões desfavorecidas pela governança do partido no poder (a Frelimo), o que deve ser observado empiricamente nas regiões com baixo IDH, maior taxa de analfabetismo, e maior taxa de pobreza humana.

Para tanto esta pesquisa adota uma abordagem orientada a processos sistêmicos e estruturais com base em 4 variáveis analíticas:

- [1] Escolhas Institucionais e partido único (1975-1990);
- [2] Sistema Eleitoral após a democratização;
- [3] Clivagens Sociais (étnicas) e seu impacto na estrutura do voto;
- [4] Relação entre as condições sociais e económicas de Moçambique e o engajamento para participação política e eleitoral.

A função dos partidos políticos na sua relação com os eleitores, leva-nos a desenvolver duas sub-hipoteses de estudo. A primeira é a de que Moçambique é uma democracia eleitoral, onde seus elementos básicos (Constitucionalismo, Sistema Eleitoral, Participação pública) existem apenas do ponto de vista legal e constitucional. A segunda é a de que supomos que a estrutura do voto e a geografia eleitoral indicam que existe um padrão diferencial entre a estrutura rural e urbana, onde as zonas rurais devem ser maioritariamente pró FRELIMO, e nas zonas urbanas, onde maioritariamente o engajamento político é reservado aos jovens e letrados, há uma tendência de partilha dos votos entre os três partidos com assentos parlamentares (Frelimo, Renamo e MDM).

\*

Apesar de reconhecer alguns estudos que foram desenvolvidos sobre Moçambique (Nuvunga, 2007; Ronning, 2010; Brito, 2015), e que trate de um problema de estudo similar, é intenção desta tese analisar e apresentar uma série de dados e



resultados que possa permitir posteriores estudos e um modelo de análise sólidos sobre esta temática. Mesmo começando com a discussão sobre a votocracia e partidos que não apresentem uma definição universal sobre os mesmos, existem algumas dimensões que serão mobilizadas para analisar o problema em estudo nesta tese, como: o aumento de pleito ao pleito do fenómeno abstenção eleitoral, a desestruturação das preferências eleitorais em algumas zonas do país, organização e estrutura dos partidos políticos, e a dimensão clivagem social em Moçambique.

Motiva-nos o fato de, estudos existentes em Moçambique, desde 1995 (MAZULA, B. e MACHILLI, 1995; BRITO, 1995; 1999; 2005; 2015; PERREIRA, 1996; SERRA, 2002; LUNDIM, 2009; SPECK, 2004; MAZULA, Org., 2005; e mais recentemente, MACUANE, 2013; NUVUNGA, 2007; 2014; MACUANE, 2014; TERCENIANO, 2016), apresentarem como objeto de pesquisas as dinâmicas das eleições em Moçambique e fazem uma descrição geral dos condicionalismos do voto, e do comportamento eleitoral em Moçambique, os mecanismos institucionais que determinam a competição eleitoral. Focam alguns elementos como geografia do voto, comportamento eleitoral, e suas tendências (nulo, branco, abstenção), porém, somente alguns estudos (Brito, 1995; Nuvunga, 2013) é que procuraram aprofundar a relação entre o Estado, os partidos e a estrutura da competição eleitoral. Deste modo, esta pesquisa poderá contribuir nesta linha teórica, incluindo os elementos da dinâmica do campo político Moçambicano, tendo em conta em duas dimensões adicionais: Estado e Políticas públicas e as Escolhas eleitorais.

As dinâmicas que ocorreram desde o novo desenho político Moçambicano (a partir de 1990), levou a um conjunto de mudanças na nomenclatura do sistema político e eleitoral. Com este trabalho, pretendemos também contribuir para o debate na sociedade, na medida em que ao alcançarmos os resultados a priori propostos, poderá se perceber as razões que explicam a perda de votos dos dois partidos “Frelimo e Renamo”, como consequência direta do aumento da abstenção eleitoral em Moçambique.

## **Estrutura da Tese**

Esta tese está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, pelos objetivos traçados nesta tese é indicado somente o marco teórico inicial que suportou toda tese, partindo das ideias de que os partidos estão no centro da política e criaram a democracia e hoje a democracia é impensável sem eles em qualquer contexto. Ademais, é traçada teoricamente a caracterização geral da democracia (sob qualquer escopo e tipologia contemporânea) e complementado com o debate do sistema político e partidário.

A abordagem neste capítulo, primeiramente decorre da discussão mais geral sobre democracia, tipologias e formas de efetivação, seguindo o debate da representação e a ideia de crise da democracia. No mesmo seguimento, a discussão é centrada na discussão e visões antagónicas sobre o que são e qual o papel dos partidos políticos, por meio da compreensão da relação entre os partidos políticos, a sociedade, o estado e como isso impacta nos eleitores, isto é, ilustrar o olhar dos partidos que podem [I] representar interesses de partes da sociedade [II] ethos da mobilização política [III] partido no eleitorado.

O segundo capítulo da tese apresenta sistemicamente o contexto sociopolítico e institucional de Moçambique, considerando: a história política do país, que deve ser ilustrada desde a independência do País em 25 de Junho de 1975, seguindo a etapa seguinte quando a escolha do sistema de partido único, isto é, monopartidário do Movimento-partido-Estado FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) até em 1990, com a introdução de uma nova constituição. Adicionalmente, este capítulo lida com a discussão sobre o sistema partidário, eleitoral e as diversas configurações deste debate sistemático. Esse debate ocorre visando a ilustrar as opções socioeconómicas

e como impactaram na estrutura governativa, no desenho e no funcionamento das instituições em Moçambique<sup>9</sup>.

No capítulo III discutimos e testamos as nossas hipóteses, e estudamos os partidos políticos, a estrutura social e a volatilidade eleitoral em Moçambique, considerando os vários pontos de debate: discussão sobre o Sistema Partidário Moçambicano e Seus Partidos, análise dos padrões de ampliação ou concentração da competição territorial e da Volatilidade Eleitoral em Moçambique, análise do perfil étnico do Eleitorado em Moçambique e finalmente uma discussão sobre o comportamento e a participação eleitoral, dando maior ênfase nas condições socioeconómicas e sua influência na estrutura do voto. Da mesma forma, este capítulo, apresenta o debate sobre o processo da institucionalização e da identificação partidária em Moçambique<sup>10</sup>.

No IV capítulo o objetivo é analisar a dimensão socioinstitucional estrutura funcional dos partidos políticos. A Intenção com este capítulo é desenvolver argumentos que vão sustentar não só a dinâmica do debate sobre o papel dos partidos políticos, mas a estrutura organizacional e de actuação dos mesmos na arena da competição política em Moçambique.

---

<sup>9</sup> Apesar de o nosso foco ser a mudança constitucional de Moçambique de 1990 e 2004, vai dar se ênfase as transformações do sistema partidário que tem um impacto na estrutura da competição (cf cap. 4 sobre Coordenação e oposição partidária em Moçambique).

<sup>10</sup> NORRIS, Pippa em seu livro *Critical Citizens* (2011), desenvolve um conjunto de argumentos, sustentados por resultados de pesquisas de opinião de todo mundo, que há uma espécie de desengajamento dos cidadãos com relação à democracia e as instituições mais importantes dela (os partidos), como resultante da insatisfação com a democracia e as promessas vindas dela, resultante de variáveis como: cidadãos cada vez mais críticos, conhecendo e exigindo seus direitos, percepção de corrupção, entre outras variáveis analíticas. Cf: NORRIS (2011).

# CAPÍTULO I.

## MARCO TEÓRICO: INSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA, PARTIDOS E PREFERÊNCIAS ELEITORAIS

### 1. Introdução

A ciência política e os estudos sobre atores políticos e comportamento principalmente nas sociedades contemporâneas não se desfazem do debate da democracia e seus modelos, aliás, já indica-se que o mundo de hoje tem mais democracias como nunca se tinha visto anteriormente. O estudo mais elementar sobre a democracia remonta desde os gregos e foram se alastrando as teorias mais modernas e contemporâneas avançadas por Dahl, Pitkin, Manin, Plotke, Young e outros. A partir deste pensamento, é importante que esta ideia de democracia representativa seja descrita numa linha histórica continua.

O propósito deste capítulo é discutir a dimensão teórica da democracia, em seu escopo, tipologia e características específicas. Correlacionado a isso, destacamos que nosso objetivo perpassa em apresentar argumentos que visam ilustrar elementos explícitos do funcionamento da democracia, e o ideal de democracia em “metamorfoses”.

Em seguida, objectivamos apresentar uma discussão conectada entre democracia representativa e partidos políticos, onde primeiramente far-se-á a discussão sobre partidos políticos e sua função política e eleitoral. Disso, desenvolvemos a discussão sobre a relação entre a democracia representativa, partidos e eleitores.

Destacamos que o nosso estudo segue uma abordagem institucionalista, especificamente o *path dependent* (MARCH E OLSEN, 1984; THELEN E STEINMO, 1992; FERNANDES, 2002), pois, esta permite analisar que os partidos políticos dentro da democracia necessitam de um conjunto de arranjos para sua existência

funcional na sociedade ou arena governativa. Aliado a isso, entendemos que a bordagem institucional permite melhor compreensão das regras do jogo definidas em cada momento da história política e social, considerando o contexto económico. O foco recairá sobre o desenho institucional das democracias representativas, tais como (sistema eleitoral, sistema de governo e o sistema partidário), que condicionam a estrutura do voto e das preferências eleitorais em Moçambique<sup>11</sup>.

Segue um breve resumo deste capítulo:

- Na seção 2, apresentamos em sua dimensão longitudinal a discussão da democracia, a partir dos clássicos, como forma de trazer um conjunto de contribuições sobre o tema. Seguiu a apresentação da linha argumentativa das tipologias da democracia e sua efetividade, porém, dando maior ênfase a dimensão representativa, que é o conector deste estudo (DAHL; MANIN). Da mesma forma, faz-se a conexão com a problemática “crise percebida da legitimidade democrática”.

- Na seção 3, é apresentado à discussão preliminar da relação entre partidos políticos e democracia, e dá-se mais ênfase o papel dos partidos políticos dentro da democracia representativa. O foco será dado às seguintes dimensões: como os partidos funcionam, quais suas estratégias e o que eles fazem (SCHUMPETER, 1961; MAIR, 1993; DALTON, 2004).

- A seção discute a relação que se estabelece entre partidos políticos, sociedade, o estado e o comportamento eleitoral. Privilegiamos a bibliografia sobre os partidos e comportamento eleitoral nas seguintes dimensões: *Recrutamento*

---

<sup>11</sup> Metodologicamente, este capítulo ora em discussão é de revisão teórica e desenvolvido a partir de uma discussão bibliográfica sobre o tema democracia, partidos, e sua relação com eleitores. Iguamente, seguiu o processo de selecção de textos por filtro (temático mais amplo: Democracia e representação, a temática mais estrita: partidos e estruturação de preferências), e foram utilizados artigos, obras e estudos que são mais próximos à linha argumentativa do nosso estudo (institucionalista e estrutura das clivagens socio políticas). As obras, artigos, e os dados teóricos foram seleccionados a partir de sites como Anual Review, Scince Direct, Periódico Capes, que permitiram abarcar boa parte de textos contemporâneos e recentes das discussões que avançamos neste capítulo. Dos critérios de selecção dos textos, seguiu: primeiro de tudo, a organização dos textos, a partir de um número (n) dos vários textos que abordem a democracia em sua linha eleitoral, desagregando com a os partidos políticos (n<sup>1</sup>) e relacionando com o voto e as preferências eleitorais (n<sup>2</sup>). Nisso, associamos textos da literatura internacional, preferencialmente em lingua estrangeira (inglês e espanho), e auxiliado pelos textos em Portugues, e escritos por pesquisadores que tratam de tematicas sobre a democracia e comportamento eleitoral na Africa.

*Político; Agregador de Interesses e mobilização Política-Eleitoral.* Serão destacados os pontos chaves de cada linha argumentativa das funções dos partidos, assumindo-se a noção de partido como organização, que: [1] representa interesses de partes da sociedade e [2] Estrutura as preferências eleitorais.

### **1.1. Novo institucionalismo (algumas considerações)**

Em relação ao Novo Institucionalismo, também chamado de Neo Institucionalismo, autores como March e Olsen (1984), Hall e Taylor (2003), Rothstein (2001) parte de duas ideias: [1] que as instituições importam e influenciam nos resultados dos atores políticos; [2] que facilitam a funcionalidade dos poderes, para criar legitimidade de seus subordinados, executar a vontade do governante, controlar as disputas entre os atores e atuar contra aqueles que estão a frente do poder. A linha fundamental desta teoria é a de que ela seja uma ferramenta teórica importante para explicar como as instituições alteram o comportamento dos atores ou indivíduos. Assim, as instituições são regras formais, procedimentos consentidos, práticas operacionais e padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da política e da economia.

A teoria do Neo Institucionalismo é composta por três correntes: sociológica, histórica e escolha racional (HALL E TAYLOR, 1996) De forma resumida, o institucionalismo sociológico se relaciona com a cultura e normas, isto é, as instituições criam e indicam o que os atores poderiam preferir em dada situação específica, a partir dos seus vínculos sociais, suas concepções sobre a realidade e seus valores compartilhados (DIMAGGIO E POWELL, 1991; SIMON, 1955). O institucionalismo de escolhas racionais ressalta a importância da intencionalidade humana e que os atores participam no jogo com um conjunto de preferências pré-definidas e determinam as mudanças dentro das instituições.

Segue que sua preocupação com as mudanças de estratégias e não as preferências, pois estas sempre se orientam para maximização da utilidade individual esperada (MARCH E OLSEN, 1989). Por último, o institucionalismo histórico se relaciona com as mudanças centradas na história do pluralismo estrutural, assumindo que as instituições não se escolhem na maioria das vezes do

nada, tem algum ponto de partida (CROUCH, 1986; E ROTHESTEIN, 1992), que privilegia a estrutura do comportamento colectivo.

Considerando o objeto de estudo desta tese, é apresentada a seguir uma discussão da construção e estrutura teórica da democracia e relacionar ao contexto Moçambicano, focando a dimensão histórica-estrutural, e que determina o funcionamento dos atores políticos. Deste modo, o enfoque teórico principal da tese é a abordagem path dependence.

Esta teoria defende que muitos fenómenos contemporâneos podem ser estudados a luz da abordagem do path dependence. Ou seja, muitas vezes, o path dependence explica os fenómenos apartir da ideia de que a história é importante ou que o passado vem influenciando o presente e tem a capacidade de estruturar o futuro. Por via disso, levou com que um conjunto de autores (MAHONEY, 2000, NOOTEBOOM, 1997), defendessem que esta teoria a é uma forma de analisar o conjunto de transformações, traços e resultados considerando a linha do tempo e os seus mecanismos causais.

A definição mais geral, mostra que os eventos passados influenciam eventos futuros. Por exemplo, de acordo com a Nooteboom (1997)<sup>12</sup>, explica que, "o que aconteceu em um ponto anterior no tempo e no espaço afetará os possíveis resultados de uma sequência de eventos que ocorre em um momento posterior no tempo. Da mesma forma Schwartz (2004)<sup>13</sup>, caracteriza o path dependence e mostra que o impacto das decisões tomadas no passado, persiste no presente e define as alternativas para o futuro.

Nesta tese defendemos que o path dependence é caracterizado especificamente por eventos socio-históricos, como as escolhas feitas pelo governo do partido Frelimo em governar por via de um sistema de partido único, aliança entre o Governo da Frelimo e a Rússia socialista. Como consequência, houve o surgimento da guerra civil entre a FRELIMO (socialista) e a RENAMO (capitalista e

---

<sup>12</sup> Bart Nooteboom, "Path Dependence of Knowledge: Implications for the Theory of the Firm," in Lars Magnusson and Jan Ottosson, editors, *Evolutionary Economics and Path Dependence* (Cheltenham, U.K.: Edward Elgar, 1997), 57

<sup>13</sup> SCHWARTZ, Herman. Abaixo o caminho errado: dependência de caminho, retornos crescentes e institucionalismo histórico. Manuscrito não publicado, Universidade da Virgínia , 2004.

aliada ao governo minoritário da África do Sul) entre 1976-1992; O domínio bipolarizado em zonas específicas, ainda no período de guerra civil, entre o Norte, Centro e Sul de Moçambique; A escolha de uma nova constituição da República liberal de 1990, resultante das pressões internas de alguns grupos e da comunidade externa, principalmente o FNI e o BM; Assinatura dos Acordos Gerais de Paz e a escolha do sistema eleitoral.

Destes eventos, a escolha pelo partido único em 1975 e o modelo de democratização que culminou com a nova constituição multipartidária e liberal de 1990, accionou padrões institucionais e encadeou eventos que determinam o conjunto particular de eventos históricos subsequentes, como o tipo de sistema eleitoral, a estrutura do voto e do comportamento eleitoral e o tipo de governo.

A luz da nossa tese e pelos objectivos que pretendemos alcançar, entende-se que a ideia de retornos crescentes do padrão institucional, permite entender que quando se adoptou a nova constituição multipartidária de 1990, que foi a chave das negociação entre a FRELIMO e a RENAMO entre 1977-1990, propiciou um conjunto de benefícios crescentes e, com o tempo (1990-2004), tornou mais difícil mudar o padrão da estrutura do comportamento político em Moçambique.

## **1.2. DEMOCRACIA (Escopo e Tipologia)**

Como indica Rosenfield (1984), Harrison (1993), Canfora (2006), a crença de que a democracia é uma invenção grega já é bastante enraizada desde os tempos (meados do século V a.c). E a consequência desta noção é aparentemente o rascunho das constituições dos países democráticos em todo mundo hoje. É bem provável que a democracia na sua elaboração conceitual (a palavra) oikos, se relaciona a maioria, alto é poder da maioria, e não necessariamente a percepção de governo do povo, isto é “o caracter objetivo de destacar o kratos que denota exatamente o exercício forte do poder” (Lauriola, R. 2017).

Com efeito, a democracia hoje é universalmente considerada como a melhor forma de governo, mas, na história obviamente teve um conjunto de críticas e visões adversarias em relação a ideia de bom governo. Ross Harrison (1993) levanta um



conjunto de argumentos sobre a democracia e traça uma linha histórica desde as obras de Platão, Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, os federalistas americanos e Hume, Bentham, Hegel e Marx. Ora, esta perspectiva histórica visa fornecer um repertório de problemas específicos em que a democracia foi convergindo sobre os valores da liberdade, igualdade e bem-estar (MORLINO, 1986; MARTÍNEZ, 1986; ZOVATTO, 2007).

As democracias contemporâneas sempre foram acompanhadas pela ideia de que a participação de todos no processo eleitoral é um bem per si, visto que a maioria determinará os desígnios do povo, por via da representação política (PITKIN, 1967; MANIN, 1995 E GAXIE, 1996). Por outro lado, a democracia é entendida como a capacidade dos membros da sociedade de participar nas escolhas reais dos seus governantes, e influenciar diretamente sobre as questões que abrange todo povo (HELD, 1991).

A democracia é um conceito e um processo sócio histórico. Do ponto de vista conceitual, a democracia é entendida nesta tese como o governo do povo, e as formas históricas como o exercício da democracia na maioria dos países se dão sob o princípio da representação e delegação (O'DONNELL, 1991; HAWKINS, 2016). Beethan (2005) indica que em contraste com as formas históricas sobre tomada de decisão e participação de poucas pessoas em nome dos muitos ou outros, a democracia preocupa-se em envolver o princípio de que todos os membros de uma coletividade ou sociedade devem ter o direito de participar igualmente nas decisões que lhes afetam. A este requisito, o autor, propõe as seguintes linhas estruturais:

[1] Todos os membros têm interesses que são afetados pelas decisões;

[2] As melhores decisões em longo prazo serão aquelas em que as suas colocações foram debatidas publicamente;

[3] O debate e discussão não produzem um único resultado acordado, as decisões devem ser tomadas por um voto de todos os participantes.

[4] O princípio de "uma pessoa, um voto, um valor" reflete uma concepção de que todas as pessoas são iguais.

Em discussão complementar, apresenta-se condições, conforme Crick (2002, p. 97), que devem ser modelo para as democracias modernas representativas, que seguem: *Papel dos habitantes* (A participação voluntária e individual é encorajada nas democracias modernas, mas não obrigatórios). *Instituições típicas de governo* (O parlamento, A assembleia, O congresso, todos eletivos, debatem em público e relatam em um sistema multipartidário). *Tipo de Economia* (Uma economia de mercado ou capitalista de origem, teoria e ethos, mas, na realidade, uma economia mista, típica da social democracia ou regimes democráticos socialistas). *Difusão de Informação* (O crescimento dos jornais e o paralelismo mediático). *Atitudes em relação à política* (Nas democracias modernas, a política é sempre tolerada e geralmente encorajada).

Já Robert Dahl (1989, 2012) apresenta duas formas para classificar os regimes: o grau de liberalização e de participação política (1989, 17-18). Notavelmente, o grau de liberalização, diz muito sobre o grau de institucionalização política e das diversas preferências políticas existentes: a defesa dos plenos direitos políticos, especialmente o direito a organização, ao voto, à competição eleitoral e a liberdade de expressão. Da mesma forma, esta dimensão liberalização esta relacionada à amplitude que os governos permitem a participação da oposição nas contestações pública. O grau de participação, da alusão às garantias desses direitos por meio da incorporação política de mais segmentos da sociedade.

Portanto Dahl (2012) sugere um quadro lógico da democracia, que seria a poliarquia e a plena competição política, ao desenvolver explicações sobre teoria da democracia como processo decisório, onde propõe três variáveis analíticas: 1) o número de pessoas que tomam as decisões; 2) a forma de seleccionar os órgãos decisórios; 3) as regras de tomada de decisão. No que segue o quadro logico de Dahl:

**Quadro 1:** Descrição da poliarquia e o Processo Democrático

<b>As seguintes instituições</b>	<b>Necessárias para satisfazer os seguintes critérios</b>
a) Funcionários eleitos; b) Eleições livres e justas e transparentes (nosso)	<b>I. IGUALDADE DE VOTO</b>
a) Funcionários eleitos b) Sufrágio inclusivo c) Direito de concorrer a cargos eletivos d) Liberdade de expressão e) Informação alternativa f) Autonomia associativa	<b>II. PARTICIPAÇÃO EFETIVA</b>
c) Sufrágio inclusivo d) Direito de concorrer a cargos eletivos e) Liberdade de expressão f) Informação Alternativa g) Autonomia Associativa	<b>III. INCLUSÃO</b>

**Fonte:** Dahl (2012, p. 353). Elaborado pelo autor (2018)

O debate sobre a poliarquia ilustra um conjunto de pressupostos que se efectivam no contexto Moçambicano. Apesar da democracia em Moçambique ser entendida em sua dimensão formal, como é o caso de realização de eleições periódicas, cujos governantes são eleitos, e qualquer cidadão que tem os requisitos exigidos pela lei eleitoral, pode concorrer a um cargo electivo.

Ainda segundo Dahl (1996), o processo que pretende dar às características a democracia, deve incluir dois aspetos: um entendimento maximalista do que seria uma democracia, e por outro lado, o entendimento a partir de uma definição descritiva, que doravante se preocupa em descrever os elementos gerais das sociedades que comumente são tidas como democráticas. No aspecto ligado a concepção maximalista, que a nosso ver é mais adequado aos estudos comparativos em países da terceira onda da democratização, pelo fato de dar ênfase aos princípios norteadores que um sistema político deve aplicar em sua plenitude, para ser considerada democracia.

De outro modo, a segunda forma de concepção da democracia na perspectiva de Dahl centra-se em duas categorias, e acarreta também dois riscos: primeiramente quando centra a definição de democracia, considerando o contexto histórico e geográfico, e o segundo risco, que atribui à concepção da democracia

olhando especificamente instituições e os mecanismos de funcionamento das mesmos. Em conclusão, a nossa concepção, existem formas que regularmente se associam à noção de governo democrático, como a simples realização de eleições, que não fazem parte duma definição essencial de governo democrático, no modelo de Dahl.

### 1.3. Representação Política e Democracia

O desenvolvimento do governo democrático na sua dimensão representativo criou o potencial para a democracia representativa. Em vez de participar diretamente nos processos de tomada de decisão como sugeriam os teóricos da democracia direta (polis grega), o público selecciona por meio do voto, os legisladores que representem e tome decisões em seu nome.

A realização das eleições em primeiro lugar significa que a comunidade política aceita as regras democráticas da escolha dos seus governantes por via de uma competição eleitoral. Ainda assim, existem sociedades e contextos em que, as eleições sempre são contestadas, resultante da fragilidade dos órgãos de gestão eleitoral e altos níveis de desconfiança entre os atores políticos e cenários constantes de fraudes eleitorais. Nisto, a representação política torna-se fragilizada, e como consequência o aumento da deslegitimidade da democracia e as suas instituições (processo eleitoral, governo, Forças de Defesa e outros) (POWELL 2000).

A temática representação política vem sendo desenvolvida de forma intensa nos estudos de (THOMASSEN, 2009; MANIN, 1997; DEHOUSSE, 2003; URBINATI, 2006 e outros) e uma das observações adicionais sobre este debate, é a distinção entre dois mecanismos: representação por '**Substituição**', em que os eleitores substituem seus representantes por mais congruentes que sejam, e "antecipação racional" em que os representantes históricos se adaptam a sua posição com seus eleitores, a fim de evitar derrotas nas próximas eleições (STIMSON ET AL., 1995). Ao invés de olhar sob este escopo, pode ter um efeito resultante da concepção da representação por via da "**delegação**" (MILLER E STOKES, 1963).

Entre as várias correntes, o princípio da representação política, é estruturado na base de três formas:

[1] A escola de Michigan, que fez a ligação entre um círculo eleitoral e o representante - debate sobre o delegado (MILLER E STOKES 1963; CONVERSE E PIERCE 1986)<sup>14</sup>.

[2] Colocou-se o foco nos vínculos entre eleitores e seus partidos preferenciais – teorias do governo partidário (KATZ 1997; DALTON, FARRELL E MCALLISTER, 2011).

[3] Diz muito sobre o modelo do partido no governo, mais ligado aos sistemas parlamentares com fortes partidos políticos (MATTHEWS E VALEN 1999).

A perspectiva desta tese pretende seguir o segundo modelo, do qual, entende a representação como vínculo entre eleitores e seus partidos, e estes últimos exercendo o controlo sobre o governo<sup>15</sup>.

### **1.3.1. Partidos Políticos na Democracia**

Esta seção da tese evidencia o debate sobre a origem, o papel e o funcionamento do partido político, como forma de ilustrar que este influencia na estrutura do voto e configuração do comportamento eleitoral em Moçambique. Portanto, o nosso pressuposto é de que os partidos políticos são indispensáveis no funcionamento da democracia. Do ponto de vista histórico, já existe uma distinção entre partido, facção e fracção e Duverger ofereceu uma boa discussão sobre este ponto<sup>16</sup>. Em seguida, foram desenvolvidos estudos sobre os diferentes tipos de

---

<sup>14</sup> Neste modelo, o ponto essencial é ilustrar que, num processo representativo, deve existir a relação directa entre os representantes e os distritos eleitorais em que foram escolhidos. Com isso, as suas escolhas dentro do parlamento, deveriam tender a defender os interesses do círculo eleitoral específico. Porém, a legislação eleitoral em Moçambique, aponta que, apesar dos 250 deputados, serem seleccionados por via dos 12 distritos eleitorais de Moçambique, devem em princípio representar os mais altos interesses dos moçambicanos como um todo, e subalternamente os eleitores dos círculos eleitorais em que foram escolhidos.

<sup>15</sup> Desde 1994, a FRELIMO tem controlado a agenda setting no processo de formulação de políticas através da sua maioria partidária no congresso.

<sup>16</sup> DUVERGER, Maurice. Os grandes sistemas políticos: instituições políticas e Direito Constitucional. 1985.; DUVERGER, Maurice. Los partidos políticos. FCE de España, 2002.

partidos (KATZ E MAIR, 1995; LEVY, 2004) e descreveram o quadro lógico em que operam no sistema do partido.

Historicamente os partidos são a instituição central da política democrática (Seymour Lipset, 1996: 169). E a percepção da centralidade dos partidos já foi indicada desde Ostrogorski (1902), que é o pioneiro do debate sobre a importância dos partidos na democracia. Mais tarde, Schattschneider (1942, p. 1) comentou que a democracia é impensável sem partidos políticos. E mais recentemente, Robertson (1976, p. 1) observou que "falar hoje da democracia é falar sobre um sistema de partidos concorrentes". Da mesma forma, Katz (1980, p. 1) concluiu que "a democracia moderna é uma democracia dos partidos". Por esta razão reconhece-se que os partidos políticos são necessários para o funcionamento da democracia moderna.

Esta indispensabilidade não é surpreendente, considerando o papel desempenhado pelos partidos políticos. Como o elo forte da democracia, os partidos políticos são essenciais para articular diversos interesses da sociedade, ao formular soluções políticas para os desafios que surgem, eles (os partidos) não só respondem aos interesses sociais, mas também influenciam a estrutura política de cada nação moderna. Desta certa forma, os partidos são os principais atores da representação política e desempenham um papel crucial na arena eleitoral. E uma vez atingindo o governo, por via do executivo ou legislativo, os partidos são cruciais na definição de políticas dentro do quadro democrático.

Com efeito, a definição dos partidos pode ser colocada em duas categorias: definições normativas que abordam as questões como e o que os partidos podem ou devem fazer; e a definição descritiva, que se concentram tanto nas características do partido, sua natureza coletiva, ou seus vários aspectos de uma actividade dos partidos - selecção de candidatos, atalho informacional, participação nas eleições, e por diante. Na sua dimensão normativa, a convenção exige que comecemos por Panebianco (2005), que focaliza a organização partidária, e procura combinar com vários factores dos quais segue: o modelo genético e o grau de

institucionalização dos partidos<sup>17</sup>. Dos vários modelos que existem<sup>18</sup>, o modelo de Panebianco se adequa as perspectivas para melhor verificar um conjunto de variáveis da presente tese.

Para a presente tese, definimos de partidos políticos como uma agremiação de representação política que delinea os interesses da sociedade, com objetivo de participar na competição política, para estruturar o voto e ocupar cargos governamentais.

#### **1.4. Atuação dos Partidos e Estrutura da Competição Política**

A literatura sobre os partidos políticos (HOLCOMBE, 1950; KATZ E MAIR 1995 e outros), apresentam evidências que vão no sentido de responder um conjunto de questionamentos sobre o papel deste na sociedade e no governo, e sua preocupação é discutir os partidos a partir da sua organização, estrutura e funcionalidade interna e externa. A diferença dos partidos estaria no modo de gestão interna, que McDonald (1955), indica em escala dupla: A primeira categoria refere-se ao modo pelo qual o partido governa, isto é, a maneira que toma as decisões e alocação de recursos escassos na sociedade.

Disto, segue a explicação baseada na atuação dos grupos parlamentares, extraparlamentares e organizações e subgrupos dos partidos dentro da máquina governamental. A segunda categoria refere-se à maneira dos dirigentes e elite dos partidos comandarem o partido. Esta dimensão segue o padrão e maneiras como os

---

<sup>17</sup> Desde o postulado de Panebianco (2005), a essência do modelo genérico mostra que o processo de desenvolvimento dos partidos políticos depende em primeiro lugar do seu nível de penetração nacional, regional, local. Em alguns casos, o processo de legitimidade dos partidos está relacionado com a existência de organizações ou grupos que podem auxiliar na expansão e penetração do partido na sociedade.

<sup>18</sup> Paralelamente, Epstein (1980), em sua definição descritiva, indica que (é qualquer grupo, por mais organizado que seja buscando eleger governantes sob um determinado rótulo. Começam a surgir uma luz que ilustra a relação entre a sociedade e o governo. Eldersveld (1964) define como um sistema estrutural que procura para traduzir ou converter (ou ser convertido por) social e economicamente os interesses diretamente no poder político<sup>18</sup>. Finalmente, basta indicar a citação de La Palombara e Weiner (1966: 29) que argumentam que para merecer o nome do partido, a organização deve criar unidades locais, buscar apoio eleitoral do público em geral, fazer recrutamento político e seja “Comprometido com a captura ou manutenção do poder, individualmente ou em coalizão”.

dirigentes e elite dos partidos lidam com as medidas constitucionais, processuais e problemas comportamentais dentro dos partidos.

Deste debate, podemos sintetizar a discussão conceitual dos partidos na sua relação com a estrutura da competição em quatro modelagens:

[1] O número de partidos (particularmente os tidos como relevantes);

[2] A fragmentação dos partidos (incluindo a diversidade de partidos que existem, e as implicações para a formação da coalizão e governo);

[3] A natureza e a estabilidade das bases sociais dos partidos (estabilidade dos partidos em sociedade, estabilidade das bases, a força da identificação eleitoral, os grupos de interesse que representa);

[4] Coesão interna do partido (importante para garantir que os partidos possam produzir plataformas rígidas para ação); e não menos importante,

[5] A base da competição interpartidária (deve ser ideológica e orientada para a política).

### **1.5. Partidos e Estrutura das Preferências Eleitorais**

O funcionamento dos partidos políticos, pode ser analisado em 3 perspectivas: 1. Os partidos Políticos no Eleitorado (considerando os partidos como um conjunto de eleitores, membros e activistas); 2. Partido como Organização (o partido como uma organização extraparlamentar projectada, para contestar ou participar de eleições); 3. Partido no Governo (partido aqui têm a dimensão de organização de funcionários públicos) (Key, 1964). A nossa tese dará maior enfoque na primeira e na segunda abordagem (partidos no eleitorado e partido como organização).

Da mesma forma, a literatura sobre a estruturação do voto e os fatores determinantes para a formação de preferências eleitorais, engloba três grandes áreas: Escolha Racional ou Económica, a psicológica e a sociológica. A abordagem



económica dá ênfase a ideia do custo e benefício do acto de votar, e inclui variáveis de análise como, tempo, recursos e informação disponível para melhor avaliar a sua decisão. Para Downs (1999, p: 67) todos os que tomam decisões racionalmente no modelo proposto, incluindo (partidos políticos, grupos de interesse, eleitores) possuem as mesmas qualidades. Um homem racional, portanto, sempre opta pela alternativa que lhe proporciona maior utilidade. Assim, os eleitores ao agir racionalmente analisam os benefícios esperados que serão resultantes da atividade governamental, para escolher o candidato ou partido que lhe trará a maior utilidade ou opta por abster-se de votar.

A abordagem psicológica, sugere Freire (2001) que o indivíduo é a unidade de análise e considera que as atitudes políticas dos eleitores e a sua relação com os fenómenos políticos são formados muito antes dos indivíduos terem idade para votar e são um reflexo do ambiente social imediato (família, grupos de vizinhança, grupos de amigos) e em especial atenção o contexto familiar (Freire, 2001, p: 41). A abordagem sociológica, seu ponto de partida são as condições socioeconómicas que configuram o comportamento eleitoral dentro de um contexto. Assim, é preciso entender as condições sociais e económicas que podem concorrer para explicar quer as divisões bem como os consensos políticos, os traços característicos da própria cultura política (Figueiredo, 1991, 26).

Ao apresentarmos estas correntes explicativas do comportamento eleitoral, tivemos em vista a demonstração que não existe uma única teoria capaz de explicar um fenómeno eleitoral, pois, sempre há uma interdependência, e deve se levar em consideração o contexto, tempo e as condições de decisão (vínculos de pertença, clivagens sociais, laços culturais, económicos, predisposições psicológicas e a socialização).

Adicionalmente, o declínio do papel dos partidos políticos na estruturação do voto, tem sido relacionado a um conjunto de factores como: processos de desenvolvimento institucional, e as fragilidades que os partidos apresentam em termos de atalho de informação e agregador de interesses. Ou seja, a imediata redução do papel dos partidos na sociedade e a deslegitimidade dos governos em vários contextos, resulta da combinação de fatores individuais (crescente

desinteresse pela política, apatia política, abstenção eleitoral) e sistémicos (modernização social, baixa provisão de políticas públicas por parte dos governos, baixo crescimento económico, mudanças das condições sociais; os novos desenhos institucionais em vários países e conflitos entre as elites políticas) dentro da democracia representativa.

## **1.6. Conclusões parciais**

Este é um capítulo que teve a intenção de apresentar a discussão teórica que vai atravessar a construção da tese no seu todo. Nosso objetivo, em algum momento foi de desenvolver e trazer estudos gerais da literatura existente sobre tipo ideal da democracia, a representação política, os partidos em sua relação com estrutura do voto no contexto geral e particularmente em Moçambique. Esforço foi dedicado para este fim, como é evidente na discussão acima, porém, alguns pontos podem ter ficado de fora, mas nunca de forma intencional.

No capítulo a seguir (2), a pretensão é discutir sobre o contexto social, político e institucional de Moçambique, partindo desde a independência. Com isso, o capítulo 2, procura apresentar as principais escolhas e mudanças das instituições políticas e socioeconómicas.

## **CAPÍTULO II.**

### **CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO E INSTITUCIONAL DE MOÇAMBIQUE (1975-2014)**

#### **2.1 Apresentação**

No presente capítulo pretende-se analisar o contexto social, político e institucional de Moçambique, desde a independência até os dias atuais, com especial atenção às transformações das instituições políticas no País. Outro objetivo deste capítulo é investigar quais as opções sociais, políticas e económicas que a elite política seguiu desde sua independência. Um aspecto fundamental para compreendermos essas opções está relacionado ao fato de haver algum tipo de relação com o desenvolvimento e a bipolarização do mundo em duas alas (capitalista e socialista).

Moçambique segue este viés estrutural, pois de 1975 a 1986, a tendência foi de relacionar-se com países com ideologia mais socialista, com destaque para a China, URSS e, desde 1987 até atualmente, segue necessariamente o modelo capitalista e democrático, defendido pelos países ocidentais.

E, a tese deste capítulo ilustra que a maneira como ocorreram os fenómenos e os processos políticos (reorganização das forças dominantes, a escolha e o desenho do sistema político, contribuem e são determinantes do sistema partidário actual e continuam deixando marcas significativas na desconfiança institucional que se vive em Moçambique na atualidade). Porém, as mudanças políticas ou constitucionais após 1994 não impactaram significativamente na estrutura do voto em Moçambique. Como veremos, as grandes questões que determinam o voto hoje são a dimensão rural x urbano, clivagem étnica, instabilidades das regras eleitorais e a tendência de paridade nos processos e actos políticos entre a FRELIMO e a RENAMO, como um todo.

Em outros países africanos, como o caso de Botsuana, África do Sul, Namíbia e outros, a transição seguiu um processo, que após as guerras civis houve uma reconciliação nacional de fato, com a introdução de uma *tabula rasa* no processo de desenho e na estrutura do modelo de governação a seguir, após a transição para a democracia. Com isso, este tipo de transição sugere Matlosa (2009), foi influenciado pela vontade dos actores internos (grupos na oposição, grupos no poder e no controle do Estado) e dos actores externos (FMI e BM).

Da mesma forma, este capítulo descreve o papel das opções acima indicadas na escolha que as lideranças políticas fizeram ao longo do tempo histórico, e que influenciou no formato e desenho institucional do Estado (socialista, centralista, liberal e democrático), no formato das instituições políticas e na estrutura governativa (posição e oposição). E dá-se destaque ao sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014, associando-o ao sistema eleitoral e às clivagens estruturais (social, étnico e regional) na construção do Estado moçambicano.

Em termos de abordagem, seguiu-se uma dimensão longitudinal, apresentando alguns dados históricos, seguindo a linhagem do institucionalismo histórico (respeitando o termo “a historia importa”) na sua versão *path dependence* (PIERSON, 2004; RIXEN E VIOLA, 2014), que considera que as decisões do passado limitam a gama de escolhas e disposições para a tomada de decisão atual, visto que já existe um padrão social e político que faz com que haja algum tipo de reprodução ao longo do tempo (STINCHOMBE, 1968), e a discussão segue um processo que evidencia a continuidade dos fatores endógenos de Moçambique e as transformações políticas e sociais como consequências direta da conjuntura política e social de Moçambique, antes do processo de transição para a democracia. À estrutura do campo político e social de Moçambique, dependente de um padrão da história política, que remeteu-nos à hegemonia da Frelimo no poder e no controle das instituições políticas.

## **Organizacional Político-Administrativo de Moçambique (Até 2014)**

Moçambique é um país localizado na Costa Oriental do Continente Africano e possui uma área territorial de 799.380 km<sup>2</sup>, entre os quais 13.000 km<sup>2</sup> são de águas interiores, que se estendem entre os rios Rovuma (paralelo 10° 27' S) e Maputo (paralelo 26° 52' S) e os meridianos 30° 12' e 40° 51' latitude Leste (Jeremy Astill-Brown e Markus Weimer, 2010).

As suas fronteiras terrestres apresentam uma extensão de 4.330 km, e é delimitada a Norte com o país “Tanzânia”, a Ocidente com o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, a África do Sul (e suas províncias transversais) e o Reino da Suazilândia e a Sul com a África do Sul (com a província do Natal).

Boa parte do território de Moçambique, localiza-se em uma zona intertropical, influenciado pelas águas e monções do Oceano Índico e pela corrente quente do Canal de Moçambique, sendo de modo geral tropical e húmido, com uma estação seca que, no Centro e no Norte, varia de quatro a seis meses enquanto no Sul, com clima tropical seco, se prolonga por seis a nove meses (Instituto Nacional de Estatística - INE, 2017).

Moçambique é um Estado de democracia multipartidária, baseada na Constituição de 1990 e suas três revisões posteriores, em 1996, 2004 e 2019. Em termos de organização política, a Constituição prevê três poderes (executivo, legislativo e judiciário). O poder executivo é controlado pelo presidente da República, que é eleito por sufrágio universal e directo, que em termos de organização institucional, o Presidente da República é ao mesmo tempo Chefe de Estado e Chefe do Governo. Este governo (Conselho de Ministros) é nomeado e presidido pelo presidente da República e cada Ministro têm autoridade para emitir decretos regulamentares, dentro das suas áreas de competência, que têm força de lei.

A Assembleia da República, com 250 lugares, detém o poder legislativo. Os deputados são eleitos através de partidos políticos em 11 círculos eleitorais (Provinciais). O partido Frelimo, sempre deteve a maioria dos assentos parlamentares, desde 1994, e atual legislatura detém mais de 70% de assentos parlamentares. O sistema judiciário nacional é geralmente constituído por Magistratura Judicial (Juizes), Ministério Público (Procuradores), Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica e exercício de advocacia privado. Existem igualmente Tribunais de varias instâncias, como os provinciais, distritais, comunitários, Tribunal Constitucional, Administrativo e o Tribunal Supremo, este último que é o mais alto órgão judicial com jurisdição em todo território nacional (nº 2 do artº 168 da Constituição da República de Moçambique) e é a última instância de apelação em matéria de direito, composto por sete membros indicados pelo Presidente e aprovados pela Assembleia da República.

Sendo que Moçambique é um Estado unitário, a sua divisão administrativa faz-se por 11 Províncias (Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo e Maputo-cidade), subdivido em 154 Distritos que se subdividem em Postos Administrativos e estes em Localidades. O poder estrutural das províncias é concentrado nos governadores, que são eleitos por meio de listas fechadas, aos partidos concorrentes para membros da Assembleia Provincial. Até a data, Moçambique tem 53 municípios, distribuídos em todas províncias.

## MAPA de Moçambique e suas subdivisões Administrativas



Fonte: INE (2017)

Apartir dos dados oficiais do INE de 2019, Moçambique tem uma população estimada de 29.5 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 36.1, e uma evolução de 28.9% entre 1997 à 2017. Ainda segundo o anuário do INE, a estrutura populacional apresenta se estruturada da seguinte maneira: mais de

13,800,857 de população masculina, o que corresponde à 48% da população e 15,061,006 da população feminina, que corresponde à 52%. Destes 15.692.770 é composto por população com mais de 16 anos, o que corresponde à 50.1 do total da população é composta por uma estrutura etária de 18 à 64 anos de idade; Nisto, a estrutura etária é bastante jovem e requer a provisão de serviços sociais básicos, como a educação, saúde, infraestruturas ao ritmo de crescimento específico deste grupo populacional

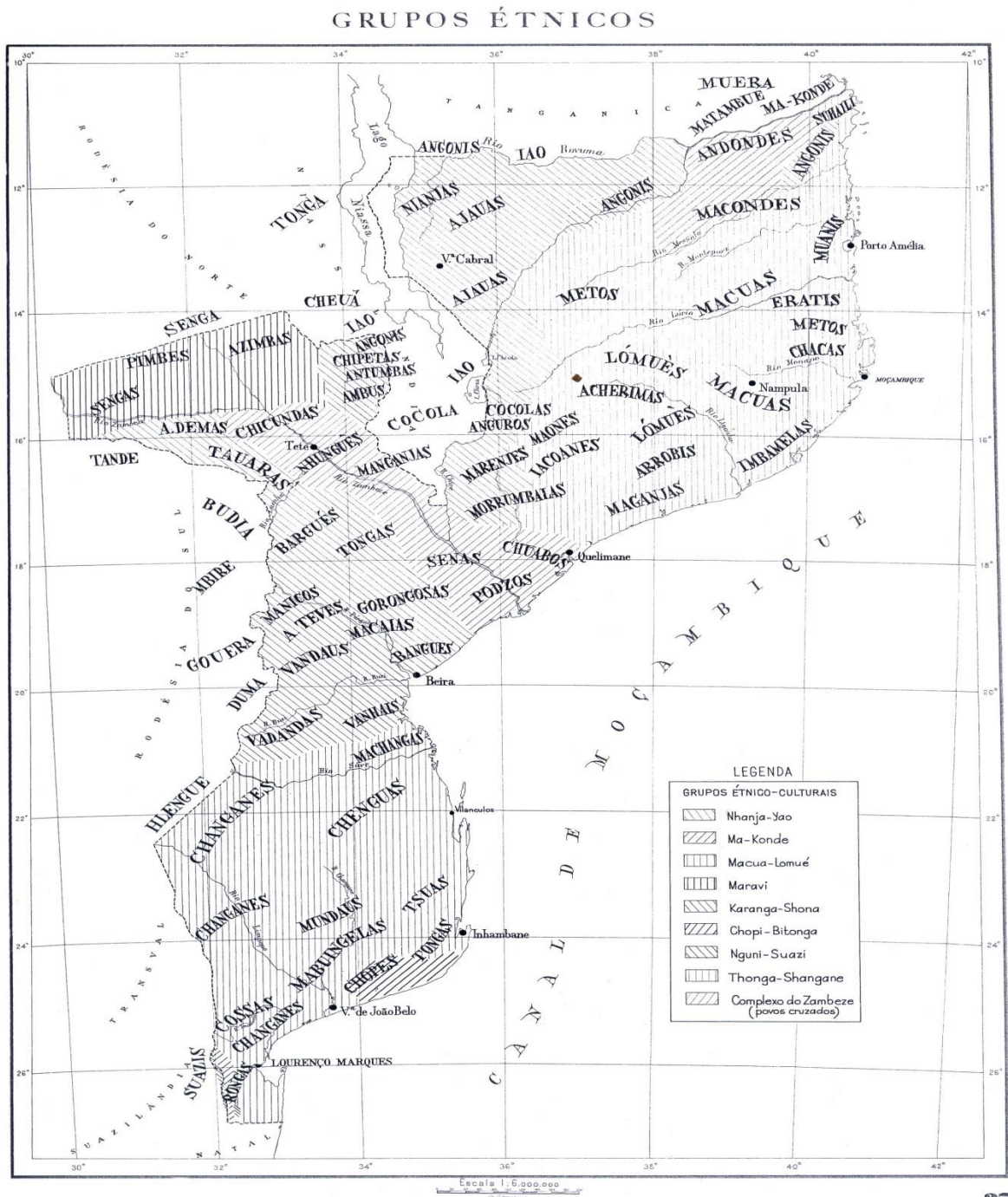
Cerca de 35% da população reside nas cidades, sendo as mais populosas Maputo, Beira e Nampula. De acordo com os dados oficiais da INE (2017), a área rural e a região Norte são as que possuem uma percentagem mais elevada da população economicamente activa.

### **Distribuição Regional das Etnias Moçambique**

Os povos de língua Bantu, foram os primeiros imigrantes de Moçambique, chegando primeiramente na região Norte e Centro. Mais tarde, os suaílis e árabes chegaram e se instalaram nas cidades costeiras, onde construíram portos comerciais muito antes da chegada dos europeus (everyculture, 2010; Macagno, 2000). Doravante, a estrutura étnica em Moçambique é presente em quase todos espaços de organização social e política, e depois da independência e em nome dos projetos de Estado que advogavam a unidade nacional, a diversidade étnica foi desaconselhada (Magode, 1996).



## Distribuição de Grupos Étnicos por regiões de Moçambique



Fonte: <https://macua.blogs.com/a/6a00d83451e35069e2017744cd0a9e970d-popup>  
 Publicado no Atlas de Moçambique, editado pela Empresa Moderna de Lourenço Marques em 1960

Assim, o interesse estratégico pelas etnias, tinha em vista a instrumentalização das divisões e das divergências étnicas, por forma a combater ou fortalecer o projeto de construção do Estado pelo princípio da unidade nacional. Para o governo da 2ª República, o estudo das etnias justificava-se pela necessidade de debelar possíveis reivindicações ou levantamentos políticos fundamentados na exclusão étnica. Em ambos casos, os governos precisavam acima de tudo, domesticar os grupos étnicos e ganhar a sua lealdade (Iraê Lundin, 1996; Macagno, 2000).

Num outro trabalho de Magode (1996), Lundin (1996), Cahem (1996), reconhecem que a política de homogeneização e de combate ou de exclusão étnica/regional representa um sério risco a unidade nacional e recomendam por isso, a inclusão dos diferentes grupos étnicos no poder, mediante a promoção das suas elites. Em Moçambique, o processo de promoção do nacionalismo cívico, ocorreu em detrimento do nacionalismo étnico. Isto é, no lugar de fortalecer as identidades étnicas, que foram a base sólida para a construção da identidade nacional, o governo da Frelimo reprimiu-as.

Pelo moderno sistema político, entendia-se que o território, a nacionalidade, a língua, o sistema político e os símbolos (bandeira e hino nacional), poderiam criar uma identidade nacional sólida, mas falta-lhes o fundamental: os valores socioculturais. A forma de acabar com esta situação passa pela inclusão das elites étnicas e das comunidades marginalizadas no poder, a criação de partidos étnicos e a reintegração dos líderes tradicionais na governação (Cahem, 1996; Lundin, 1996).

Nisto, a etnicidade, resulta da diferença, em termos de acesso a recursos e oportunidades, percebida como elemento determinante nas relações intergrupais. Somente nesses casos, é que os grupos se etnicizam e ou são etnicizadas. Uma vez que o critério de definição da etnia é a relação conflitual e ou competitiva entre os grupos ou organizações sociais (que Serra chama de “instancias”), então qualquer grupo ou organização, na sua interação conflitual com o outro, passa a ser etnia e a etnicidade passa a ser sinónimo de identidade do grupo ou da organização em causa.

## a. Nota Metodológica

Não cabe aqui o exame detalhado do debate da história política, social e económica de Moçambique, mas apontar algumas perspectivas que poderão contribuir para a análise longitudinal de Moçambique. Decerto, a visão histórica e interpretativa, não dispensa a reflexão do presente. Desse modo, o trabalho se aproxima da proposta metodológica de Pierre Rosanvallon (2018)<sup>19</sup>, para qual o estudo do passado é importante e justifica-se na medida em que, algumas ações e decisões do passado revelam seu valor para compreendermos a época atual.

Para tal, a tese faz uma revisão da literatura teórica e empírica sobre o campo político de Moçambique, tanto a partir da visão de autores internos e externos, quanto aos críticos e defensores. No que concerne à revisão da história política de Moçambique, se detém na análise da literatura, utilizando textos produzidos por atores dos períodos estudados. Neste contexto, a pesquisa feita neste capítulo, respeitou os pressupostos de uma abordagem exploratória e os dados empíricos utilizados nesta parte do trabalho são qualitativos e de natureza quantitativa (pois grande parte foi organizada, seleccionada e utilizada por fontes secundárias em materiais já elaborados e publicados).

Os textos, dados e informações utilizados nesta parte da Tese, foram recolhidos por meio de sites oficiais (portaldogoverno.gov.mz; CNE, IDEA, Afrobarometer e IESE) e pelo acervo da Universidade Eduardo Mondlane. Além disso, foram consultados documentos sobre a história do país, adquiridos no arquivo histórico de Moçambique e na biblioteca nacional de Moçambique. Algumas referências foram centrais para o desenho desta parte da tese, das quais destacamos JARDIM, 1976; ROCCA, 1994; HUME, 1994; CAHEN, 1993.

---

<sup>19</sup> A abordagem metodologia adoptada neste capítulo, segue uma estrutura desenvolvida por Pierre Rosanvallon, em seu livro: *Notre histoire intellectuelle et politique 1968-2018*.

*Um breve resumo do capítulo segue:*

- Na seção 2, apresentamos a história social e política de Moçambique, com ênfase na conjuntura da construção do Estado-Nação, desde a independência política e económica de Portugal, até a adoção do marxismo como modelo de governação. E ao final da seção dá-se ênfase aos acordos de Inkomati, que constitui um ponto de viragem da política no contexto Moçambicano.

- A seção 3 contém algumas discussões preliminares do debate sobre acordos de paz, transição para a democracia e as primeiras eleições multipartidárias.

- A seção 4 é dedicada à discussão sobre o sistema partidário de Moçambique, onde verificamos a estrutura da competição política, a tipologia do sistema partidário na dimensão teórica e seu enquadramento no contexto de Moçambique.

- A Seção 5 é focada no debate das clivagens que determinam a estrutura do voto em Moçambique. Partindo da dimensão europeia, sugeridas por Lipset e Rokkan (1967), procurou-se criar uma taxonomia explicativa das duas principais clivagens que explicam o voto em Moçambique: a clivagem étnica e clivagem espaço (centro-periferia) e a questão da guerra, como sugerida por alguns pesquisadores africanistas.

Finalmente, seguem conclusões parciais do capítulo, onde constam os elementos de correlação entre os objetivos da tese e os pontos chaves do capítulo.

## **1.2 História Social e Política de Moçambique**

A história política, económica e social de Moçambique<sup>20</sup>, indica que Moçambique foi uma colónia de Portugal apartir dos processos de ocupação efectiva declaradas pela Conferência de Berlim, entre 1884/1885 e 1975, a altura em que declara sua independência política e social (assunto que será retomado mais a frente). Desde 1962, com o surgimento do Movimento FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), começam a existir focos de resistência pontuais em vários pontos do

---

<sup>20</sup> De acordo com Henriksen (1978), o nome Moçambique deriva de Musa al Bique, um sheik preeminente da Ilha de Moçambique.

país, com destaque para o de Mueda e cidades da Beira e Maputo, onde os trabalhadores das fábricas e outros negros começam a rebelar-se contra os colonos.

Desde então, estes tumultos não tiveram freio e culminaram com a consolidação e desenvolvimento do movimento FRELIMO, fundado em 1962. Em 1964, marca-se o início da luta de libertação na FRELIMO, oriunda da fusão de três movimentos (União Democrática de Moçambique – UDENAMO; Mozambique African National Union – MANU e União Nacional Africana de Moçambique Independente - UNAMI) contra os portugueses. Em 1968, sob a presidência de Eduardo Mondlane<sup>21</sup>, a FRELIMO organiza seu 2º Congresso, do qual, redesenha as diretrizes da guerra de libertação. Aliás, neste quesito a FRELIMO, além de ser uma difusão de três movimentos anticoloniais (UDENAMO, MANU e UNAMI), era também constituída por membros da sociedade intelectual do interior do país, membros das comunidades étnicas, estudantes e camponeses, e visava a unidade como uma das suas principais bandeiras ideológicas,

[...] A FRELIMO defendia uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre os guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo... Esta unidade forjar-se-ia pelo estabelecimento de “relações de tipo novo” que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional [...] (CABAÇO, 2007, p: 64).

Ou seja, ficou evidente que a ideia de unidade que era uma constante no imaginário da FRELIMO e procurou de todas as formas a sua implantação para evitar fragmentos dentro do movimento. Contudo, essa Frente então fundada tinha também sua base de apoio alargada, obtinha por via da fusão dos três movimentos que

---

<sup>21</sup> Foi o primeiro presidente da FRELIMO. Sociólogo formado nos Estados Unidos, onde mais tarde deu aulas em uma das universidades do mesmo país. Muito se sabe sobre sua vida e sua capacidade de mobilização e serenidade em termos de gestão de conflito. No entanto, pós conclusão do curso e tentativa de ajudar seu país de origem, Moçambique, ao fim da colonização, tenta uma ajuda pelo Estado Unidos, mas não consegue, preferindo abandonar o país e seguir outros fóruns de ajuda. Foi nesta onda que em seu livro “Lutar por Moçambique” assume que a opção ideológica que a luta seguia não era mera escolha, mas a única forma e via para alcançar a independência e com os recursos que detinham. Lembrando que, naquela época, quem auxiliou a FRELIMO foram países como Cuba, China e Tanzânia, que eram da ideologia socialista.

inicialmente tinham uma tendência mais regional e não de unidade nacional. Ao contrário do que imaginavam os líderes do movimento, este foi marcado por um conjunto de divergências internas, cujo ponto mais alto foi o surgimento de duas facções principais: a radical e a conservadora.

Os conservadores em sua maioria do centro do país (Sofala, Zambesia, Manica), sempre pretenderam centrar os esforços no processo da luta pela independência (O'LAUGHLIN, 1992).

Os chamados “radicais” assentavam sua liderança em alianças entre pequenas coligações de assimilados dentro do Movimento, oriundos da zona sul do País (Maputo, Gaza e Inhambane), normalmente mulatos, brancos e indianos e também uma elite emergente rural de moçambicanos do Norte do País, especialmente na província de Nampula, e com níveis de educação obtidos em seminários que lhes permitia ter o devido respeito dentro da FRELIMO. Este grupo de radicais excluía a elite do Centro do país, que tinha antecedentes sociais diferentes.

Apesar da elite oriunda do Norte do país representar uma parte importante da elite governante, a grande parte dos que encabeçaram a ideologia eram advindas da elite de Maputo (VINES, 1996; HALL e YOUNG, 1997).

Estes dois grupos políticos, mais tarde configuraram os dois principais partidos, os radicais em sua maioria foram parte integrante do partido Frelimo e defendiam um tipo de organização baseado no modelo socialista UJAMAA<sup>22</sup>, de Tanzânia; E os conservadores, mais tarde se aliaram a RENAMO, que tinham em vista a implementação de um jogo democrático após a independência.

---

<sup>22</sup> Ujamaa que foi um conceito usado pelo Presidente de Tanzânia, Julius Nyerere para promover o desenvolvimento social, económico e político de Tanzânia. Esta ideia foi publicada no Projeto Intitulado “Declaração Arusha”, expondo os principais objectivos da Ujamaa. O ponto era criar um modelo de desenvolvimento que ergue-se a base do socialismo Africano. Nas palavras de Nyerere (1970) "Ujamaa é a família e uma atitude mental necessária para garantir que as pessoas cuidem do bem-estar umas das outras", disse ele. "Na sociedade africana tradicional, as pessoas cuidam da comunidade e a comunidade cuida delas, sem se explorarem mutuamente."

A FRELIMO, no decorrer do tempo passou a identificar-se como uma frente nacionalista de ideologia “marxista-leninista”. Alguns autores (Vines, 1996; Hall e Young, 1997) explicam que a adoção do marxismo-leninismo obedeceu a um processo intrínseco vinculado à singularidade e às especificidades da “luta de libertação nacional”, algo que o primeiro presidente da FRELIMO (1962-1968), Eduardo Mondlane evidenciou como indicado acima.

Com o assassinato de um dos fundadores e então presidente do Movimento de Libertação de Moçambique, Eduardo Mondlane, em 3 de Fevereiro de 1969, o comando da organização foi assumido por um triunvirato de líderes militares e para militares, que desempenhavam as funções militares e administrativas da organização, composta por Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos<sup>23</sup>. Vários problemas de gestão no seio da FRELIMO fizeram com que muitos embates internos surgissem e a direção da frente sofreu um processo de mudanças. Passou-se a discutir, no interior da organização, um conjunto de problemas derivados da questão racial, do critério de pertencimento e da lealdade ao grupo, entre outros.

Explica Macagno (2009) que aqueles que seguiam o legado de Mondlane reclamavam os três elementos avançados acima (questão racial, o critério para pertencimento e lealdade ao grupo), argumentando sobre o caráter excludente da organização, cujos visados eram os membros vindos da região Centro e Norte do país. Com estas crises cíclicas dentro do movimento de libertação, em maio de 1970, em uma reunião do Comitê Central da FRELIMO, Uria Simango, da região centro de Moçambique, da ala conservadora e defensor das ideias de liberdade e de democracia

---

<sup>23</sup>Uria Simango, natural do Centro do País, concretamente na província de Sofala. Foi um dos membros mais influentes e um dos fundadores do movimento de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Por veleidades dentro do movimento, foi condenado e morto em 1980, acusado de ser regionalista. Seu filho Daviz Simango atualmente é presidente do 2º município mais importante de Moçambique (Beira), por sinal, o local onde a FRELIMO nunca teve bons resultados eleitorais tanto para as eleições legislativas, assim como para as presidenciais. Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique Independente. Substituiu Eduardo Mondlane após a sua morte. Principal mentor do socialismo e marxismo em Moçambique. Populista, carismático e pai da nação Moçambicana. Morreu em um acidente em 1986, que até então não se sabem as razões. Marcelino dos Santos, membro fundador do partido FRELIMO. Antes de integrar-se na FRELIMO, foi secretário da UDENAMO (vide página 30) e atualmente é membro sênior do partido FRELIMO, onde faz parte da comissão política.

foi expulso e mais tarde morto por execução em 1980<sup>24</sup>, a mando do partido-Estado Frelimo, com acusações de estar ligado à conspiração para segregar o grupo.

Após uma década de luta pela libertação, sob o presidente da Frente, Samora Machel, presidente do Movimento de Libertação e mais tarde primeiro presidente de Moçambique independente, expandiu as forças para a parte Norte e o Centro do país. Era imaginário ou imaginado, que o objetivo era a independência e o nacionalismo por via da luta armada, que mais tarde passou a ter um caráter revolucionário. Porém, a FRELIMO pretendia operar uma radical transformação das relações sociais e econômicas em Moçambique para construir uma nova sociedade, livre de exploração do homem pelo homem, em que as condições materiais de vida do povo melhorassem continuamente e as suas necessidades sociais fossem satisfeitas (FRELIMO, 1983)<sup>25</sup>.

Em 25 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, uma nova fase do embate entre portugueses e moçambicanos começa a aflorar, o que levou ao término do conflito. Com isso, a guerra entre a FRELIMO e o governo português chegava ao fim em Setembro de 1974, quando foi assinado o Acordo de Lusaka na Zâmbia, o que permitiu que Portugal reconhecesse formalmente o direito de independência a Moçambique, que ocorreu em 25 de Junho de 1975 (O'LAUGHLIN, 1992; VINES, 1996; SUMICH, 2008; MACAGNO, 2009), nas palavras de Jardim (1976),

[...] rodou o tempo e muito de imprevisto aconteceu. Em Junho de 1975 nascia a República Popular de Moçambique. Tudo tão diferente do que se havia programado! Sem consulta ao povo, sem apoio popular autorizado e sem mesmo as gentes se poderem pronunciar, proclamou-se um estado Marxista de inspiração soviética. As poucas dúvidas que pudessem subsistir nos textos legais foram logo supridas pelos dizeres dos discursos dos responsáveis e pelas posições que tem vindo a assumir [...] assistiu-se um insulto aberto a presença portuguesa de cinco séculos [...] despezou-se a comunidade lusíada, em obediência a

---

<sup>24</sup> A morte de Uria Simango acontece no espírito dos costumes, usos e tradições da luta armada de libertação nacional, onde o Comité político do partido Felimo julgava e condenava a morte por fuzilamento e execução dos desertores e traidores do povo. Na mesma execução com a ordem de acção nº 5/80, De: DI, Par: DB e o Chefe da BO foram executados: Além de Uria Simango, Lázaro Nkavandane, Júli Razão Nihia, Mateus Ngwegere, Joana Simeão, Paulo Gumane.

<sup>25</sup> Partido Frelimo (1983) Moçambique. Do subdesenvolvimento ao socialismo. Relatório do Comité Central ao IV congresso do Partido Frelimo. Paris, Edições l'Harmatan.



novas servidões. provocou-se sistematicamente êxodo de dezenas de milhar de pessoas, no mais exacerbado racismo e sem entender a que a maioria delas era genuinamente moçambicana. Destruiu-se a economia do país, com a saída dos melhores valores profissionais e com a imposição de estruturas marxistas inadaptáveis às tradições tribais. A fome alastra e o desemprego cresce. Montou-se a mais severa repressão policial sem respeito pelos mínimos direitos individuais, reduzindo ao silêncio consternado milhões de pessoas que até tem medo de pensar. Eliminaram-se, raptaram-se ou torturaram-se quase todos os elementos politicamente válidos. Os que não conseguiram exilar-se tiveram, para sobreviver, que realizar confissões públicas sob a implacável ameaça dos seus algozes (JARDIM, 1976, p. 27).

De acordo com a citação acima podemos verificar que depois de Moçambique ter alcançado a independência em 1975, o poder político, económico e social continuou controlado pelo grupo dos radicais dentro do partido Frelimo. Para estes, tal como na constituição de 1975, defendiam que a linha política e orientadora do país era definida pela FRELIMO, como a força do Estado e da Sociedade (KRENNERICJ, 1999; WIMPY, 2011). Desde então, os novos detentores do poder, neste caso os radicais da Frelimo controlou o governo de 1975-1990 e com abertura ao multipartidarismo, o partido Frelimo continuou dominante entre 1994-2004; 2014-2019.

Das várias transformações sociais e políticas do país entre 1975-1990, nota-se por um lado que o eclodir da guerra civil em 1977, principalmente pelas escolhas institucionais para a construção do Estado tomadas pelo grupo dos radicais dentro do partido Frelimo, contribuiu para o surgimento a partir dos discordantes do grupo dos conservadores a RENAMO em 1977 (mais tarde voltaremos a esta discussão).

A guerra civil surgiu ancorada por dois pressupostos: descontentamento interno devido as escolhas institucionais, e o modelo de governação após a independência que excluía as lideranças do centro e norte do país, para os cargos de governação, bem como a crença da incompatibilidade do socialismo e marxismo da FRELIMO em Moçambique no período após 1975. Ou seja, a ideologia política e económica seguida pela Frelimo, a partir de 1977, estava desfocada daquilo que eram os anseios e a forma estrutural da região a qual Moçambique está inserida (WIMPY, 2011) e que

Moçambique precisava seguir a linha de orientação mais capitalista, liberal e de escolhas políticas por meio de uma democracia eleitoral.

Alguns autores que fazem a leitura externa de Moçambique, verificam contrariamente e de forma complementar que a RENAMO é criada pelo regime de Ian Smith na antiga Rodésia (atualmente Zimbábue) como resposta a ajuda que a Frelimo dava a Zimbábue, quando da luta pela independência contra os colonos Ingleses. A RENAMO liderada pelo Dhlakama era composta inicialmente por colonos portugueses que se mudaram para a Rodésia após a independência de Moçambique em 1975, porém ainda tinham interesses financeiros no País. Por outro lado, a RENAMO era constituída por cidadãos moçambicanos que fizeram parte do antigo exército português (GEFFRAY, 1991).

Assim, as explicações da eclosão da guerra tendem a polarizar-se: a primeira realça que a guerra foi uma projeção de desestabilização contra o governo da FRELIMO, patrocinado externamente pelo regime do apartheid da África do Sul (HANLON, 1984; MINTER, 1994), vis-à-vis a crescente preocupação ocidental em torno do governo da Frelimo inspirado na ideologia marxista-leninista/socialista na região.

A segunda explicação da guerra civil advoga que as causas da guerra foram internas, fruto das veleidades da experiência socialista e da política de exclusão quase constante conduzida pelo partido Frelimo desde a independência, sobretudo a alienação do apoio aos agricultores rurais, o desrespeito pelas autoridades tradicionais, religiosas, a imposição de aldeias comunais e novas estruturas de poder<sup>26</sup>, que procuraram substituir a ordem social tradicional, e a tentativa de eliminar todos os vestígios do “obscurantismo” e de forjar “um homem novo” na revolução moçambicana.

---

<sup>26</sup> A compreensão geral indica que o período socialista em Moçambique, foi um período em que as expectativas populacionais foram goradas, as promessas alistadas na luta de libertação nacional foram esquecidas e ao invés da Frelimo permitir maior liberdade e posse das terras que por muito foram ocupadas pelo colono, voltou a controlá-las, muita das vezes por força do poderio militar em favor dos interesses coletivos e das machambas coletivas, respetivamente. Outro ponto importante, é o fato da Frelimo excluir nos primeiros anos da Independência, o poder das lideranças locais e tradicionais, sob alegação que foram o fio condutor da implementação do projeto do colonialismo português em Moçambique.

Uma visão adicional a esta, foi elaborada por Lundin (2004), que sugere que as causas dos conflitos foram abordados numa dimensão sistémica, visto que, em termos práticos o que mais pesou foi à questão da exclusão de uns em detrimento de outros, no quadro da luta abraçada por todos entre 1964-1974. Neste caso, o socialismo adotado pela Frelimo no 3º Congresso do partido em Fevereiro de 1977, que defendia também um programa de modernização a ser alcançado em 10 anos, produziu sucesso e também deixou um conjunto de sequelas no tecido nacional.

Os impactos negativos podem ser descritos, como indica Hoile (1994): a perda de valores morais e sociais, proliferação de armas em mãos inadequadas sendo usadas para perpetrar diferentes tipos de crimes, o aumento da pobreza e o despovoamento das áreas rurais e as áreas urbanas tornando-se super populares, um milhão de mortos, um prejuízo de 20 bilhões de dólares, muitas cantinas, postos e escolas destruídas ou forçadas a fechar, etc. (HANLON, 1997). E calcula-se que o Produto Interno Bruto (PIB) era apenas metade do que teria sido sem a guerra<sup>27</sup>.

Isto é, não se tratou apenas de uma violência, pois a RENAMO e os seus aliados estratégicos do regime da Apartheid tinham objetivos de atrasar e implementar um modelo de governação mais liberal e capitalista.

Os dados estatísticos segundo Hanlon (1997), ilustra que:

- Das 5.886 escolas do ensino primário do primeiro nível, 3.498 (quase 60%) foram encerradas ou destruídas, e na Zambézia (hoje um dos maiores círculos eleitorais sob domínio da RENAMO em termos de apoio eleitoral), somente 12% continuaram a funcionar até o fim da Guerra em 1992;

---

<sup>27</sup> Foi uma Guerra cruel nas áreas mais remotas de Moçambique, sobretudo as rurais, e foram os moçambicanos mais pobres que pagaram seu preço. Em 1988, Roy Stacey, Assistente Adjunto do Secretário do Estado para Assuntos Africanos dos EUA, numa tentativa desesperada de acabar com o apoio dos EUA a RENAMO, acusou esta publicamente de estar a levar a cabo um dos mais brutais holocaustos contra seres humanos comuns, desde a 2ª Guerra Mundial (Hanlon, 1997).

- O numero de postos de saúde do nível primário tinha aumentado de 326 à altura da independência, para 1.195 em 1985, mas 500 foram encerradas ou destruídas pela RENAMO (PAVIGNANI, 1996; BM, 1995).

- Da população Moçambicana dos meados de 1980 estimada entre 13 a 15 milhões, 1 milhão morreu, 1.7 milhões eram refugiados nos países vizinhos de acordo com alto comissariado das Nações Unidas para Refugiados, e pelo menos 3 milhões eram deslocados (HAMLON, 1997).

Na dimensão positiva, a RENAMO e seus aliados por via deste ato abriram o caminho para o estabelecimento de uma democracia multipartidária, por via de uma transição para a democracia que inicia nos finais de 1980 e princípios de 1990, principalmente com assinatura dos Acordos gerais de Paz em 1992.

### **a. Da Guerra Civil ao Processo de Transição Democrática de Moçambique**

O governo da Frelimo, na década de 1980, incomodava o governo da Rodésia do Sul e da África do Sul pelo fato de Moçambique apoiar a guerrilheiros zimbabwuanos e do Congresso Nacional Africano<sup>28</sup>. A partir deste momento, estes dois governos, começaram apoiar a RENAMO em logística e treinamento, formando soldados que serviram anteriormente a FRELIMO, e que escaparam da política de Reeducação da Frelimo<sup>29</sup>, ex-membros da Frelimo que não concordavam com a ideologia Marxista-Leninista, e outros (TOLENAIRRE, 2006).

Em 1980, com a independência do Zimbabwe e a retirada do apoio a Renamo, sucedeu-se que o único apoio que restava a RENAMO a sua continuidade na relação com África do Sul. Mas em 1984, ocorreu um evento político que foi a assinatura de Acordo de Inkomati, no qual havia compromisso de não-agressão e boa vizinhança entre o governo da África do Sul e de Moçambique em Março de 1984 (ISAACMAN, 1985; ANGLIN, 1985; ERASMUS, 1985). *O que era este acordo?*

---

<sup>28</sup> O ANC, na sigla inglesa, foi fundado a 8 de Janeiro de 1912, por um grupo de chefes tribais, e representantes de igrejas e grupos da sociedade civil decididos a construir uma organização para lutar pelos direitos dos negros. É um movimento e partido político da África do Sul.

<sup>29</sup> O Governo transitório de Moçambique (1974-1975) criou campos especiais para a *reeducação* das prostitutas, desempregados, marginais e também campos de prisioneiros políticos.

O acordo de Inkomati, assinado pelo então presidente da República Popular de Moçambique Samora Machel e Primeiro-Ministro da África do Sul Pieter Botha, define-se como de “não agressão e boa vizinhança” e reafirma os princípios de não interferência nos assuntos internos de cada Estado<sup>30</sup>. Como sugere Saul (1985, p. 392-3),

[...] Para Moçambique, as cláusulas cruciais são certamente as seguintes: 1- Ambas as altas partes contratantes resolverão as diferenças e disputas que surgirem entre elas e que possam pôr em risco a paz e a segurança mútua ou regional através de negociações, mediação, conciliação, arbitragem e outros meios pacíficos; comprometer-se a não recorrer individual ou coletivamente ao uso da força contra a soberania, a integridade territorial e a independência política entre si. 2 - As altas partes contratantes não devem permitir que seus respectivos territórios, águas ou espaço aéreo sejam usados como base, ponto de trânsito ou de qualquer outra forma por outro estado, governo ou força militar, indivíduo ou organização que planeje ou se prepare para realizar atos de violência, terrorismo ou agressão à integridade territorial ou independência política do outro, ou que possam ameaçar a segurança de seus habitantes [...] <sup>31</sup>.

No entanto, este acordo falhou, não se materializou, pois se verificou que a FRELIMO continuou dando algum tipo de suporte ao African National Congress e as atividades e intensidade dos ataques da RENAMO continuou apoiado pelo governo Sul Africano, por via de apoio logístico e treinamento em solo sul africano. Isto porque era intenção da Frelimo a partir do Acordo de Inkomati, conseguir também integração na economia da região e do capitalismo de forma incipiente e mix entre reintegração na

---

<sup>30</sup> Um conjunto de evidências e elementos extraídos do Acordo de Inkomati, dos quais, citação ao pé da letra dos artigos e a maneira de efetivação deste acordo, vide em: Professor Gerhard Erasmus (1994) – O Acordo de Inkomati: Contexto e Conteúdo.

<sup>31</sup> For mozambique the crucial clauses are surely the following: 1- Both the high contracting parties shall resolve the differences and disputes which arise between them and which could endanger mutual or regional peace and security through negotiations, mediation, conciliation, arbitration and other peaceful means and undertake not to resort individually or collectively to the use of force against the sovereignty, territorial integrity, and political independence of each other. 2 - The high contracting parties shall not allow their respective territories, waters or airspace to be used as a base, transit point, or in any other way by another state, government, or force military, individual or organizations planning or preparing to carry out acts of violence, terrorism, or aggression against the territorial integrity or political independence of the other, or which could threaten the security of its inhabitants. Tradução em Português do autor.

economia da região e do circuito capitalista e diluir o apoio em favor do ANC (SAUL, 1985).

Como forma de corrigir estes problemas, inicia na segunda metade de 1980, um processo de reformas dos aspectos económicas, que foram desenvolvidas a partir de planos, apoios directamente ligados ao processo de liberalização política, social e económica, o que levou Moçambique a pedir apoio ao Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional em 1984, e anunciando mudanças profundas na estrutura da economia política do país e viragem do apoio para os países mais capitalistas<sup>32</sup>.

O caso mais exemplar foi quando ao governo da FRELIMO em 1981, viu rejeitado pela União Soviética o pedido para se juntar ao Conselho para Assistência Económica Mútua (COMECON), e com a agravante do aumento da pobreza, e do preço dos produtos Moçambique viu a necessidade de atrair ajuda económica do Ocidente, e o governo da Frelimo começou gradualmente distanciar-se do regime de Moscú (WEITZ, 1992; CAU, 2011).

No que segue, em 1986, no espaço e tempo de transformações no país, o presidente da Frelimo e de Moçambique, Samora, morre em acidente de viação em cujos culpados até então não foram desvendados e foi substituído por Alberto Joaquim Chissano, que começa intensamente as negociações para paz e em 1989, a Frelimo, anuncia mudanças profundas no status quo político e social, no Vº Congresso do Partido. A mais relevante para os objetivos deste trabalho se refere ao abandono da ideologia marxista-leninista, alterando o seu modelo de governança para o liberal.

Nos finais de 1980, a abertura política foi caracterizada por um amplo debate sobre a organização institucional da nova república que culminou com a promulgação da nova Constituição em Novembro de 1990. Entre outras mudanças notáveis, foi

---

<sup>32</sup> Destacamos que é importante ilustrar dois pontos: apesar de ser um regime de partido único, houve realização de eleições de partido único em 1977 e 1986 para eleição de representantes da Assembleia da República, apesar de serem eleições indiretas e com indicação do partido Frelimo.

introduzido o multipartidarismo e Moçambique deixou de ser República Popular para tornar-se a República de Moçambique. Apartir daí, o sistema de governo passa de Partido-Estado, Frelimo para sistema democrático e liberal, cujo a escolha dos líderes e governantes passou a ser por eleição direta, O presidencialismo como forma de governo continua, com substantivas mudanças e fragilização do poder do primeiro-ministro, e o formato do poder ficou centralizado nas mãos do presidente da República e governadores das províncias por ele indicados.

## **1.2 Acordo Geral da Paz e as Eleições Fundadoras**

Como sustenta Hall (1991), Weitz (1992), Alden e SIMPSON (1993), o ritmo da resolução dos conflitos no terceiro mundo, não foi tanto quanto impressionante desde os anos 1980-90. Com isso, notabilizou-se de forma constante um encerramento de uma série de guerra de baixa intensidade, especificamente, Angola, Namíbia, alguns países da América Latina, como na Nicarágua e El Salvador, foram testes vigorosos que o governo de Moscow e de Washington durante a década de 1980, tinha interesse em acabar com os conflitos.

Todavia, apesar das diferenças as resoluções para todos estes conflitos ocorreram dentro de um curto período de tempo. Os Acordos de Paz assinados em vários quadrantes do mundo na década de 1980-90 (Angola, em Kampuchea e, em El Salvador, e a questão do Sahara Ocidental) são elementos atraentes para uma possível resolução de conflitos e uma promessa da paz.

Apesar de ser indicado um conjunto de evidências sobre as negociações inacabadas na agenda sobre a Paz, verifica-se em Moçambique, o preponderante papel dos principais atores externos, sobretudo a União Soviética, os Estados Unidos e África do Sul, tiveram uma mão muito intensa no carácter do conflito e vieram moderar o impacto de sua influência como agentes que permitiram aproximação entre o governo da Frelimo e o grupo rebelde a RENAMO.

A luz deste acontecimento verificou-se que o governo da Frelimo, tinha uma visão ideológica e de política externa muito independentista, apesar dos russos terem doado uma quantidade crescentes de apoio militar no início da década de 1980. Sobre a RENAMO, no que diz respeito aos Estados Unidos, a Administração de Ronald Reagan absteve-se de apoiar oficialmente a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), mas os rebeldes (RENAMO) foram autorizados a abrir um escritório em Washington em 1986, e conseguiram ganhar o apoio de vários conservadores (WEITZ, 1992; FRY, 2003; PUREZA, 2007; OLIVEIRA, 2009; BRITO, 2016)<sup>33</sup>.

A intervenção de diferentes atores no processo de negociação da paz em Moçambicano culminou no estabelecimento de um documento que constituiu o Acordo Geral de Paz em 1992. Este documento compreendeu sete protocolos e isso marcou uma introdução de uma democracia eleitoral e multipartidária em Moçambique (ZUPPI, 1995; BOTAO, 2009; CUCO, 2016; PEREIRA, 2016; MACAMO e NEUBERT, 2017).

Reportamos que as negociações de Roma deveriam seguir por um lado a estrutura formal da mediação do conflito Moçambicano, por via de várias entidades e atores conforme indicado. Daí que, como ilustra Hume (1994), entre Julho de 1990 e Outubro de 1992, foram realizadas doze rodadas de negociações em Roma, envolvendo representantes do governo da Frelimo e dos rebeldes “RENAMO” (MACAMO e NEUBERT, 2017). Aqui vamos especificar o desenvolvimento histórico descrito por Ajello (1995), ao explicar que foram três fatores que determinaram o sucesso da operação tendo em vista os Acordos Gerais de Paz em Moçambique, a saber:

[1] a grande vontade demonstrada pelos moçambicanos e seu empenho na *construção da paz* e no respeito pelos compromissos

---

<sup>33</sup> Do mesmo modo, o papel da igreja foi chave neste processo de paz em Moçambique, que envolvia uma intervenção de diferentes forças que buscavam trazer paz, estabilidade e reconciliação dentro da nação Moçambicana. Dos vários atores, indicados, tais religiosos (católicos romanos, Conselho Cristão e a Comunidade San't Egidio) e intervenções internacionais da ONUMOZ



assumidos no acordo. Vontade de paz das lideranças e, sobretudo, vontade de paz da gente comum<sup>34</sup>.

[2] A unidade compacta da comunidade internacional, e sua capacidade de falar em uma só voz, e o forte apoio que deu ao representante especial do Secretário-geral. De acordo com algumas passagens do acordo de paz, a comunidade internacional e seus representantes, foi um ator importante em todo processo e participou na formação das decisões.

[3] Grande flexibilidade com que normas e procedimentos foram adequados à realidade no terreno, em lugar de se tentar que a realidade se adaptasse às normas e aos procedimentos.

Por simplicidade, o ponto de confiança era a chave destas negociações. Ou seja, o mesmo problema após na fase da implementação do acordo posterior. Sem um parceiro externo aceite pelas ambas a parte, o acordo e sua implementação seria extremamente difícil, ou quase impossível. Assim, passado quase uma década de guerra civil, Moçambique alcança à paz em 4 de Outubro de 1992 em Roma, após 18 meses de negociação (ABRAHAMSSON E NILSSON, 1995; VINES 1996; DELLA ROCCA 1997; MACAMO E NEUBERT, 2017).

O novo acordo político entre as partes deixou algumas questões de justiça pós-guerra sem repostas, e foi confirmada pelos fundos para reconstrução (dividendo da Paz). E a estabilidade da nova ordem seria testada caso a Frelimo fosse derrotada nas eleições gerais ou frustração de combatentes da RENAMO. Ou seja, o processo de Paz em Moçambique teve várias falhas cujos compromissos sociais, políticos e económicos tiveram que ser feitos na ordem após conflito, e com algum tipo de pressa, e isso vem intrometendo o funcionamento da política moçambicana desde os acordos de paz.

---

<sup>34</sup> *Italico nosso.*

Em termos teóricos, segue o argumento do dilema da pacificação, avançado por Macamo e Neubert (2017). Das diversas abordagens, uma delas indica que se queremos entender os processos de pacificação, precisamos examinar as questões de guerra e paz de uma perspectiva analítica e não normativa. Isto porque, em varias colocações sobre estabelecimento da Paz, ilustram que “a violência não paga e que a paz é uma condição para o desenvolvimento”. Porém, diferentes formas de conflitos de grupos violentos, assumem o processo e as chances de paz devem ser levadas em consideração em qualquer construção social. Dai que, os autores sugerem quatro tipos ideais principais de conflito de grupos violentos:

**[a]** Guerras internacionais entre estados-nação que lutam pelo controle de um Estado e território.

**[b]** Guerras civis "clássicas" entre facções políticas a nível nacional dentro de um estado-nação lutando pelo controle político do estado e do território. Ou conflitos multipolares descentralizados.

**[c]** Conflitos intercomunitários locais entre guerreiros locais e defesa - comunidades visando a acumulação de riqueza, honra, fama, asserção de identidade ou controle sobre um território local limitado e autodefesa.

**[d]** Conflito com empresários políticos e económicos cujo poder é com base na violência de forças armadas de diferentes tamanhos (guerreiros) lutando por acumulação de riqueza, influência política e às vezes para o controle de um território local ou regional limitado (MACAMO e NEUBERT, 2017).

No contexto Moçambicano, sucedeu-se dimensão (B e C), visto que a construção da paz em si foi um processo que inclui muito mais do que apenas um fim de lutar. E isso leva a construir argumentos que sugerem três formas de pensar a Paz em Moçambique: [1] Gerenciamento de crises e fim de lutar levando a paz negativa (ou seja, ausência de guerra). [2] uma percepção de que a consolidação da paz irá conduzir

à paz positiva (ou seja, ordem pacífica estável e desenvolvimento sócio e económico progressivo), [3] preocupação constante pela prevenção de conflitos e sua ausência.

A partir daí, estamos em condições de dizer que o objetivo do conflito armado é a vitória, não a paz como tal (MACAMO e NEUBERT, 2017), visto que, somente a partir de uma vitória consegue executar seus próprios objetivos, além de trazer a paz negativa. De qualquer das formas, a paz negativa em Moçambique, foi o principal passo, que segue para a realização de caminhada longa da paz positiva, no sentido de construir e consolidar a ordem pacífica.

Baseado nisso, Ktihne (1998), seguiu cinco etapas que são necessárias para a paz efetiva, a saber: [1] Desmobilização dos combatentes e sua reintegração na vida civil em Moçambique; [2] Instalação de governança pós-conflito, incluindo a reconstrução da ordem pública e segurança, aplicação da lei e monopólio da violência também como reconstrução política de Moçambique; [3] Reconstrução técnica de infraestrutura, compensação de danos de guerra e estabilização económica; [4] Reconstrução jurídica e psicológica, incluindo a regulamentação dos crimes da guerra, danos de guerra, propriedades saqueadas ou adquiridas ilegalmente e reconciliação nacional e de fato; [5] a construção da paz também inclui a realização do Estado de Direito, justiça social, participação política, e uma cultura de conflito construtiva não-violenta em Moçambique.

Muito esforço foi dedicado para descrever que a história política e a democracia multipartidária em Moçambique, que começou de fato em 1990, após aprovação da nova Constituição da República em 1990, que mudou o sistema político-eleitoral de partido-Estado para um sistema de democracia eleitoral. Segue que a Renamo, depois de assinar o acordo de paz, começou a edificar-se como partido político, pois dentro da estrutura do cessa fogo, previa-se um fundo fundiário da ONU criado em 1993 nos países que viveram o conflito civil, para ajudar os partidos políticos no estágio inicial da

democracia<sup>35</sup>. A partir deste valor que o partido Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), começa a fazer a sua campanha para as eleições fundadoras de 1994<sup>36</sup>.

Importante destacar que entre 1990 a 1994 foram criados mais 13 partidos, e que participam nas primeiras eleições multipartidárias de 1994. Destes partidos, apenas a Frelimo, a Renamo e Coligação União Democrática (UD), conseguem representação parlamentar. Esta configuração representa de fato, a estrutura do campo político de Moçambique desde o processo de libertação, luta colonial e a guerra civil de 1976-1992.

**Tabela 3:** Resultados das eleições Presidenciais post democratização - 1994

<b>Eleição presidencial</b>			
<b>Votos na Urna: 5.402.940 (87,87%)</b>			
<b>Candidatos</b>	<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>
<i>Joaquim Chissano</i>	<b><i>Frelimo-Governista</i></b>	<i>2.633.740</i>	<b><i>53.30</i></b>
<i>Afonso Dhlakama</i>	<b><i>Renamo</i></b>	<i>1.666.965</i>	<b><i>33.73</i></b>
Wehia Rupia	PADEMO	141.905	2.87
Carlos dos Reis	UNAMO	120.708	2.44
Carlos Jeque	Independente	34.588	0.70
Cassimiro Nhamithambo	SOL	32.036	0.65
Domingos Arouca	FUMO/PCD	37.767	0.76
Jacob Sibindy	PIMO	51.070	1.03
Mario Carlos Machele	Independente	24.238	0.49
Máximo Diogo Dias	MONAMO	115.442	2.34
Padimbe Andrea	PPPM	24.208	0.49
Vasco Alfazemade	PACODE	58.848	1.19
<b>Total</b>	-	<b>4.941.515</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da CNE-STAE. Elaborado pelo autor (2018)

<sup>35</sup> No estágio inicial da democracia em Moçambique, os governos ocidentais destinaram quase US \$ 17 milhões para a RENAMO se transformar em um partido político. US \$ 230.000 destinados à produção de folhetos que indicava a Renamo já é um partido e não movimento rebelde. Líderes militares sem níveis de escolaridade foram integrados no novo exército nacional como oficiais de alto escalão. Principais membros do RENAMO encontraram-se sentados em comissões e instituições que eles o indicaram para estarem em condições de defenderem os seus ideais e suas posições. Os outros partidos não armados, receberam um fundo e financiamento partidário cujo foi determinado pela lei eleitoral de 1994 de Moçambique.

<sup>36</sup> A Renamo reclamou e não legitimou os resultados das eleições de 1994, e faltou na 1ª sessão do parlamento em 1994. Boicotou e não participou nas 1ªs Eleições Municipais em 1998, ameaçou não participar nas Eleições Gerais em 1999, boicotou a participação na composição da Comissão Nacional de Eleições em 2000, organizou boicotes e manifestações em 2008, boicotou e não participou nas Eleições Municipais em 2013 e ameaçou não participar nas Eleições Gerais em 2014. Procurando retomar o poder que vem perdendo desde os anos 2000, a partir de 2012 Dhlakama redescobriu o espírito belicoso da Renamo organizando emboscadas e ataques violentos. Um novo acordo de paz foi assinado em 2014, estabilizando a situação momentaneamente a situação político-militar.

**Tabela 4:** Resultados das eleições Legislativas post democratização - 1994

<b>Eleições Legislativas - 1994</b>			
<b>Votos na Urna: 5.405.611 (87.89%)</b>			
<b>Partidos</b>	<b>Assentos</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>
<b>Frelimo</b>	<b>129 (51.6%)</b>	2.115.793	44.33
<b>Renamo</b>	<b>112 (44.8%)</b>	1.803.506	37.78
UD	<b>9 (3.6%)</b>	245.793	5.15%
FUMO/PCD	-	66.527	1.39
PACODE	-	52.446	1.10%
PADEMO	-	36.689	0.77%
Coligação AP	-	93.031	1.95
PCN	-	60.635	1.27%
PIMO	-	58.590	1.23
PPPM	-	50.793	1.06%
PRD	-	48.030	1.01%
PT	-	26.961	0.56
SOL	-	79.622	1.67
UNAMO	-	34.809	0.73
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>4.773.225</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da CNE-STAE. Elaborado pelo autor (2018)

Os resultados das eleições de 1994 mostrou de fato, que os dois partidos políticos Frelimo e Renamo, têm uma força política e raízes sociais profundas na sociedade, o que se concretizam por meio do apoio eleitoral, visto que, a composição do parlamento Moçambicano em 1994, foi equilibrado, com dominância relativa para o partido Frelimo.

Estes resultados eleitorais de 1994 tem relação directa com os níveis de controlo das regiões de Moçambique, ainda na guerra civil entre a Frelimo e a Renamo e a problemática da estrutura e processos de controlo do poder dentro do partido-Estado Frelimo, desde 1975.

Dos partidos não armados, considerados pequenos, somente a coligação União Democrática conseguiu 12 assentos parlamentares, o que perfaz 3.6% dos assentos totais em todo país. Apesar de alguns grupos terem adotado a denominação dos movimentos que participaram directamente no processo da formação da Frelimo e na luta de libertação nacional, como é o caso da UNAMO, os resultados das eleições e a

composição do parlamento ilustra que os partidos Frelimo e Renamo dominam a geografia política e eleitoral de Moçambique.

Apesar desta tendência de controlo da competição política e distribuição da geografia do voto seguir um logica bipartidária, após as eleições de 1994, a Renamo não concordando com os resultados eleitorais, invocando a fraude eleitoral orquestrada pela CNE, fez um pedido para que o governo saído das eleições de 1994 fosse um governo da unidade e conjunto. Este pedido foi rejeitado pela Frelimo, oque levou a Renamo posteriormente a violar os termos do AGP, no período pós-eleição. É importante salientar que a única concessão que a Frelimo fez à Renamo foi à oferta para o líder deste último do status especial de "Líder da Oposição", uma posição que implicou um salário constante nos 5 anos de governação, benefícios e tratamento de protocolo, etc (DELLA ROCCA, 1997).

Da mesma forma, ficou evidente pelos dados da geografia eleitoral, que o partido Renamo teve dominância nas regiões do centro e centro Norte de Moçambique (Sofala, Manica, Zambezia, Tete e Nampula) e a Frelimo, vence com alta diferença nas províncias do Norte (Cabo Delgado e Niassa) e Sul de Moçambique (Gaza, Inhambane e Maputo que é a capital do país). Ou seja, o processo de democratização em Moçambique, nos seguintes termos:

[1] Nova constituição multipartidária (1990); Acordo de Paz (1992) a realização de eleições multipartidárias (1994), enquanto aspecto institucional significa a construção e institucionalização de uma cultura democrática, apesar da realização das eleições não foi acompanhado de uma institucionalização constante e de "moçambicanização" de valores democráticos, normas e regras;

[2] As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em 1994, com uma presença importante de pessoal da ONU e observadores internacionais, e fundos de confiança dos doadores para os partidos políticos.

[3] As eleições locais foram realizadas em 1998. Notabilizou-se quase ausência total de assistência técnica, estrangeira e quase nenhum observador, mas estas eleições resultaram da pressão dos doadores e financiamento da União Europeia.

Após a democratização, verificou-se que o partido Frelimo, vencedor nas eleições de 1994, apresentou propostas de governança ligadas aos ideias da social-democracia, onde o Estado continuou a intervir na economia e na sociedade como sucedeu na época do socialismo (1975-1992), com vista a promoção da justiça social dentro de um sistema que se abria ao capitalismo, e uma política que envolve o Estado de bem-estar social, criação e inovando as centrais sindicatos de trabalhadores, mesmo que alinhados a política do Estado, algo que se sucedeu com maior intensidade no período Socialista e Marxista em Moçambique.

Da mesma forma, desde 1990, com a nova Constituição que abriu espaço para a surgimento de novos partidos políticos e emergência das novas organizações da sociedade civil, que coincide com a promulgação da Lei das Associações Julho/1991, e outros dispositivos tendentes a linha liberal do Estado, notou que após as eleições de 1994, registou se o engrandecimento cada vez maior dos órgãos sociais do Partido no Governo da Frelimo, caso específico da OJM, OMM, ONP, que no período do partido único, desempenhavam as funções de Organizações da Sociedade Civil de massa e que fundamentavam o princípio do centralismo democrático. Entretanto, registou se cada vez mais, o crescimento de organizações da sociedade civil em Moçambique, principalmente com as ações e intervenções mais organizadas e sistémicas para proteger e promover as liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos e contribuir no processo de democratização do Estado e do Espaço Público.

## Sistema Eleitoral e Partidário de Moçambique – 1994 à 2019

[...] O artigo 75 (1) da Constituição da República (CRM) de 2004, estabelece que, no profundo respeito pela unidade e pelos valores democráticos, os partidos políticos são vinculados aos princípios consagrados na Constituição de 2004 e na Lei. O artigo 75 (2) determina que na sua formação e na realização dos seus objetivos, os partidos políticos devem, nomeadamente: (i) ter âmbito nacional; (ii) defender os interesses nacionais; (iii) contribuir para a formação da opinião pública, em particular sobre as grandes questões nacionais; e (iv) reforçar o espírito patriótico dos cidadãos e a consolidação da Nação moçambicana. O artigo 5 (1) da Lei 7/91 de 23 de Janeiro (Lei do Quadro Jurídico para a Formação e Atividade dos Partidos Políticos) estabelece que a criação de um partido político é requerida ao Ministério da Justiça, sendo o pedido acompanhado de *entre outros elementos, a destacar que [...] o reconhecimento legal de um partido político se efetua quando o número dos seus proponentes for de, pelo menos, dois mil (2.000) cidadãos residentes no país com a capacidade activa de eleger e ser eleito* (Nuvunga, 2007)<sup>37</sup>.

\*

Estudos sobre sistema eleitoral, nesta tese, são encaminhados pela abordagem institucionalismo, que reconhece as instituições são marco que estrutura os valores, forma de atuação das ações políticas dos atores (HALL e TAYLOR, 1996). Por via disso, abordamos neste estudo que o sistema eleitoral é uma instituição, pois se considerou a definição das instituições como norma de comportamento dos atores. Com efeito, os sistemas partidários podem ser vistos por um ponto de vista dos modelos de competição que se estabelecem dentro das diferentes sociedades políticos (WARE, 1996).

Assim, a análise dos sistemas partidários em democracias representativas é feita a partir da natureza da competição que se estabelece entre os partidos. Portanto, advém à importância de analisar a competição formal, informal e explícita que existe

---

<sup>37</sup> Itálico do autor



dentro do sistema político (WARE, 1996). Por definição, os sistemas eleitorais geralmente são estudados sob o ponto de vista dos seus efeitos na distribuição de assentos para os partidos e como estes processos afetam o desenho do sistema partidário.

Temos numerosos estudos que partem da mesma questão (como as fórmulas vão afetar o número dos partidos políticos?) e estes estudos têm estado em voga, sobretudo pelos métodos aplicados por (DUVERGER, 1957; RAE, 1967; TAAGEPERA e SHUGART, 1989). Salienta-se que a alocação dos assentos em partidos não é única tarefa das fórmulas eleitorais, pois esta fórmula deve também determinar a distribuição dos assentos para certos candidatos específicos dentro do partido na base da sua reputação partidária.

O ritual chamado eleições é um jogo da reengenharia institucional que permite selecionar os vencedores e os perdedores de uma eleição, numa região ou país. Em Moçambique não ocorre de diferentes formas, as eleições que são realizadas de cinco em cinco anos, representam um estágio da renovação da elite política e os representantes parlamentares, ao mesmo tempo que focos de desconfiança e deslegitimidade entre os partidos parlamentares e os eleitores vai crescendo.

Em 1992, foi aprovada a 1ª Lei Eleitoral de Moçambique, que seguiu os princípios da Constituição da República de 1990 e o IIIº protocolo dos Acordos Gerais de Paz (AGP), o qual previa a eleição do presidente da república por via do voto majoritário e dos parlamentares por representação proporcional dos votos obtidos na escala nacional (CARRILHO, 1995; TERCENIANO, BRAGA E SOUZA, 2015; TERCENIANO, 2016).

A competição política e eleitoral em Moçambique é estruturada por um conjunto de instrumentos e instituições formais e informais que influenciam seu formato, como a lei eleitoral e outros regulamentos, e que determinam a sua forma de funcionar e processo de restabelecimento do viés democrático ao longo de um contínuo de tempo. Continuamente, desde 1994, Moçambique vive uma democracia eleitoral, e estado de

direito democrático, com separação de poderes onde a competição política segue necessariamente a estrutura organizacional da sociedade.

A luz do contexto Moçambicano, Carrilho (1995), De Brito (2010), Macuane (2000) nos ajudam a entender que após o Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992, Moçambique adota uma democracia do tipo representativa. O processo de escolha desta forma de democracia foi algo quase que natural, porém, a escolha do sistema eleitoral gerou muitas discussões no seio dos partidos, entre os modelos de sistema eleitoral de lista fechada ou aberta, maioria relativa ou proporcional/majoritário. Porém, estas discussões tinham em vista a desconfiança extrema entre a Renamo e o Governo da Frelimo, após a guerra civil que terminou em 1992. Como corolário disso, finalmente adota-se o sistema de representação proporcional de lista fechada, para eleição dos deputados, e sistema majoritário, para eleição do presidente, que até então são vigentes.

Explicação de Carrilho (1995, p. 132) mostra que a fonte do sistema eleitoral Moçambicano é a próprio Acordo Geral de Paz emanado pela Constituição da República de 1990. No entanto, qualquer que for a natureza jurídica do Acordo Geral de Paz, é pertinente reconhecê-lo como sendo um elemento indispensável das fontes do direito eleitoral Moçambicano, sobretudo os protocolos que se referem à formação dos partidos políticos<sup>38</sup>, à Lei Eleitoral<sup>39</sup> e outros.

A constituição de Moçambique de 1990 previa um sistema eleitoral majoritário para eleição do presidente da República como imposição do Acordo Geral de Paz. Mesmo com as dúvidas do que poderia ser o multipartidarismo num país onde a guerra dividiu quase todos, acolheu-se o pluralismo político e se instala então a democracia representativa. Foi por meio disso que a Assembleia da República monopartidária decide então que para as eleições legislativas e presidências, usar-se-á o sistema de maioria (*the winner takes all*), pois a preocupação era de dar ao País um parlamento

---

<sup>38</sup> Protocolo II – Dos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos em Moçambique.

<sup>39</sup> Protocolo III – Dos princípios da Lei Eleitoral

não muito fragmentado e um executivo coeso e forte (CARRILHO, 1995; MATLOSA, 2003; PAINTER, 2010).

Assim, a Renamo convencida de que a Frelimo escolheu um sistema que desfavorece (maioria relativa), onde uma vez proclamado vencedor de um certo distrito eleitoral, o partido leva tudo. A Renamo aceitou este modelo, crendo que tinham uma base de apoio social em quase todo país, e que poderia ganhar as eleições presidenciais. Isso significou segundo a explicação de Carrilho que, o partido Renamo e outros partidos emergentes, não levaram em consideração outras variáveis de que a constituição da república possibilitava, como por exemplo, a possibilidade de um voto alternativo, um sistema de listas abertas, que possibilitaria a eleição de representantes das minorias, e a eleição majoritária de duas voltas que exige o candidato a ter uma votação absoluta. Como tal, a Renamo que é um dos atores chaves no processo de democratização, conseguiu substituir em 1992, o sistema de maioria previsto no protocolo III, do AGP, para adopção do sistema de representação proporcional na eleição dos deputados da Assembleia da República.

Considerando os efeitos do sistema eleitoral, na estrutura do sistema partidário, os partidos emergentes como a Renamo e outros, acreditando conhecer as leis de Duverger, segundo as quais a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; 2º o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis (...) e 3º a escrutínio majoritário de um único turno, tende a um sistema dualista, com tendências dos grandes partidos independentes, escolhem o proporcional como a melhor forma de obter maior representação em 1994.

Posto isso, esperava-se que a escolha do sistema proporcional alargasse a representatividade partidária no parlamento. Por isso, a escolha recaiu como indicado no sistema eleitoral de representação<sup>40</sup> proporcional<sup>40</sup> de listas fechadas<sup>41</sup> e o processo

---

<sup>40</sup> Artigo 107, número 3 da Constituição da República de Moçambique, associada à Lei nº 12/1992, de 9 de Outubro de 1992.

de transformação dos votos em assentos parlamentares é feito até hoje (2018) com base no método D'hondt, no universo de 250 assentos parlamentares e sem existência de cláusula de barreira.<sup>42</sup>

**Tabela 5: Número de Eleitores e a Magnitude Eleitoral<sup>(a)</sup> em Moçambique (1994-2014)**

Círculo Eleitoral	1994		1999		2004		2009		2014	
	Eleitores	M.Elei	Eleitores	M.Elei	Eleitores	M.Elei	Eleitores	M.Elei	Eleitores	M.Elei
<b>Cabo</b>	551.716	<b>22</b>	618.451	<b>22</b>	794.270	<b>22</b>	872.408	<b>22</b>	964.071	<b>22</b>
<b>Delgado</b>										
<b>Niassa</b>	281.292	<b>11</b>	356.693	<b>13</b>	453.461	<b>12</b>	539.685	<b>14</b>	615.258	<b>14</b>
<b>Nampula</b>	1.286.002	<b>54</b>	1.434.764	<b>50</b>	1.831.867	<b>50</b>	1.790.633	<b>45</b>	2.079.129	<b>47</b>
<b>Zambezia</b>	1.170.564	<b>49</b>	1.384.626	<b>49</b>	1.749.121	<b>48</b>	1.800.472	<b>45</b>	1.948.859	<b>45</b>
<b>Tete</b>	378.051	<b>15</b>	503.422	<b>18</b>	660.741	<b>18</b>	714.232	<b>20</b>	971.644	<b>22</b>
<b>Sofala</b>	493.613	<b>21</b>	593.877	<b>21</b>	802.149	<b>22</b>	811.837	<b>20</b>	926.746	<b>21</b>
<b>Manica</b>	322.672	<b>13</b>	421.266	<b>15</b>	531.264	<b>4</b>	670.578	<b>16</b>	712.938	<b>16</b>
<b>Inhambane</b>	461.725	<b>18</b>	495.981	<b>17</b>	579.356	<b>16</b>	655.462	<b>16</b>	598.276	<b>14</b>
<b>Gaza</b>	405.448	<b>16</b>	465.151	<b>16</b>	609.214	<b>17</b>	639.310	<b>16</b>	591.194	<b>14</b>
<b>Maputo</b>	334.802	<b>13</b>	369.234	<b>13</b>	483.493	<b>13</b>	635.025	<b>16</b>	757.594	<b>17</b>
<b>Provincia</b>										
<b>Maputo</b>	462.957	<b>18</b>	455.640	<b>16</b>	600.249	<b>16</b>	709.468	<b>18</b>	708.812	<b>16</b>
<b>Cidade</b>										
<b>Africa</b>	-	-	-	-	45.865	<b>1</b>	1.155	<b>1</b>	1.835	<b>1</b>
<b>Europa</b>	-	-	-	-	1.101	<b>1</b>	50.390	<b>1</b>	88.622	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>6.148.842</b>	<b>250</b>	<b>7.099.105</b>	<b>250</b>	<b>9.095.185</b>	<b>250</b>	<b>9.839.110</b>	<b>250</b>	<b>10.874.521</b>	<b>250</b>

Fonte: Elaboração do autor (2018). Dados d CNE (1994-2019)

<sup>(a)</sup> M.eleitora: entende se por magnitude eleitoral.

O debate sobre a problemática da magnitude eleitoral, ilustra uma correlação entre o número dos assentos em cada distrito eleitoral considerando o número total do

<sup>41</sup> Artigo 109, nº 1, da Lei Eleitoral de 1992.

<sup>42</sup> Ate as eleições de 2004, havia uma cláusula de barreira de 5% dos votos totais, para poder disputar os assentos parlamentares. Porém, desde as eleições de 2009, a cláusula foi extinguida nos dispositivos legais ateniante as eleições.

eleitores inscritos. Naturalmente, como sugere Nicolau e Schmitt, 1995), há critérios concretos para efectivação e distribuição dos assentos parlamentares, dos quais, os distritos eleitorais com magnitude, são aqueles distritos que compreendem entre (8) a (10) assentos; magnitude médio, corresponde (11 a 30 assentos) e grande corresponde (31 a 70 assentos).

Uma descrição das 1<sup>as</sup> eleições ilustram que das 14 legendas que disputavam os 250 assentos parlamentares em 1994, somente a Frelimo, Renamo e União Democrática, conseguem 44,3%, 37,7% e 5,1% respetivamente, e os restantes 11 partidos e coligações obtiveram votações abaixo de 2% do total dos votos nacionais, e pelo menos 3 deles, não conseguiram alcançar 1% da votação.

Salientar que o sistema eleitoral de Moçambique na perspectiva da definição e estudo da democracia representativa contemporânea (como o conjunto de regras, procedimento, instituições que vão moldar o processo eleitoral no seu todo), pode ser descrito resumidamente:

**Quadro 2:** Sistema Eleitoral de Moçambique (até 2014)

	<b>Descrição</b>
<b>Sistema Eleitoral</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eleição para Executivo e Legislativo nacional realizam-se em cada 5 anos simultaneamente<sup>43</sup>;</li> <li>• Representação Proporcional: Eleições para Legislativo;</li> <li>• Forma de distribuição de Cadeiras: Método D'hondt;</li> <li>• Majoritário de duas voltas para Presidente desde 1994 (Não há segunda volta caso um candidato receba 50% + 1 voto) – Segunda volta realiza-se entre 7 a 21 dias após a primeira volta;</li> <li>• Votação por via de Lista Fechada (voto em Partidos);</li> <li>• Registro eleitoral e Voto facultativo;</li> <li>• Direito a Voto para todos os sexos a partir de 18 anos, sem excepção a sua condição socioeconómica e racial.</li> </ul>

<sup>43</sup> O artigo 170 da lei n.º 12/2014, de 23 de Abril, que estabelece o quadro jurídico para eleição do presidente da República e dos deputados da assembleia da República de Moçambique, estabelece a conversão dos votos em mandato de acordo com o método de representação proporcional com a fórmula D'Hondt da seguinte maneira: a) apura-se em separado o número de votos recebidos por cada lista partidária no círculo eleitoral respetivo; b) o número de votos apurados por cada lista partidária é dividido, sucessivamente, por 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, etc.

- 
- Até 2005, havia cláusula de barreira de 5% dos votos nacionais, para conseguir alguma representação parlamentar (2006 foi eliminado por maioria de votos na Assembleia Nacional);
  - 13 Distritos eleitorais correspondentes a 10 Províncias, a Capital do País e dois distritos correspondentes (África e Europa)
  - Sistema de governo: Presidencial
  - Permitidas coligações eleitorais para as eleições locais e nacionais
  - Financiamento público dos partidos políticos nos anos eleitorais;
  - Direito ao uso das mídias, proporcional ao número de assentos no parlamento, excepto os partidos sem representação no parlamento, o tempo de antena é igual;
  - Selecção dos candidatos dos partidos políticos deve ser de âmbito nacional, em regra por via eleição interna;
  - As regras se estendem da competição nacional a local.
- 

**Fonte:** Legislação eleitoral de Moçambique. Elaborado pelo autor (2018).

Algumas mudanças foram verificadas nas regras eleitorais, e tiveram impacto direto na estrutura do voto e do comportamento eleitoral. Por exemplo, entre 1999 a 2004, as regras eleitorais tiveram um conjunto de propostas à mudanças significativas, o que levou com que este pleito de 2004 fosse fora do comum, como por exemplo: assembleias de voto longe onde as pessoas foram registadas, onde distância e a falta de informação, tornaram difícil muita gente nas zonas rurais ir votar; a actualização passou a acontecer nos anos eleitorais, contrariando o que procedi antes, que era proposta da lei, ser feita em cada ano civil; a marcação das eleições para 1 e 2 de Dezembro, período chuvoso, e num país onde maior parte da população até 2004, era camponesa e dependia da chuva para as suas plantações; marcação das eleições em 1 dia, contrariamente aos 2 dias, como sucede em 2004; Reavaliação dos votos nulos, brancos que deverá ser feita ao nível distrital; a composição dos membros, que RENAMO sugeria a paridade em todos actos eleitorais; e que os cadernos eleitorais deveriam ter 500 eleitores, ao invés de 1000 como era anteriormente; a RENAMO sugeriu propôs igualmente que deveriam deixar de ser crime, o fundamento, discursos durante a campanha que evidenciem, ódio, racismo, ou guerra.

Vejamos as implicações e da necessidade que levou a mudanças das regras eleitorais em 2004.

**Tabela 6:** Mesa de Votação não incluídas no Resultado final das eleições gerais de 2004 em Moçambique<sup>44</sup>

Provincia	Mesas de Voto	Editais Extraviados	% media de perdas
Cabo Delgado	1391	326	23%
Niassa	725	82	11%
Nampula	2.282	48	2%
Zambézia	2.370	207	9%
Tete	919	38	4%
Manica	723	4	1%
Sofala	1.039	25	2%
Inhambane	786	2	0%
Gaza	993	108	11%
Maputo Provincia	752	32	4%
Maputo Cidade	762	5	1%
Africa	62	4	6%
Europa	3	0	0%
Media Total	12.807	881	7%

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019) a partir dos dados do Boletim sobre processo político de Moçambique nº 33, 2006

Nisto, notavelmente viu-se que o grande problema de 2004, não foi a lei eleitoral per si, mas a má implementação e deficiência no funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral que são mais politizados e menos profissionais desde 1994 até 2014 cujo sua forma de funcionar é demasiada dependente de instruções de ambos os partidos, e que é composto por membros a partir do principio da paridade, entre os partidos com

<sup>44</sup> Um dos lugares onde os votos da RENAMO foram claramente invalidados foi o distrito de Lumbo Sede, no distrito de Ilha de Moçambique, provincia de Nampula,. Das 26 Assembleias de voto, 19 parecem normais. Foi uma competição firme, e Guebuza ficou com 2.820 votos e Dhlakama, com 2.584. Nisso, devemos considerar os 7% dos votos invalidados que pertenciam ao candidato da Renamo, Dhlakama. Em outros casos, houve uma percentagem de nulos elevada, onde foram excluídos votos a favor de Dhlakama. Houve 94 mesas de voto com mais de 25%. Os dois casos sugerem que em quase 15 mil votos hipoteticamente a favor de Dhlakama por ser zona de dominancia desde 1994, foram excluidos (Boletim do processo politico, 2006). Em Nauela, no distrito de Alto Molocué, provincia da Zambézia, duas mesas de voto (02D988-99) e (02D989-99) tinham ambos 1000 eleitores, e registaram uma afluencia de 42 e 41 respectivamente. Note que as duas tinham 63 votos para candidato da Frelimo, Guebuza, mas a primeira tinha 135 votos para o candidato da Renamo, Dhlakama e 212 boletins de voto inválidos, e a outra tinham 318 votos para Dhlakama e 11 boletins inválidos.

representação parlamentar, neste caso, a FRELIMO e a RENAMO, onde a fraude eleitoral, má conduta dos membros de mesa de votação, e falta de transparência na gestão eleitoral, determinaram os resultados eleitorais de 2004.

No que segue a análise sobre o quadro constitucional e sistema de partidos, embora formalmente denominado nas análises por semi-presidencialista, o sistema de governo estabelecido pela constituição de 1990 foi efetivamente um presidencialismo (BRAATHEN E JØRGENSEN, 1998; MACUANE, 2002), onde o presidente eleito diretamente nomeia um primeiro ministro e restantes ministros do seu governo em cada mandato de cinco (5) anos.

De forma discricionária, o presidente da República e o Primeiro-Ministro, desempenham as seguintes funções políticas e administrativas,

[...] Compete ao *Presidente da República*, Dirigir-se à nação através de mensagens e comunicações; Decidir a realização de referendo sobre questões de interesse relevantes para a nação; Convocar eleições gerais; Dissolver a Assembleia da República; Demitir [...]; Nomear o Presidente do Tribunal Supremo, o Presidente do Conselho Constitucional, o Presidente do Tribunal Administrativo e o Vice-Presidente do Tribunal Supremo; [...] Nomear, exonerar e demitir o Primeiro-Ministro; Criar ministérios [...]. Compete ao *Primeiro-Ministro*, sem prejuízo de outras atribuições confiadas pelo Presidente da República e por lei, [1] assistir e aconselhar o Presidente da República na direção do Governo. [2] Compete, nomeadamente, ao Primeiro-Ministro: a) assistir o Presidente da República na elaboração do Programa do Governo; b) aconselhar o Presidente da República na criação de ministérios [...]; c) elaborar e propor o plano de trabalho do Governo ao Presidente da República; d) garantir a execução das decisões dos órgãos do Estado pelos membros do Governo; e) presidir as reuniões do Conselho de Ministros destinadas a tratar da implementação das políticas definidas e outras decisões; f) coordenar e controlar as actividades dos ministérios e outras instituições governamentais; g) supervisionar o funcionamento técnico-administrativo do Conselho de Ministros [...] (Constituição da República de Moçambique, 2004, Artigo 205, sobre as Competências do Primeiro-Ministro).

Da mesma forma, a compreensão sobre a escolha do sistema de governo em Moçambique deve ser associado as escolhas feitas desde a independência em 1975. A Constituição de 1975, 1990, 2004, em muito se diferencia em termos de desenvolvimento institucional, mas dá amplos poderes aos presidentes da República



dos quais: destituir o parlamento, se não aprovarem por duas vezes o Orçamento do Estado, proposto para cada ano, dentro dos 5 anos de governação, nomear os principais responsáveis dos órgãos de soberania, como o Presidente do parlamento, o presidente do tribunal constitucional e outros, nomear a procuradora da República de Moçambique. Dada esta configuração, entende-se que, na escolha do desenho institucional, não houve uma discussão ampla na sociedade, somente alguns segmentos da sociedade foram incorporados, e a decisão recaiu nos deputados da Assembleia popular do partido único (até 1994), e Assembleia da República bi-partidária (desde 1994).

Manning (2008) verificou que o primeiro-ministro serve essencialmente como "ministro principal" neste tipo de sistema e é responsável pelo presidente e não pelo parlamento. Parlamento é eleito de acordo com um sistema de representação proporcional, sob listas fechadas. Enquanto um conjunto de partidos vai concorrendo para cadeiras no parlamento, desde 1994 a 2014, o país vai estruturando seu sistema partidário (a seguir tipificado), onde há uma dominância do partido Frelimo e Renamo, com efeito, as clivagens sociopolíticas desde a independência.

\*\*

A tipologia e Estrutura do Sistema Partidário de Moçambique são sustentadas por estudos empíricos que tratam do contexto Moçambicano (HARRISON, 1999; CARBONE, 2005; WALLE, 2003; MANNING, 2008; NUVUNGA, 2015; LUIS DE BRITO, 2011, 2015; DO ROSÁRIO, 2018 e outros). Estes autores, avançam uma explicação segundo a qual, os partidos políticos e os mecanismos funcionais da competição eleitoral determinam a tipificação do sistema partidário Moçambicano.

A partir da génese inicial de Duverger, Sartori e demais, verifica-se que apesar da tendência ser a mesma em termos de descrição das tipologias de sistemas partidários, há variáveis explicativas que nem sempre colaboram no sentido de explicitar mesma tendência.

Assim, o nosso objetivo nesta seção é identificar o tipo de sistema partidário de Moçambique a partir das tipologias selecionadas no quadro abaixo, como segue:

**Quadro 3: Tipo ideal e Modelo do Sistema Partidário de Moçambique**

AUTOR	CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS E TIPOS	MOÇAMBIQUE
<b>DUVERGER (1954)</b>	[1] Número de Partido e seu tamanho relativo [2] sistema eleitora (representação proporcional e escrutínio majoritário e de um turno)	Dois partidos Dualismo partidário com tendência dos grandes partidos independentes Partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis. Múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis. Multipartidário	X
<b>DAHL (1966)</b>	[1] Estratégia da competição dos partidos	Sistema de partidos estritamente Competitivos Sistema de partidos competitivo-cooperativos Sistema de partido coalescentes competitivos Sistemas estritamente coalescentes	X
<b>BLONDEL (1968)</b>	[1] Ações de voto [2] compartilhamento de lugares no parlamento	Sistema de dois partidos (com 90% ou mais) Sistema de três partidos Sistema de dois partidos e meio (1º e 2º obtém 75 a 80%) Multipartidário com partido dominante (tem 2x mais que o 2º) Multipartidários sem partido dominante	X
<b>ROKKAN (1968)</b>	[1] Número de Partidos [2] Probabilidades de maiorias de partido único [3] Distribuição de pontos fortes em partidos minoritários	Sistema Britânico-Alemão 1 contra 1+1 Sistema Escandinavo -1 contra 3-4 Multipartidário 1 vs. 1 vs 1+2-3	X
<b>SARTORI (1976)</b>	[1] Número de partido [2] distancia ideológica	Sistemas de partido predominante Sistema de dois partidos/bipartidarismo Pluralismo moderado Pluralismo moderado	X
<b>DAHL (1966)</b>	[1] Estratégia da competição dos partidos	Sistema de partidos estritamente Sistema de partidos competitivo-cooperativos Sistema de partido coalescentes competitivos Sistemas estritamente coalescentes	X
<b>DUNLEAVY (1991)</b>	[1] Questões divisórias [2] Controle de Agenda e posição “esquerda/direita”	[1] Dois partidos minoritários nacionais Dois partidos Nacionais Fortes Multipartidário de vários partidos Nacionais	X

<b>MAINWARIN G (1994)</b>	[1] Estrutura da Competição Política e Eleitoral	Incipiente e pouco institucionalizado – Sociedade pretoriana <sup>45</sup> Sistema com maior ou menor solidez Hegemônico em Transição Único partido com vários partidos pequenos	<b>X</b>
<b>LIPSON (1994)</b>	[1] Critério numérico [2] tamanho de apoio eleitoral	Partido Único Bipartidário Multipartidarismo	<b>X</b> <sup>46</sup>
<b>WARE (1996)</b>	[1] tamanho relativo [2] critério numérico.	Partido predominante (maioria continua de um partido e oposição dividida) <b>Sistema de dois partidos</b> (dois partidos relevantes) <sup>47</sup> <b>Sistema de três a cinco partidos relevantes inclusivos</b> <sup>48</sup> Sistema com mais de cinco Partidos relevantes <sup>49</sup>	<b>X</b>
<b>CARBONE (2005)</b>	[1] Estrutura da competição	Multipartidário Sistema de dois partidos e um dominante Bipartidarismo	<b>X</b>
<b>RUIGROK (2005)</b>	[1] Tamanho da bancada [2] peso eleitoral	Sistema de dois partidos Sistema de dois partidos e um dominante Monopartidário Duo partidário	<b>X</b>
<b>SIAROFF (2006)</b>	[1] Estrutura da competição [2] Critério Numérico revisto [3] Critério quantitativo revisto [4] peso das cadeiras	Bipartidarismo (Revisão de Era, 1971) usando 95% do corte Desequilibrado de dois partidos Competitivo de dois partidos Dois partidos e meio Multipartidarismo Moderado com um partido dominante Multipartidário moderado com dois principais partidos Multipartidarismo Moderado com um relativo equilíbrio entre os partidos Multipartidarismo extremado com um partido dominante Multipartidarismo	<b>X</b>

**FONTE:** Elaboração do autor (2017)

<sup>45</sup> Huntington (1968) “em um sistema pretoriano, as forças sociais se confrontam abertamente, nenhuma instituição política é aceita como intermediário legítimo na função moderadora dos conflitos”. Mainwaring e Scully (1994) adiciona que ao invés de direcionar esforços para ganhar eleição, os atores questionam a legitimidade do processo eleitoral e se engajam em ações para rejeição da legitimidade do governo.

<sup>46</sup> Apesar das condições de análise não satisfazerem a terceira dimensão indicada por Lipson (1953), Moçambique esta mais próxima desta.

<sup>47</sup> Na colocação do autor, a relevância é definida, se o partido apresentar pelo menos 3% das cadeiras no parlamento.

<sup>48</sup> Este tipo é dividido em três subtipos: dois partidos e meio “dois partidos maiores geralmente com 80% ou mais dos assentos entre eles”; sistemas com um grande partido recebendo pelo menos 45% mas não 50% dos assentos (caso contrário, isso seria um sistema predominante).

<sup>49</sup> Estes são ainda divididos em dois subtipos: aqueles com duas grandes festas (com uma quota de assento combinada de 65% ou mais) e aqueles que são uniformemente equilibrados.

Fez-se necessário detalhar este quadro no sentido de localizar Moçambique nas diversas tipologias existências, não sendo um objetivo final deste trabalho, dessecar a discussão sobre sistemas partidários e vasta literatura a respeito deste tema.

Assim, desde a classificação clássica dos sistemas partidários, verifica-se os que distinguem desde um partido a mais de 8 partidos, como sugere Sartori (1982), e no contexto contemporâneo, verifica-se mais sistemas de partidos de pluralismo moderado, não sendo o caso da África, visto que as afirmações de Carbone (2006), Daddieh e Bob-Milliar (2014), ilustram uma gama diferencial de sistemas partidários na África, que vão de partido dominante, de partido único e no limite multipartidarismo com um partido dominante.

Adicionalmente, o desenvolvimento do sistema partidário é preciso pensar a interação entre os partidos e sua relação com a sociedade ou estado, o que em última instância permite a estruturação da competição partidária como um todo. Avançando nesta discussão, Mair (1997) desenvolveu em paralelo um modelo explicativo das estruturas de competição, os quais se localizam em três critérios: [1] a fragmentação partidária [2] a polarização ideológica [3] estruturas da competição e formação do governo. Daí que, para apurar a estrutura da competição presente em um sistema de partido, verifica-se (a) a alternância no governo (b) inovação no governo (c) que partidos governam.

Ajustando estes três fatores, temos a dualidade de estruturas: fechada ou aberta. Considerando o exposto, parece evidente que no contexto de Moçambique, apesar da tipologia apresentada de sistema partidário específico não haver algum tipo de preferência, há uma evolução em termos de análise dos indicadores apresentados por Mair, pois, nota-se inovações no governo, com mudanças substantivas das figuras de um mandato presidencial para o outro, apesar de não ter alternância no poder desde as eleições fundadoras de 1994, e o partido que governa ser somente a Frelimo, conforme o quadro a baixo.

**Quadro 4: Estrutura da Composição do Governo em Moçambique (1994-2014)**

Ano	Composição do Governo	Alternância Governativa	Primeiro-Ministro	Inovação no Governo (% entre novos e antigos membros do governo)
1995	Frelimo	Inexistente	Pascoal Mucumbi – Frelimo	–
2000	Frelimo	Inexistente	Pascoal Mucumbi – Frelimo	Sim [68%]
2005	Frelimo	Inexistente	Luísa Dias Diogo – Frelimo (até 2010)	Sim [100%]
2010	Frelimo	Inexistente	Aires Ali – Frelimo (ate 2012) Alberto Vaquina – Frelimo – ate 2015	Sim [65.3%]
2015	Frelimo	Inexistente	Carlos Agostinho do Rosário – desde 2015- Frelimo	Sim [77.3%]

**Fonte:** Elaboração própria (2017)

O sistema político, a estrutura da competição e o padrão de formação de governo em Moçambique é fechado. Apesar de notavelmente a composição parlamentar, apresentar algum tipo de presença de mais de dois partidos, como sucedeu em 1994 com entrada do partido UD, com 9/250 cadeiras e nas últimas duas legislaturas (MDM, nas eleições de 2009 – 8 e nas eleições de 2014, com 17). Isto é, entre 2009 à 2014, tivemos uma Assembleia da República com parlamentares de 3 partidos (Frelimo, Renamo e MDM).

Em momento algum, a instabilidade e a falta de continuidade dos ministros do anterior governo ao novo deve ser lido como pouco democrático, mas sim, um mecanismo que permite estabilidade do governo do dia, em termos de disciplina partidária. Apesar do governo ser do mesmo partido desde 1994, isso post implementação da democracia pratica, verifica-se que a existência de inovação e mudanças significativas na composição do governo, conforme a tabela, isto porque a discussão avançada que coloca a dimensão indicação de novas figuras para os

cargos de 1º ministro, como variável chave para explicar a estrutura dos partidos políticos no governo. Apesar de ser uma estrutura da competição partidária fechada, ela tendem a renovar os seus executivos governamentais de 5 em cinco anos, isto é, de pleitos em pleitos todo executivo de partido único ganhador denominado Frelimo, tem a tendência de se renovar.

No que diz respeito ao fator da alternância no governo, Mair (1997) defende que existem três padrões de alternância: i) a alternância total, em que os partidos do governo são totalmente substituídos por outros que antes se encontravam na oposição; ii) a alternância parcial, que segundo o mesmo autor é mais comum em sistemas partidários fragmentados, constitui-se pela substituição do anterior governo por um novo composto por partidos que antes estavam na oposição, bem como por um dos partidos que se encontrava no anterior governo; iii) a alternância não existente, em que um ou mais partidos se mantêm no governo por um longo período de tempo (FERNANDES, 2016).

Até ao momento, em Moçambique nunca se verificou algum tipo de alternância na governação do país. Este fator é importante pois os partidos podem divergir das expectativas do eleitorado ou por inovarem as fórmulas de governo no sistema partidário, criando novas alternativas.

Embora conste a existência de trabalhos desta natureza, Peter Mair (1997), ilustra que normalmente as estruturas fechadas ocorrem em sistemas de dois partidos dominantes ou um dominante, e sua origem advém muitas vezes na origem estratégica concertada entre os dois principais partidos do sistema partidário, sendo que o caso de Moçambique é o paradigma desta situação.

### **a. Conclusões parciais**

As eleições tornaram-se em Moçambique o principal via de acesso ao poder político, e a competição não tem sofrido algum tipo de interrupção, se não focos de instabilidade típica das democracias da terceira onda. No contexto Moçambicano, as eleições significaram a restauração das instituições políticas e sociais, e práticas

democráticas anteriormente vistas ainda no Estado monopartidário, porém, desde 1994, permitiu-se algum tipo de disputa aberta e trouxe oportunidade para participação de mais atores políticos, partidos, grupos de sociedade civil organizados ou individualidades influentes (TOLLENAERRE, 2006).

O contexto histórico, marcado pelo desenvolvimento dos movimentos de libertação, e a configuração da independência em Moçambique, teve uma relevância no modelo do sistema partidário bipartidário e o sistema de governo vigente em Moçambique. A preponderância do presidente e do sistema presidencialista ilustra esta sobre histórica desenvolvida desde 1975.

As escolhas do sistema eleitoral, conseqüentemente do sistema partidário, é originário da estrutura social do país, e da dominância dos dois principais movimentos políticos. De um lado a Frelimo, partido – Estado, que desde 1975, tem zonas de dominância (Maputo, Gaza, Inhambane, Niassa, Cabo Delgado) e a Renamo (Nampula, Sofala, Zambézia). As outras províncias (Manica, Tete) são zonas hibrídas que de eleição à eleição, houve tendências de mudanças do voto e do comportamento eleitoral.

Os argumentos apresentados neste capítulo dizem muito sobre o contexto histórico, político e institucional de Moçambique, desde a independência. Dos dados evidentes, nota-se que a estrutura social, política e cultural de Moçambique, construída ainda no período da colonização, determinou fortemente na transição e democratização e mais tarde na estrutura do voto em Moçambique. De certo que a transição em Moçambique seguiu uma linha analítica de dois atores chaves (governo da Frelimo e a RENAMO), e uma forte presença de atores não estatais como ONGs, Grupos Religiosos e outras.

Vimos ainda que a estrutura da competição política que segue fechada como resultante da maneira pelo qual, o campo político se estrutura desde a independência.

Outro fator chave da discussão sobre a história política de Moçambique, esta relacionada ao desenho institucional adoptado desde 1975. Alias, logicamente, os conflitos que temos notabilizado desde 1975, estão directamente relacionados com as escolhas feitas pelo Partido-Estado Frelimo entre 1975-1990, e 1990 até os dias actuais. Tais escolhas, podem estar relacionados ao tipo de sistema eleitoral,

sistema de governo, os poderes ao presidente da República, e a forma como são feitas as distribuições dos rendimentos nacionais por via do PIB e o IDH. Ao mesmo tempo, é preciso dar ênfase ao tipo de transição que foi efectuado em Moçambique.

Moçambique seguiu um modelo de transição para a democracia, do tipo Controlado, principalmente pelo fato de, os atores políticos em conflito desde 1976, foram os mesmos que decidiram e definiram o caminho a seguir após 1990. E o modelo de escolha política eleitoral e de exclusão dos outros, replicou-se<sup>50</sup>.

Segue o capítulo (III) específico para desenvolver alguns pontos acima discutidos. O ponto-chave seguirá necessariamente o debate da democracia em Moçambique e suas amplas formas de compreensão e dimensões. As variáveis analíticas se ancoram ao debate da legitimidade democrática e as atitudes dos cidadãos em relação a democracia; a democracia local e os processos políticos; o papel dos partidos políticos dentro da democracia; e a estrutura (rural e urbano) sobre o voto e o comportamento político.

---

<sup>50</sup> Tal como a Frelimo negou a legitimidade dos outros movimentos de libertação existentes em Moçambique e não só, em negociar com o Governo Português em 1974, e auto intitulou o legítimo representante do povo no processo da independência e na escolha do modelo de governação a seguir, a RENAMO, replicou-no em 1990-1992, quando se auto intitula e legitima que era único grupo que estava em condições de negociar com a Frelimo e o Estado Moçambicano, à ceder as liberdades e a proliferação das associações e dos partidos políticos, como corolário da transição para a democracia nos anos 1990.



## CAPÍTULO III.

### PARTIDOS POLÍTICOS, ESTRUTURA SOCIAL E VOLATILIDADE ELEITORAL EM MOÇAMBIQUE

#### 3.1. Nota Introdutória

A compreensão mais geral dos partidos políticos e estrutura do voto, ilustra que a década de 1990 será sempre lembrada como um período em que grande parte dos países da África passou por um conjunto de transformações políticas, económicas, sociais e do desenho institucional. Isto constituiu que em alguns países, a passagem dos regimes não democráticos, nos países como Moçambique, Namíbia, África do Sul e Mali, e outros, para regimes democráticos.

Após esse aumento repentino de novas democracias, como ilustra Huntington (1991, p.11), novos partidos e diferentes tipos de sistemas partidários foram desenvolvidos com suas próprias características e consequências. Notou-se o desenvolvimento recente de novas formas de organização dos Estados, regimes democráticos, partidos políticos e sistemas partidários na África.

A partir deste espectro, notou-se que a existência de vários partidos políticos que concorriam para a ocupação dos espaços do poder, foi compreendido como sendo uma característica fundamental do regime democrático ora em transição. Ao que se nota, o debate de muitos autores como (Linz e Stepan, 1999), o debate não é mais sobre a existência de partidos políticos concorrentes per se, mas se o sistema partidário é ou não pluralista. Nestes termos, os autores, demonstram que o que se desenvolveu na África pós a democratização, foram os sistemas de regimes autoritários, totalitários e sultânicos.

É neste contexto que o presente capítulo pretende analisar e demonstrar a funcionalidade dos partidos políticos, considerando a estrutura social e a volatilidade

eleitoral. Considerando este objetivo, o capítulo apresenta se estruturado da seguinte maneira:

A secção 1, este reservado para a discussão sobre o Sistema Partidário Moçambicano e Seus Partidos. Neste, o propósito é apresentar dos e conteúdo empírico que sustentem a estrutura funcional do sistema partidário Moçambicano. A secção 2, analisa os Padrões de Ampliação ou Concentração da Competição Territorial e da Volatilidade Eleitoral em Moçambique. O ponto 3 deste capítulo, apresenta uma discussão sobre o perfil étnico do Eleitorado em Moçambique e finalmente a secção 4 deste capítulo, discute o comportamento e a participação eleitoral, dando maior ênfase nas condições socio económicas e sua influencia na estrutura do voto. Da mesma forma, este capítulo, apresenta o debate sobre o processo da institucionalização e da identificação partidária em Moçambique.

## **Método e Seleção de Dados**

Como estamos interessados em demonstrar empiricamente o sistema partidário e o grau da competitividade e estrutura das preferências eleitorais em Moçambique, procuramos utilizar a variável sistema partidário, por ser a que melhor explica a estrutura funcional da competição política em Moçambique. Isto é, desde 1994, tivemos 6 eleições gerais, isto é, presidenciais e legislativas, realizáveis em cada 5 anos, consecutivamente. Nestes termos, notou se a emergência da Competição partidária competitiva e não competitiva, que se diferenciava entre o local e o nacional, como será objecto de discussão no decurso deste capítulo.

\*

Desde a independência do país, o Partido-Estado sempre teve uma capacidade de mobilização de algumas camadas sociais e políticas e notavelmente um grupo restrito que lidera os desígnios do país<sup>51</sup>. Por isso, o contexto Moçambicano se adequa mais a dimensão autoritária, pelas suas especificidades e características, como: o fato de vivenciar se desde 1990, a multiplicidade de

---

<sup>5151</sup> Há um debate extensor no context de Moçambique, em relação aos grupos etnicos e tribais na liderança do país. Notou se que desde a independencia, apenas o grupo etnico Shangana que elegia os presidente na senda do partido-Estado, porém, em 2014, notou se um revés, o actual presidente de Moçambique é da etnia Makonde, portanto, do Norte de Moçambique.

partidos políticos com alguns partidos dominando a arena política e decisória, sobretudo com a preponderância do partido Frelimo. Mas, desde 1991/2, com o advento da lei da imprensa, dos partidos políticos e das associações, notou-se abertura do espaço público para a manifestação dos partidos políticos e grupos na oposição.

Apesar de tradicionalmente existirem 3 tipos de sistemas partidários nas democracias africanas, um sistema bipartidário, e um sistema de partido e meio multipartidário<sup>52</sup>, um quarto tipo de sistema partidário está se desenvolvendo na última década deste século XXI: um sistema partidário com um partido dominante no parlamento e hegemónico no executivo. A este caso, exemplificável o contexto de Moçambique e Angola.

No contexto Moçambicano, a Frelimo tal como outros partidos políticos africanos, surgiram para preparar a elite política para assumir o poder desde o processo de independência. A tónica era o desenvolvimento centralizado por único partido, com base nas ideias do nacionalismo, integração e a negação a divisão do povo com base na étnica ou raça.

Tal como sugere Weiner (1967, pp. 1-2) os partidos são instrumentos de acção humana colectiva e criaturas da elite política, como forma dos políticos tentarem dominar governos ou elites governamentais tentando controlar as massas. Em sistemas semi-competitivo como Moçambique, os partidos são organizados por políticos para ganhar eleições; Da mesma forma, em sistemas autoritários, os partidos são organizadas para afectar as atitudes e o comportamento da população.

Dada esta situação, em ambos os casos de sistemas partidários, uma estrutura organizacional tem sido forjada, uso de cooptação política e os quadros são recrutados, com base num controle rígido populacional. Em suma, na percepção do autor, a construção dos partidos, tem uma logica e uma forma de ser própria.

---

<sup>52</sup> Um Sistema multipartidário de um partido e meio, é um tipo de configuração da estrutura da competição, cujo a dominância não assenta em apenas um partido, mas sim, em dois partidos (um e meio), cujo o primeiro junto ao meio partido, perfazem mais de 75% dos assentos parlamentares.

Ao nosso ver, a descrição dos partidos políticos apresentada por Weimer, diz muito sobre os partidos políticos na África e no Ocidente, visto que, quase a maioria dos partidos que adoptaram os sistemas partidários típicos do ocidente, como a democracia, as eleições e outras formas mais modernas. Na mesma, o mesmo processo se compara com o processo de democratização que esta em curso em Moçambique e outros países.

Em relação as funções dos partidos políticos nos países em desenvolvimento, tal como Moçambique, já foram explicadas em outros lugares (CLAPHAM, 1985, pp. 55–9; SMITH, 1996, p. 201; RANDALL e THEOBALD, 1998, pp. 88-90, entre outros). A nossa compreensão se adapta as linhas orientadoras da experiência africana de (SALIH, 2001, pp. 34–5). Para este teórico os partidos políticos africanos que foram fundados em ondas subseqüentes das transições democráticas, não foram diferentes na adopção de procedimentos semelhantes aos dos partidos políticos ocidentais. Isto porque, do ponto de vista formalista, os partidos políticos africanos conseguiram adoptar e assimilar a forma e não o conteúdo substantivo dos partidos políticos ocidentais.

Logo que a luta contra o domínio colonial terminou, os partidos políticos africanos conseguiram cultivar não apenas sentimentos nacionalistas, mas também os recursos humanos e financeiros necessários para realizar suas actividades e realizar seus objectivos. Nisso, Weiner (1967, p. 7) sugere que um partido político bem-sucedido, é capaz de: 1) recrutar e treinar seu pessoal, e se perpetuando como organização; 2) Têm apoio (boa vontade, militância, dinheiro, votos) da população; e 3) mantém a coesão interna.

Na leitura de Randall (1988), sugere que de uma referência particular aos países em desenvolvimento, que também diz muito sobre a África, os partidos políticos desempenham funções principais:

- i. Eles conferem legitimidade aos regimes, fornecendo ideologias, liderança ou oportunidades de participação política e ou a combinação dos três elementos descritos;

- ii. Eles atuam como um meio de recrutamento político, criando oportunidades de mobilidade social nas comunidades;
- iii. Proporcionam oportunidades para a formação de barganhas e negociações de interesses políticos para sustentar o governo (agregação de interesses), exercem grandes influências sobre políticas, procuram supervisionar a implementação de políticas, socialização política ou mobilização de pessoas para realizar actividades de auto-ajuda.

Em muitos dos casos, e especificamente em Moçambique, a relação cliente-patrono é visível e constitui por si um elemento fundamental no relacionamento de troca no qual um superior (dentro do partido) fornece segurança a um inferior (membro ou líder de opinião comunitária), e o cliente, por sua vez, fornece suporte ao patrono (CLAPHAM, 1985, p. 53) Essa relação, de acordo com Clapham (1985, pp. 58–9), tem duas grandes desvantagens: 1) baseia-se na ideia de que há desigualdades entre clientes e clientes, e os benefícios que a troca gera para cada um deles podem ser muito desiguais; 2) Pode servir para intensificar conflitos étnicos, embora seja igualmente capaz de adaptação para que cada grupo receba uma específica oportunidade.

Esse processo leva a alocações de recursos muitas vezes muito diferentes daquelas que seriam produzidas por critérios (universais) de eficiência e necessidade. No entanto, Burnheim (1985) comenta no relacionamento cliente-patrono e descreve como um relacionamento melhor que o relacionamento político-seguidor. Para autor, (1985, p. 98) argumenta que "as pessoas podem ser melhor servidas por quem procura clientes do que por quem procura seguidores".

Salvo explicação contrária, a evolução dos partidos políticos na África e em Moçambique, resultou no domínio de sistemas multipartidários inspirados nos sistemas partidários ocidentais, enquanto os sistemas de partido único vão desaparecer formalmente, contudo as suas manifestações e a forma de organização e composição dos governos e dos parlamentos, continua numa miragem dos partidos autoritários com tendência a partido único. No entanto, os sistemas de partido único foram substituídos por sistemas de partido dominante (pelos quais nenhuma partido pode ganhar a maioria necessária).

## **PARTIDOS E ESTRUTURA DO SISTEMA PARTIDÁRIO EM MOÇAMBIQUE**

Para melhor desenvolver esta secção, o primeiro exame foi necessariamente a construção de argumentos sobre a organização e funcionamento dos sistemas partidários na África e em Moçambique, e de seguida procurar relacionar a estrutura social e a reorganização das democracias sem controlar os efeitos na volatilidade eleitoral.

Em seguida, analisamos modelos empíricos sobre partidos, e estrutura social, para medir o nível de estruturação do voto, na sua relação com a volatilidade eleitoral. Usamos o modelo de Índice de Pedersen e uma variedade de outras técnicas e métodos histórico e estrutural, apropriados para pequenas dimensões. Assim, para o processo de construção da casualidade multifactorial entre as variáveis, caracterizada pela maioria dos fenómenos sociopolíticos.

Nossa compreensão em termos de construção de argumento, evidencia que muitos factores estão na origem da construção dos tipos de partidos políticos típicos de Moçambique e evidenciam a estrutura social do voto e a volatilidade eleitoral. Embora a nossa análise de séries temporais seja preferível em 3 décadas, utilizados os dados a disposição, isto é, desde 1994 a 2014. Este recorte desde a transição as primeiras eleições em Moçambique, nos permite melhor controlar e manusear da melhor forma as variáveis de análise.

Nossa variável dependente é o nível de estrutura do sistema partidário, que medimos usando as pontuações combinadas, entre tipos de eleição, competição entre os partidos, estrutura organizacional dos partidos e a competição local x nacional, entre os partidos dominantes na arena política, como Frelimo, Renamo e MDM. Da mesma forma, procuramos evidenciar a categoria sistemas abertos em termos de funcionamento das instituições x sistemas autoritários, poder e autoridade do executivo, o que levou a compreensão e descrição sobre a institucionalização dos partidos políticos em Moçambique.

A Caracterização do sistema partidário, seguiu as notas teóricas de (Kuenzi e Lambright, 2001), baseando-nos na concepção de Mainwaring e Scully (1995) da institucionalização do sistema partidário. Como é sabido, estes autores, conceituam a institucionalização do sistema partidário, considerando quatro (4) componentes: (1) até que ponto os partidos têm raízes estáveis na sociedade; (2) a regularidade da competição entre os partidos; (3) até que ponto os cidadãos e outros atores políticos aceitam partidos e eleições como meio de determinar quem governa; e (4) até que ponto os partidos estão organizadas.

### **3.2.1. Sistema Partidário e volatilidade eleitoral em Moçambique (1994-2014)**

Em varias dimensões e categorizações, os altos níveis de volatilidade eleitoral podem gerar instabilidade política e ameaçar a estabilidade sociopolítica e eleitoral e das instituições políticas (MAINWARING, 1998; MAINWARING e SCULLY , 1995; ROBERTS e WIBBELS , 1999). Da mesma forma, pode prejudicar a capacidade dos cidadãos de desenvolver estratégias para maximizar seus interesses por meio da participação eleitoral.

Como lembra Mainwaring (1998: 72) se em vários contextos nota se rápida ascensão e queda de partidos políticos, pode tornar o sistema mais opaco para os cidadãos, que têm menos tempo para obter uma solução sobre a posição dos diferentes candidatos. Além disso, é provável que a rotatividade rápida e frequente de partidos, governos e conseqüentemente de burocratas signifique pouco tempo para adquirir conhecimentos e experiência suficiente para melhor gerir as expectativas das populações e o bom andamento da burocracia estatal.

Em nossa compreensão, é difícil determinar que os altos níveis de volatilidade eleitoral podem ser prejudiciais à promoção de processos democráticos em países que emergem de longos períodos de regime de partido único, tal é Moçambique. Porém, estudiosos também observam que níveis extremamente

baixos de volatilidade podem simplesmente reflectir uma falta de concorrência e um sistema político estagnado (DIAMOND, 1997; MAINWARING, 1998).

Em vista dessas considerações, somos da percepção de que a volatilidade legislativa pode, em um estágio inicial do desenvolvimento das novas democracias, ajudar a revigorar sistemas anteriormente estagnados. Isto é, se as pessoas têm a percepção que os resultados das eleições não são uma condição suficiente para substituir o executivo, ou ao menos check-and-balance do poder do executivo permanente, é mais provável que se envolvam na esfera política legítima, em vez políticas anti-sistema.

Vários movimentos de libertação se declararam partidos políticos na véspera da independência do domínio colonial. Esses partidos políticos ocupam um lugar especial nos sentimentos das pessoas com quem lutaram pela libertação. Embora essa afinidade especial possa ser motivo de comemoração, também pode sinalizar uma espécie de deuses por parte de líderes revolucionários, que podem achar difícil ajustar suas ambições políticas à responsabilidade e transparência que o regime democrático implica (CARBONE, 2005; VINES, 2013; HARRISON, 1999; NUUVUNGA e SALIH, 2013; WOOD, 1999; RUIGROK, 2005; PEREIRA, 2008).

Ao nosso ver, a questão de como os comandantes da guerrilha actuam como líderes civis está além do escopo deste capítulo da tese. O que é relevante são as atitudes e o comportamento político dos partidos que eles instituíram depois que conquistaram a independência ou libertaram seus países de regimes opressivos. Um exemplo concreto são os dois países irmãos, Moçambique e Angola, que estavam sob o domínio colonial dos Portugueses e, por causa disso ou apesar disso, exibiram um padrão semelhante de evolução dos partidos políticos. Recapitulando, a FRELIMO fundada na década de 60, e liderou a luta de libertação contra o domínio dos Portugueses até que Moçambique conquistou a independência em 1975.

Em termos de definição de política de governo, no seu 3º congresso em 1977, a FRELIMO foi estruturada como um partido político, partido-Estado e partido



Único (KURKS, 1987; MANNING, 1998). Ao mesmo tempo, na segunda metade da década de 70, foi formada a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), com o apoio do Zimbábue (então Rodésia). Quando o Zimbábue conquistou a independência em 1980, a África do Sul se tornou o principal patrocinador da RENAMO como parte de suas políticas de desestabilização. Em Outubro de 1986, o presidente Samora Machel, então líder, presidente da Frelimo e da República de Moçambique, foi morto em um acidente de avião e foi sucedido por Joaquim Chissano (presidente de Moçambique até 2004).

O acordo geral de paz de Outubro de 1992, assinado em Roma entre o presidente Chissano e o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, abriu o caminho para eleições multipartidárias, com os dois movimentos de libertação se reinventando como partidos políticos. Nas eleições presidenciais de 1994, Joaquim Chissano (FRELIMO) conquistou 53,3 % dos votos, enquanto Afonso Dhlakama (RENAMO) conquistou 33,7 % dos votos<sup>53</sup>. Nas eleições de 1999, os resultados das 10 províncias, mostram que Chissano ganhou 52,22%, enquanto seu principal rival, Afonso Dhlakama, ficou logo atrás com 47,78% dos votos.

Nas eleições legislativas, a FRELIMO liderava com 48,88% dos votos, enquanto a coalizão de oposição RENAMO-União Eleitoral ficou com 38,55%<sup>54</sup>. Os votos restantes foram divididos entre nove pequenos partidos que não conseguiram obter apoio suficiente para garantir assentos na Assembleia da República. De acordo com o sistema de representação proporcional de Moçambique, até a data destas eleições, um partido deveria obter um mínimo de 5% do total do voto nacional para entrar no parlamento.

As eleições pós-conflito no âmbito do acordos de Paz, realizadas em 1994, 1999 e 2004, estabeleceram uma sistema formalmente competitivo e pluralista, mas que na pratica é autoritário e semi-competitivo, cujo os princípios do pluralismo quase que inexistentes. A condição para os partidos políticos actuarem dentro do quadro democrático estabelecimento, afecta directamente todo sistema político e a sua legitimidade. Foi neste contexto que em Moçambique, a concorrência entre os

---

<sup>53</sup> Cf. [www.electionworld.org/election/Mozambique.htm](http://www.electionworld.org/election/Mozambique.htm)

<sup>54</sup> Idem: [www.electionworld.org/election/Mozambique.htm](http://www.electionworld.org/election/Mozambique.htm)

dois principais partidos, fez surgir aquilo que chamamos de legitimidades a partir das suas origens históricas e estabelecimento das raízes regionais.

Tal como sugere Carbone (2005), os partidos políticos são instrumentos únicos para a transferência sem violência de poder político democrático. Outrora, sua função é ainda mais relevante em transição da guerra civil para a política pacífica, pois um sistema partidário pode ser o canal principal através do qual os grupos que entre si concorriam usando a violência para chegar ao poder, agora já tem um outro papel, que é participar num jogo político-eleitoral não violento.

Assim, em Moçambique, a possibilidade de estabelecer e desenvolver uma prática regular, estável e legítima da competição política além da adopção formal das eleições multipartidárias, depende muito das características específicas que os partidos políticos e seu sistema de interações podem permitir. Um exemplo concreto foi a década de 1990, em que em Moçambique notaram-se um conjunto de arranjos institucionais e regras efectivas que permitiam a Renamo, participar directa ou indirectamente nos espaços de tomada de decisão, por via da paridade.

**Tabela 7: Resultados Das Eleições Presidenciais Em Moçambique (1994-2014)**

	1994			1999			2004			2009			2014		
	Candidatos	Votos	%	Candidatos	Votos	%	Candidatos	Votos	%	Candidatos	Votos	%	Candidatos	Votos	%
<b>Frelimo</b>	J.Chissano	2.633.740	<b>53.3</b>	J.Chissano	2.338.333.	<b>52.3</b>	A.Guebuza	2.004.226	<b>63.6</b>	A.Guebuza	2.974.627	<b>75.1</b>	F.Nyusi	2.803.536	57
<b>RenamoUE</b>	A.Dhlakama	1.666.965	<b>33.7</b>	A.Dhlakama	2.133.655	<b>47.7</b>	A.Dhlakama	998.059	<b>31.7</b>	A.Dhlakama	650.679	<b>16.4</b>	A.Dhlakama	1.800.448	36.6
<b>Outros</b>	=		<b>14%</b>	=	=	=	=	141.883	<b>4.7</b>	=	340.579	<b>8.59</b>	=	314.759	6.4
<b>Partidos</b>															
<b>Eleitores</b>		6.148.842			7.099.105			9.142.151			9.871.949			10.964.377	
<b>Registados</b>															
<b>Votos validos</b>		4.941.515			4.471.988			3.144.168			3.965.885			4.918.743	
<b>Total dos votos</b>		5.402.940	<b>88</b>		4.934.352	<b>69.5</b>		3.329.117	<b>36.4</b>		4.406.093	<b>45</b>		5.376.329	49

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019)

Como sugerem os números acima, houve uma exceção notável na tendência de dominância dos candidatos dos dois maiores partidos. Esta tendência foi mais visível em 1999: com apenas dois candidatos a presidência da república de Moçambique, em 1999, Dhlakama conseguiu grande parte dos votos da oposição que não era da Renamo (isto é) ele obteve meio milhão de votos a mais do que seu partido conseguiu nas legislativas como veremos mais a frente (BRITO, 1995).

Uma dos pontos chaves deste processo é que, desde então o partido Renamo foi apoio nos quinze anos subsequentes, o que "não foi surpreendente, dado que a Renamo foi assolada por disputas e conflitos internos que desnortearam a sua inicial estrutura baseada nas pertenças étnicas e regionais" (PEREIRA et al. 2003: 21). Em 2002, a pesquisa do Afrobarometer trouxe um conjunto de resultados que demonstram diferença entre a proporção de moçambicanos que confiavam na Frelimo (61%) e na confiança popular os partidos da oposição podiam contar com (22%) (idem: 18–21).

Ao nosso entendimento, o favorável clima político ajudou o partido no poder a ganhar nas eleições locais de 2003, que foram realizadas em 33 municípios urbanos do país, das quais ganhou 29 em assembleias municipais e 28 presidentes dos municípios. Da mesma forma, no ano de 2004, realizam se as 4<sup>as</sup> eleições gerais, que deram vitória a Frelimo e seu candidato à presidência, Armando Guebuza.

O presidente da Frelimo eleito, contava com os dois terços de maioria no parlamento. Em verdade, enquanto o antigo partido único a Frelimo, conseguiu mobilizar seus apoiantes a votar nele, o partido Renamo foi mais afectada com a baixa participação eleitoral de 2004 e 2009. Uma das razões desfasamento, é a desilusão dos eleitores pelo facto da Renamo não ganhar as eleições desde 1994.

Apesar de um histórico interessante em termos de resultados eleitorais, para ambos os partidos, a Renamo conseguiu se posicionar como segunda força incontestada sob égide da nova Constituição de 1990 e de 2004. Uma compreensão rápida indica que desde 1994, os dois partidos foram dominando o espaço da competição partidária, quase que bipolar, e isso granjeou legitimidade para o próprio sistema democrático em implantação e ajudou a melhorar a compreensão e o funcionamento do Estado de direito democrático (CARBONE, 2005; BRITO, 2014; PEREIRA e NHANALE, 2014; TERCENIANO E SOUZA, 2015).

**Tabela 8: Resultados Das Eleições Legislativas Em Moçambique (1994-2014)**

	1994			1999			2004				2009			2014	
	Votos	%	Assentos (%)	Votos	%	Assentos (%)	Votos	%	Assentos (%)	%	Votos	Assentos (%)	%	Votos	Assentos (%)
<b>Frelimo</b>	2.155.793	44.3	<b>129</b>	2.005.713	49	<b>133</b>	1.889.054	62	<b>160 (64)</b>	74.6	2.907.335	191	55.6	2.534.845	144
<b>Renamo UE</b>	1.803.506	37.8	<b>112</b>	1.603.811	39	<b>117</b>	905.289	30	<b>90 (36)</b>	17.6	688.782	51	32.95	1.499.832	89
<b>Outros</b>	=	5.1	<b>9</b>	=	=	=	=	=	=	3.93	152.836	8	8.4	385.683	17
<b>Partidos</b>															
<b>Eleitores</b>	6.148.842	=	=	7.099.105	=	=	9.142.151	=	=	=	9.871.949	=	=	10.964.377	=
<b>Registados</b>															
<b>Votos validos</b>	=	=	=	4.132.323	=	=	3.040.129	=	=	=	3.965.885	=	=	4.918.743	=
<b>Total dos votos</b>	=	<b>87.9</b>	=	4.833.761	<b>68.1</b>	=	3.321.926	<b>36.3</b>	=	<b>46</b>	4.406.093	=	<b>47.6</b>	=	=

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019)

Os resultados das eleições legislativas de 1994 à 2014, demonstram uma tendência de dominação e vitória constante do partido Frelimo. Ao mesmo tempo que notamos uma tendência a bipolarização entre 1994 e 1999, em 2004 foi o revés, que pode ser explicado por duas razões: primeiro de tudo, o fato da Renamo, não ter concorrido por via de uma coligação eleitoral, com vários partidos pequenos, o que lhe tinha permitido algum apoio adicional nas eleições de 1999. Do mesmo modo, em segundo lugar, a Frelimo mudou o seu candidato (Joaquim Chissano para Armando Guebuza), e este que trouxe várias mudanças na estrutura social e política do país, principalmente com a promessa de incluir os líderes comunitários e régulos nos processos de governação.

Da mesma forma, a competição política e eleitoral de Moçambique deve ser analisada tendo em conta que a estrutura do voto e do sistema partidário é construído a partir do seu enraizamento histórico e social, sua estabilidade eleitoral, a forma de organização dos partidos e a sua legitimidade na sociedade. Da mesma forma, ao analisar o contexto e os resultados eleitorais de Moçambique, é necessário considerar as dinâmicas das relações interpartidárias e que tem um efeito directo no processo político e partidário desde a democratização (RUIGROK, 2005; CARBONE, 2005; NUVUNGA e SALIH, 2013).

Da mesma forma, a estruturação do voto e do comportamento eleitoral segue as profundas raízes sociais e históricas dos partidos e há uma aparente e visível ideia de esta constitui per si o principal elemento de divisão política, e portanto, da competição eleitoral, que também é moldado pelos padrões do conflito civil passado, conforme Carbone, ambos os principais partidos políticos surgiram de experiências armadas cujas divisões ainda afectam a sociedade.

Uma das questões que distingue partidos fortes dos fracos, é que os partidos fortes atraem apoio comprometido e durável dos seus membros e simpatizantes, eles são bem organizados, existe uma comunicação efetiva sobre os assuntos partidários em diferentes níveis da hierarquia partidária e, são guiados por princípios democráticos.

Uma das dificuldades encontra-se entre os partidos políticos que surgiram depois da democratização, nos anos de 1990, que surgem dos muitos grupos de pressão envolvidos na luta pela transformação das ineficiências das políticas públicas em vigor em Moçambique em oportunidades e oportunismo político para ganhar protagonismo sociopolítico. O exemplo concreto destas formações políticas, é o partido Movimento Democrático de Moçambique, que nos discursos iniciais do seu nascimento, defendiam a bandeira de novo, algo recente e que veio para mudar a bipolarização do cenário político nacional (MAZULA, 1996; MATSIMBE, 2009; STAE, 1998, HANLON, 2009; CARBONE, 2005).

A tendência de tais partidos em Moçambique, tem sido continuar se comportando como grupos de pressão e de interesse, concentrando mais de seus esforços na tentativa de influenciar os detentores do poder, em vez de desenvolver estratégias viáveis para substituir o partido no poder. O exemplo dos partidos os verdes, trabalhista e outros.

### **3.2.2. Análise dos Padrões de Ampliação ou Concentração da Competição Territorial e da Volatilidade Eleitoral em Moçambique<sup>55</sup>**

Três diferentes teorias explicam os níveis de volatilidade eleitoral que encontramos no contexto Moçambicano, dos quais seguem: a) Voto Socioeconómico; b) Explicações institucionais e as características políticas e do regime/sistema partidário, c) A estrutura e organização das clivagens sociais e regionais em Moçambique.

Na nossa compreensão, se levar em consideração os elementos explicativos da volatilidade eleitoral em Moçambique, percebe-se que a variável institucional é a mais consistente, visto que, na medida que as leis, sobretudo as eleitorais e o incremento da constituição sobre matérias ligadas política, foram criando uma

---

<sup>55</sup> América Latina: Uma Prova de económicos, institucionais e explicações estruturais. Autor (es): Kenneth M. Roberts e Erik Wibbels trabalho Avaliado (s): Fonte: The Political Science Review americano, Vol. 93, No. 3 (setembro de 1999), pp. 575-590 Publicado por: American Political Science Association URL estável: <http://www.jstor.org/stable/2585575>. Acesso em: 27/05/2019 23:06.

espécie de deslegitimidade das regras e do processo como um todo, aliado as campanhas e as fundamentações e discursos dos partidos da oposição, que desde 1999, tiveram uma tónica de deslegitimar os resultados eleitorais.

Enquanto a influência da economia mostra que os eleitores têm sido volátil em função das perturbações económicas e focos de corrupção que envolve parte dos governantes do antigo governo da Frelimo entre (2004-2014).

**Tabela 9:** Volatilidade nas Eleições Presidenciais e Legislativas em 30 países da Africa (1995-2015)

	<b>Moçambique %</b>	<b>Media na Africa (%)</b>
Volatilidade Parlamentar	17.5	28.4
Volatilidade Presidencial	19	29.6
Média da Vol. Par + Pres	10.7	24.9

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019) a partir dos dados de Carbone (2005)

Tal como sugere Mainwaring (1998, 1999), os sistemas de partidos que emergem durante o processo de democratização da 3ª onda caminham junto as estruturas do Estado e são estruturados pelas elites políticas e por estarem menos institucionalizados (os níveis de volatilidade eleitoral são mais elevados, e os partidos estão menos enraizados na sociedade civil e dependem em grande medida dos recursos do Estado e ou das contribuições dos seus membros).

Da mesma forma, no contexto de Moçambique, os padrões de competição partidária tendem a ser regulares nas democracias mais consolidadas, por isso, a estrutura da volatilidade eleitoral de Moçambique, em nada contraria as tendências teóricas. Pois a mudança de votos de uma eleição para a outra depende não só dos 3 factores acima expostos, mas da maneira com se estrutura o Estado e a distribuição dos recursos junto aos partidos<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Logo após a implementação do marxismo-leninismo como ideologia de governo, uma guerra civil entrou em erupção no país, envolvendo o governo da Frelimo e RENAMO, cujas causas já foram



Enquanto o sentimento generalizado de que a representação política se tornou desestruturada ou desequilibrada, houve surgimento de situações que permitiram a ampliação da volatilidade eleitoral em Moçambique, que era de 4.5 entre (1994-1999), para 24.5 entre 2009-2014, principalmente em virtude das fragilidades das identidades políticas e lealdades com e para grupos étnicos e regionais

**Tabela 10:** Volatilidade Eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique, 1994-2014

<b>Ano Eleitoral</b>	<b>Frelimo</b>	<b>Renamo</b>	<b>Outros partidos</b>	<b>Media</b>
1994-1999	5	2	2	4.5
1999-2004	13	9	=	11
2004-2009	12	13	=	12.5
2009-2014	19	24	5	24.5

**Fonte:** Elaboração do autor (2019)

Os dados acima ilustram que a volatilidade eleitoral em Moçambique tem vindo a crescer desde as primeiras duas eleições gerais e nacionais. Ou seja, enquanto a média entre 1994 a 1999 era de 4.5, verificou-se um aumento de 20%, no período de 15 anos.

Os partidos desempenham funções políticas tão importantes na estruturação do voto e na organização das preferências eleitorais. E os níveis de volatilidade eleitoral que ocorrem em vários países da África e Moçambique em particular, é um indicador da fraca representação política e legitimidade do sistema partidário não competitivo ainda em processo de construção.

Assim, a volatilidade eleitoral e o voto anti sistema em Moçambique, estão altamente correlacionados com o desempenho económico e a fragmentação do sistema partidário e da desconfiança das instituições políticas. Isto porque, a quando a eclosão da crise política em Moçambique (2012-2014) e crise económica

indicadas acima. Além disso, a liderança superior no governo recentemente formado em 1975, foi mais localizada na parte sul de Moçambique, e isso distorceu o início primário da FRELIMO que promoveu o nacionalismo em vez do regionalismo que existia antes.

(2015-2019) que gerou uma combinação entre a recessão económica, a inflação, escândalos de corrupção que envolveu os mais altos funcionários do Estado, levou no aumento da volatilidade eleitoral em Moçambique, apesar de uma melhora acentuada nos indicadores económicos em termos de desenvolvimento socioeconómico e humano em Moçambique.

Assim, Moçambique apresenta um conjunto agregado de elementos explicativos da volatilidade eleitoral, que é conduzido pela avaliação de desempenho que as populações fazem no seu dia-a-dia, da fragilidade e estabilidade das instituições mais amplas do regime onde os partidos per si competem e às propriedades dos sistemas partidários, como o grau de institucionalização, fragmentação dos órgãos de gestão eleitoral, mais político que independente ou técnico e a polarização política.

### **3.2.3. Grau de competitividade e estruturação das preferências eleitorais**

#### **3.2.3.1. Participação Política-Eleitoral em Moçambique**

A literatura dedicada ao voto económico tem demonstrado que os responsáveis pelo governo ou o estado da economia, que é igualmente o partido no governo, não podem apresentar um desempenho económico fraco que não cumprem promessas eleitorais. Pois, esses estudos não usam uma explicação convincente para a reeleição repetida do partido da FRELIMO em Moçambique, ou qual, não obstante os níveis elevados de pobreza, desemprego e descontentamento económico, mesmo assim, levou a vencer nas seis (6) eleições consecutivas, entre 1994-2019.

Alguns autores como De Brito (1995), Pereira (2008), defendem que é difícil explicar a reeleição do partido FRELIMO por factores meramente económicos, pois há um conjunto de elementos que devem ser mobilizados, dos quais, a estrutura das clivagens sociais, étnico e guerra. Nisso, se é notório algum tipo de volatilidade eleitoral, ou a mudança nas acções de voto obtidas pelos partidos Frelimo, Renamo, MDM e outros se destaca por duas razões principais. Primeiro, é o aumento da actual onda de regras institucionais e mudanças institucionais constantes, em que em cada pleito eleitoral, temos nova lei eleitoral que regula e delinea a forma como uma determinada eleição irá proceder, em termos de administração eleitoral;

Segundo, em comparação com outros países da África na sua relação com a economia e as clivagens socio económicas e políticas.

Dois tipos de argumentos institucionais são especialmente relevantes para explicar o grau da competitividade e a estrutura das preferências eleitorais em Moçambique. O primeiro que determina como as mudanças nas regras, procedimentos e restrições institucionais entre os partidos, no parlamento Moçambicano e como o regime democrático influencia a estrutura do voto em Moçambique. Tal como Mair (1997, 8) argumenta, que os sistemas partidários "congelados" do tipo da Europa Ocidental só podem surgir quando ocorrer uma mobilização eleitoral completa e existirem regras institucionais estáveis, que permitam o surgimento de um equilíbrio competitivo durável.

Assim, o nosso entendimento sobre Participação política é comumente percebido como afirma Verba, Nie & Kim (1971), um meio pelo qual os interesses, desejos e demandas dos cidadãos são comunicados por forma de protesto, voto, manifestação e outras formas (citado em VIGODA & SAMORLY, 2001, p. 729). Apesar de que esta definição seja ampla e usual por vários autores, alguns deles Cohen et al. (2001) definem a participação política no sentido restrito, isto significa por exemplo, como atos com a intenção de influenciar a ação governamental ou apenas como actividades incluindo votação ou participação nos processos de tomada de decisão e nos partidos políticos.

A luz destas definições, é evidente que existem muitas maneiras diferentes de expressar opinião política ou participar de processos políticos, e o voto é a maneira mais comum de participar em varias nações e países. Ora, as razões pelas quais os cidadãos participam nas eleições gerais (municipais, legislativas e presidenciais), por que não participam de processos de participação democrática, constituem per si, um dos temas mais debatidos em Moçambique.

Para realizar esta análise partimos de três postulados: (1) O pressuposto dos recursos: Para este modelo, a dimensão socio económica "status socioeconômico" está directamente relacionado à participação política e eleitoral. Ou seja, factores

comuns que utilizamos para desenvolver esta análise, são ocupação ou profissão, renda e educação. Neste caso, a educação é o principal pressuposto que utilizamos nesta tese.

Assim, principalmente a idade e género influenciam especialmente na participação política e eleitoral. Todavia, homens e indivíduos mais velhos têm maior probabilidade de se envolver em formas mais institucionalizadas de participação política (voto, referêndum, comícios), mulheres e indivíduos mais jovens se envolvem mais em formas não institucionalizadas de participação política (passeatas, manifestações, greves), conforme ilustra Kern, Marien e Hooghe (2015), Smets e van Ham (2013).

(2) O segundo pressuposto explicativo do voto e da participação eleitoral, é o modelo de mobilização, que dá ênfase a variáveis como: mobilização partidária, associativismo e participação na mídia. Neste caso, a nossa tese centra o debate sobre a mobilização de partidos políticos e candidatos, que influenciam directamente a participação individual<sup>57</sup>. Muitos resultados avançados por Smets e van Ham (2013) adoptam como indicador analítico as redes sociais, que reduzem os custos da participação política, fornecendo informações sobre partidos políticos, candidatos e o processo eleitoral. Disso, a vida associativa enfatiza valores que se pensa mobilizarem os cidadãos.

(3) o terceiro pressuposto explicativo da participação política dos eleitores ao nível individual é a socialização. Desta, se destaca o desenvolvimento durante a infância e a idade adulta como determinantes do voto e do comportamento político quando adulto. Para começar, as variáveis que utilizamos neste contexto são: classe social dos pais, discussão política e educação dos pais. Nisso, nossa tese procura explicar a participação por via da estrutura das atitudes socio políticas e psicológicas. Segundo Smets e van Ham (2013), os factores explicativos variam de características cognitivas, como interesse político, conhecimento político e preferências pessoais associadas ao voto expressivo, como identificação e ideologia partidária (p.11).

---

<sup>57</sup> Um caso mais pragmático deste pressuposto, é a presença e ausência do líder da RENAMO, Afonso Dhlakama nos processos eleitorais de 2019, que reestruturou e reconfigurou os resultados eleitorais de 2019. O que se verifica é que, a Renamo perdeu sobremaneira o seu apoio eleitoral em 2019, em virtude do perecimento do seu líder. Ou seja, um dado concreto é verificado nas eleições de 2014, onde o candidato presidencial da RENAMO teve mais votos em detrimento do seu partido.

Concluimos que muitos factores apresentados nos pressupostos acima desenvolvidos são interdependentes. Ou seja, os factores usados na teoria dos recursos são determinantes muito confiáveis da participação individual e, além disso, muitas fontes confiáveis para esse tipo de dados estão disponíveis coletivamente. Como esta tese vê o desenvolvimento e os mecanismos de participação política e eleitoral por via do desenvolvimento das instituições, à luz de uma desigualdade económica, por isso, a teoria dos recursos parece ser a escolha mais razoável.

A compreensão mais geral destaca que a participação política e eleitoral tem um valor intrínseco para os cidadãos. Além disso, também é importante pois constitui per si um meio de educação cívica, um processo no qual os cidadãos aprendem valores cívicos e democráticos. Como fundamenta Siber (2004), uma comparação da participação eleitoral entre as sociedades democráticas mostra grandes diferenças entre elas.

O nível de a participação dos eleitores em Moçambique depende de vários factores, das quais: as características da lei eleitoral, as características da situação social, a motivação dos eleitores e a mobilização política. Especificamente a lei eleitoral, como ilustrado no quadro 3, presente nesta tese, esta influencia a participação eleitoral de duas maneiras: directamente através disposições legais que regulam o processo de votação e indirectamente através de características básicas do sistema eleitoral, que motivam mais ou menos os eleitores.

As características da situação social de Moçambique afectam a participação dos eleitores, e inclui sobremaneira a importância dada as eleições, o envolvimento cívico dos eleitores, a incerteza do resultado eleitoral e a sua condição socio económica. Assim, a motivação dos eleitores Moçambicanos depende do tipo de envolvimento individual na política acima alistado, que varia de cidadãos meros activistas políticos ou espectadores, aqueles que o seu envolvimento se limita à votação “tese chave”, e outro grupo de cidadãos apáticos, que não se importam com política. Em algum sentido, Whiteley (2011)<sup>58</sup> fundamenta que as campanhas eleitorais podem ser consideradas como um instrumento para mobilizar eleitores apático.

---

<sup>58</sup> Whiteley, Paul F. 2011. “Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world”, *Party Politics*, 17(1): 21–44.

A participação em processos políticos, especialmente nos processos de eleição dos representantes é o pressuposto fundamental de uma sociedade democrática. Tal que, Franklin (1996) apontara que a participação é a corrente sanguínea da democracia, envolve um número de pessoas em várias atividades e em vários momentos. Normalmente, considera-se que o principal indicador de interesse político é o ato de ir votar nas eleições (Campbell, 1962). Embora algumas vezes a participação política seja entendida como à participação eleitoral, Nie, Verba e Petrocik (1976) pensam que a participação política compreende todas as formas de comportamento na esfera da política.

**Tabela 11:** Variação média entre Participação x Abstenção nas eleições gerais em Moçambique (1994 à 2009)

Provincia	Participação (%)		Variação %	Abstenção (%)		Variação %
	1994	2009		1994	2009	
Cabo Delgado	94.2	45.8	- 51.4	5.8	54.2	839.6
Niassa	89.0	38.8	- 56.4	11.0	61.2	454.3
Nampula	90.2	38.6	- 57.3	9.8	61.4	526.8
Zambézia	85.3	33.4	- 60.8	14.7	66.6	351.8
Sofala	87.1	44.9	- 48.4	12.9	55.1	327.8
Tete	83.2	61.2	- 26.4	16.8	38.8	130.8
Manica	83.9	43.7	- 47.9	16.1	56.3	248.7
Inhambane	87.2	45.9	- 47.4	12.8	54.1	324.1
Gaza	89.9	63.0	- 29.9	10.1	37.0	266.1
Maputo Provincia	87.4	46.5	- 46.8	12.6	53.5	324.3
Maputo Cidade	86.3	52.1	- 39.7	13.7	47.9	249.9

**Fonte:** Elaboração do autor (2018) a partir de dados eleitorais

A tabela acima mostra que desde as eleições fundadoras de 1994, vem se notado o aumento progressivo dos níveis de abstenção eleitoral, que podem ser verificados partir das variações em percentagem. Isto é, entre 1994 a 2009, a média mais alta da variação em termos de participação eleitoral foi de 60.0, 56.4 e 51.4, que pertencem a provincia de Zambézia, Niassa e Cabo Delgado respetivamente. Esta variação sobre a participação eleitoral influenciou em termos de abstenção

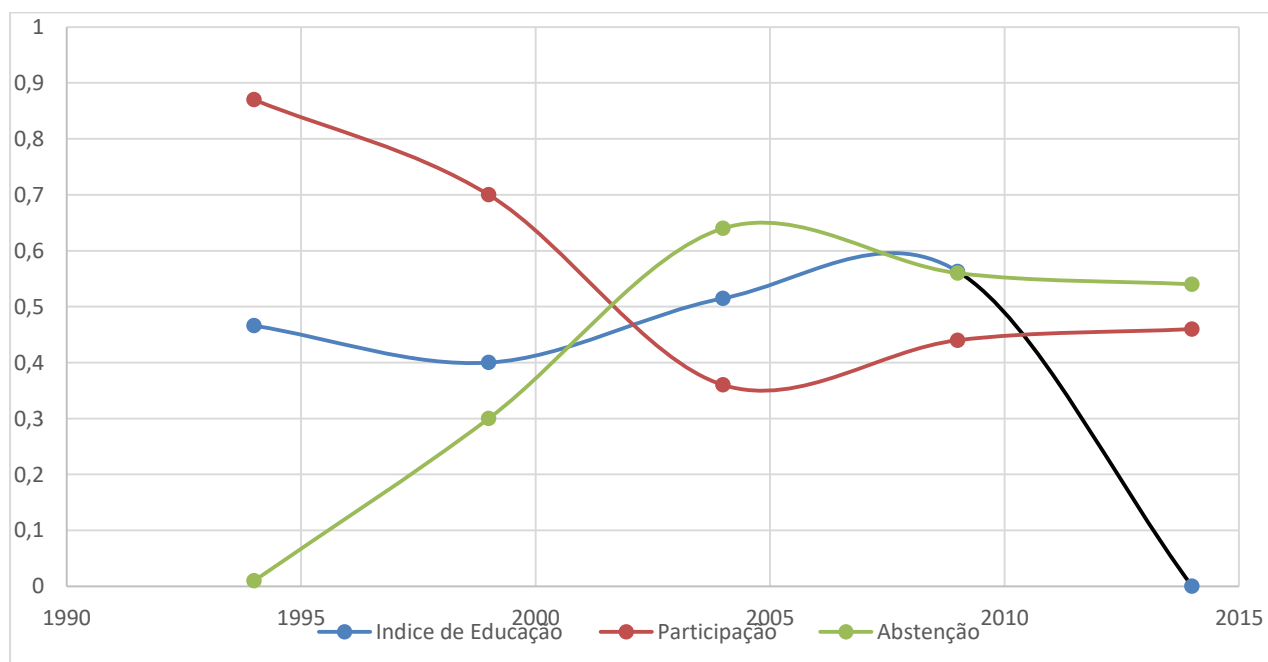
eleitoral, visto que, a província da Zambézia que teve maior variação em termos de participação eleitoral, também tem maior índice de variação de abstenção de 66.6%.

\*

A participação política e eleitoral é uma pedra angular para compreender o desenvolvimento das democracias eleitorais. A principal ferramenta da participação política e eleitoral nas democracias de hoje são as eleições. Um exemplo, se um país se depara com um problema marcante de assuntos internos ou externos, os eleitores, se mobilizam em um grau mais alto e a participação eleitoral também aumenta.

Especificamente em Moçambique, que enfrentam muitas outras questões que motivam os eleitores, como por exemplo questões chave nas sociedades: diminuição da pobreza, conflitos étnicos, confrontos militares, confiança nas instituições do Estado e nos partidos, a crença de que a democracia é o melhor dos demais sistemas, etc. Por outro lado, os cidadãos Moçambicanos ainda não possuem uma cultura política formada e um senso de responsabilidade sobre e diante ao governo, que também são os requisitos para um alto nível de participação.

**Gráfico 1:** Relação entre Educação e Participação Eleitoral em Moçambique (1994-2014)



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2018)

NB: Os dados sobre o índice de educação de 2010 à 2014, não temos a disposição. Esta é a razão do gráfico referente a este ponto, ter regredido.

Apesar de que à questão da situação social pode ser a determinante em termos de participação política e eleitoral, existem outros elementos que podem explicar uma maior ou menor participação eleitoral em Moçambique: a importância das eleições; o envolvimento emocional dos eleitores e a incerteza do resultado da eleição. Nisso, é importante destacar que estes elementos per si são interconectados e é difícil estabelecer sua contribuição individual.

Por conveniência, Lin e Chu (2005) simulam a capacidade das políticas governamentais de eliminar a pobreza, como um elemento chave na estrutura da participação eleitoral. Eles evidenciam que, ao manipular a renda e algumas variáveis de status socioeconómico, o governo pode aliviar significativamente a questão da pobreza e por sinal, aumentar o engajamento cívico, o que pode levar a maiores níveis de envolvimento político e eleitoral. O trabalho de Lin e Chu levanta uma questão interessante: dado que: (1) o governo tem espaço para diminuir a pobreza e (2) os pobres são capazes de controlar o resultado da eleição.

Da mesma forma, entendemos que a votação em eleições livres é frequentemente vista como a forma mais básica e importante de participação política. Como tal, o nível de participação pode ser visto como um indicador de quão bem está a democracia. A democracia nos termos desta tese, é esta permissibilidade de ter o direito de votar quanto sobre exercitar o voto na urna.

**Tabela 12:** Relação entre Condições socioeconómicas x Participação Eleitoral em Moçambique (1994-2014)

	Crescimento real do PIB	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) <sup>59</sup>	Índice de Pobreza Humana	Participação Eleitoral	Abstenção Eleitoral
1994	58.9 (1997)*	0.297 (1997)*	52.9 (1997)*	87%	13%

<sup>59</sup> A performance do IDH é expressa como um valor entre 0 e 1. Uma província ou região com um valor do IDH próximo de 1 espelha um melhor nível de realização do desenvolvimento humano.



1999	53.1 (2000)*	0.333 (2000)*	56.1 (2000)*	70%	30%
2004	50.9 (2003)*	0.371 (2003)*	49.9 (2003)*	36%	64%
2009	47.0 (2007)*	0.431 (2007)*	46.0 (2007)*	44%	56%
2014	46.8 (2009)*	0.456 (2011)*	41.8 (2009)*	46%	54%

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019)

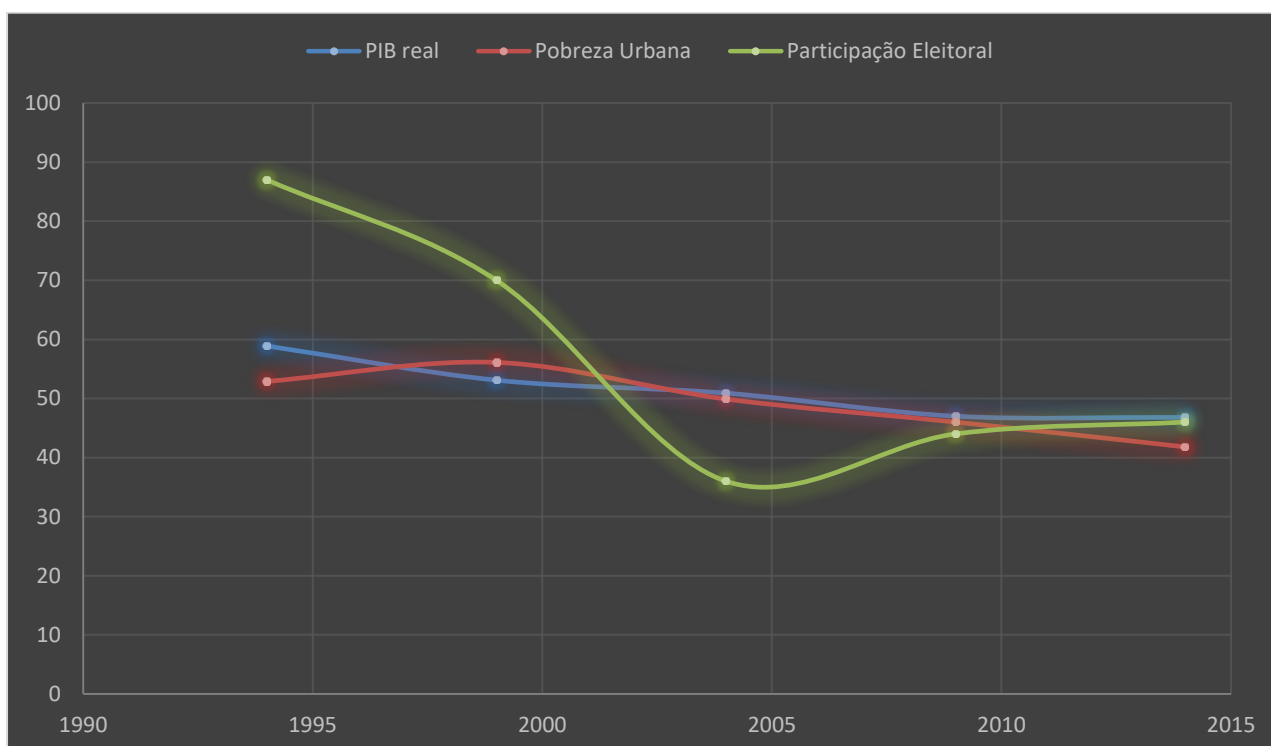
Assim, enquanto nos intervalos de Cinco em Cinco anos as eleições vão decorrendo (1994, 1999, 2004, 2009, 2014), o eleitor teve de fato que seguir e se ajustar aos novos cenários que se configuravam não apenas por dois partidos competindo entre si, mas pela quase abandono da participação eleitoral por parte dos eleitores, preferindo em muito dos casos a abstenção ou o voto nulo/branco.

A relação entre níveis de escolaridade, participação política dos cidadãos ja foi bem fundamentado, tal como Almond e Verba (1963), evidenciam que as sociedades onde os cidadãos têm a capacidade de questionar as principais decisões do governo, seriam as mais próximas para consolidação de uma cultura participativa. Isto contrariamente as sociedades súbditas e de não participação, em que não existe questionamento contante sobre as decisões do executivo.

Do mesmo modo, no contexto de Moçambique, as condições sociais e económicas tem tido um impacto específico e importante na mobilização dos indivíduos para o seu envolvimento política e eleitoral. Isto é, com o desenvolvimento das condições sociais, como crescimento do PIB, índice de Escolaridade e outros, permitiu a universalização do acesso à educação e à informação, que são elementos explicativos das escolhas razoáveis dos cidadãos (INGLEHART, 1990; DALTON E KLINGEMANN, 2009).

Os autores Franklin, Mackie e Valen (1992); Howard, Barnes e Simon (1998); Dalton (1992) evidenciaram que o cidadão sofisticado, usufruiu da expansão de um conjunto de características socioeconómicas (tais como *status da classe social, escolaridade, renda, etc.*), tendo impacto no comportamento do eleitor e em suas preferências partidárias. De um modo geral, estes teóricos corroboram com a explicação de que no modelo de cultura política vigente em Moçambique, quanto maior forem os recursos para participar (variáveis sociais e demográficas: *escolaridade, sexo, etc.*) maior será a participação e as escolhas razoáveis a serem feitas pelos eleitores.

**Gráfico 2:** Comportamento do PIB, Índice de Pobreza Urbana e Participação Eleitoral em Moçambique (1994/5-2014/5)



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2019)

As eleições de 1994, ocorreram num período em que os níveis de pobreza e o comportamento do PIB real, não correspondia as possibilidades de sustentar os programas e políticas públicas como educação, saúde, transporte e outros. Mesmo assim, as populações votaram e tiveram uma participação eleitoral acima de 80%. De 2009 a 2014, apesar de uma tendência a estabilidade dos três indicadores acima, mostrou-se que houve uma tendência de subida aceitável dos níveis de

participação eleitoral, tendo em conta que mesmo nos países com democracia consolidada, a participação ronda em torno de 55 a 65%.

Ora, notavelmente, ampliou se os níveis de participação eleitoral, e seguiu se as problemáticas da pobreza urbana. Lembrar que, em 1 e 2 de Setembro de 2010, os residentes da zona urbana da cidade de Maputo, onde notavelmente a pobreza urbana estava mais acentuada, realizaram uma das formas não convencionais de participação política, que foi a greve/revolta de fome e protestos populares em Maputo. Ao mesmo tempo, o governo do então presidente Armando Emilio Guebuza, como forma de minimizar as problemáticas da pobreza urbana, desenvolve a política pública denominada (Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana: 2011-2014)<sup>60</sup>, com vista a criação de mais oportunidades e postos de emprego para os residentes nas zonas urbanas de Moçambique.

Como sugere Chichava (2012), a redução da pobreza em vários quadrantes do mundo, nas últimas décadas, levou com que o governo de Moçambique cria se a imaginação dum possível fim da pobreza em Moçambique. Dada a extensão da terra, ao menos a primeira preocupação do governo central, foi de tentar mitigar este problema no meio urbano. Ora, o surgimento do PERPU, ficou exactamente enquadrado no discurso governamental sobre a redução da pobreza, que centrava as atenções no combate nas zonas rurais e urbanas, e estas últimas com maior incidência, com financiamento de projectos específicos a título individual e ou em associações/cooperativas, geração de emprego, protecção social, com um raio de abrangência aos municípios das cidades capitais de Moçambique (Sande, 2011).

Em suma, os dados socioeconómicos apresentados, mostram que as melhorias significativas apartir do PERPU foram visíveis, mas que não tiveram positivamente uma relação directa com os altos níveis de participação eleitoral. Da mesma forma, tis melhorias, abriram caminho para aumento cada vez mais dos níveis de engajamento e participação política, por meio dos média, o que reduziu sobremaneira as filiações e interesse partidário, em termos do activismo político.

---

<sup>60</sup> Esta política pública “PERPU” 2011 – 2014, constituiu per si um programa de governação incluído no programa central do Plano Quinquenal do Governo (2010-2014), que visava o combate da pobreza nas zonas urbanas e consequente melhorias das suas condições de vida.

Tal que, pelos pressupostos avançados, é visível que o governo da Frelimo abriu um caminho para construção de um novo cidadão, com possibilidades de educação e alfabetizado, ou seja, um novo cidadão/sujeito político. Em tese, a participação eleitoral pode contribuir na construção de uma cidadania activa e desempenha per si uma função de educação cívica, pois, quanto mais os cidadãos participarem, mais são as chances de se auto capacitarem para melhor participar na vida pública do país.

Apesar da existência de eleições rotineiras de 5 em 5 anos, a democracia permanece problematizada em Moçambique, e a Freedom House atualmente considera Moçambique um país "parcialmente livre". Os dados do Afrobarometer (ver Pereira et al., 2003) encontram níveis relativamente baixos de apoio à democracia e caracterizam Moçambique como uma democracia com problemas.

Os dados do Afrobarometer também ilustram que, os cidadãos demonstram uma clara resistência a expressar opiniões sobre política e dificuldade em compreender o papel da democracia na melhoria das suas condições económicas. Como o partido Frelimo domina as eleições desde 1994, alguns eleitores concluem que seu voto ou sua participação não importa, e que os processos e os arranjos estruturais nas sociedades, independem do seu voto. Esse cálculo, no entanto, produz um ciclo vicioso, pois a baixa participação prejudicam o desenvolvimento democrático como um todo.

### **3.3. Perfil Étnico do Eleitorado em Moçambique (1994-2014)**

O estudo dos partidos políticos, forma de funcionamento as posições políticas e as elites do partido definem a imagem e sua estratégia que pode passar desde a profissionalização até a invocação de dimensões como etnia, grupo de pertença, valores sociais, morais, culturais e outros.

Para além disso, a estrutura organizacional do continente Africano, ilustra que o processo de expansão e construção do Estado e das estruturas sociais, económicas e políticas, foi acompanhados por uma divisão da população a partir

das suas identidades (SHIPWAY, 2008), e o processo de construção de identidade políticas e étnica em Moçambique, só foi possível somente depois da independência em 1975, quando o governo da Frelimo toma o poder e uma das suas políticas da acção governativa, era reconhecer as diferentes étnicas e grupos linguísticos, porém, incentivar a unidade na diversidade<sup>61</sup>.

É bem claro que os fatores históricos da construção do estado e dos partidos políticos continuam pesando no processo de estruturação do voto e principalmente nas sociedades cujo processo de modernização social ainda não começou se efetivar de fato.

Neste caso, os valores que pesam na estrutura da competição e do voto, são de entre elas: as dimensões de clivagens sócias, que foram em artigo seminal, escritas por Lipset e Rokkan (1967), onde analisam as clivagens: [1] cultura súdita x dominante; [2] igreja vs. Estado; [3] economias primárias versus secundárias; [4] trabalhadores vs. Empregadores (Lipset et al., 1967; Rokkan, 1970).

No contexto Moçambicano, destacamos as principais clivagens (étnica, regional, rural/urbano e guerra). Alguns autores Brito (1995), Dias (2012), Nohlen e Krennerich (1999) verifica-se que há traços sobre a orientação do voto por via das clivagens, especificamente “o voto étnico e a dimensão rural vs. Urbano”, como seguem as evidências empíricas. Apesar de constituir um esboço para futuras pesquisas em profundidade e experimentos, é necessário indicar que a própria noção de étnico<sup>62</sup>, é problemática em termos dos elementos a considerar para discricional o voto nos diferentes territórios que compõem o tipo diferente de etnia e organização seja ela rural ou urbana.

---

<sup>61</sup> A ideia da Unidade na Dversidade, constituiu per si uma política e açãod e governação da Frelimo desde a luta de libertação. O principi é reconhecer a Moçabicanidade, em detrimento dos grupos étnicos. Porém, varias foram as criticas, das quais, o fato das lideranças políticas dos dois maiores partidos, serem constituídas por pessoas e individuos de grupos étnicos especificos em Moçambique, como é o caso dos Makondes, Ndaus, Shanganas e Makuas.

<sup>62</sup> A discussão na ciência política sobre oque é etnia e como isso impacta na competição política, é descrita por vários autores. Neles, é consensual três abordagens: [1] a existência de uma comunidade especifica com um sentido de pertença coletivo; [2] adesão a essa comunidade depende geralmente da linhagem familiar ou local, [3] essa comunidade é distinta das outras comunidades pela marca étnica, linguística, cultura, raça ou religião que per si são partilhados (GELLNER, 2004; HOROWITZ, 2005).

Apesar de no sentido geral ser aceite que as preferências importam, e que a variável "clivagens sociais" ou "preferências" tem sido conceituada de várias maneiras na política comparada, por exemplo, o Manifesto Research Group investiga o espaço político subjacente à competição, Inglehart (1984) explora a estruturação de dimensões ideológicas e Cox (1997) estuda a heterogeneidade das estruturas sociais. De qualquer das formas, a origem das diferentes perspectivas demonstram que o debate extenso da literatura sobre clivagens e preferências eleitorais segue a teoria espacial ou temporal do comportamento político.

Em varias formas e generalizações, o termo clivagens sociais, contribui significativamente para completude conceitual. Veja que, Cantillon (2001), Stoll (2005), alguns a utilizam para [1] descrever a contribuição da sociedade no processo político; ou [2] a contribuição da sociedade e suas raízes no funcionamento das instituições políticas, [3] e outros usam para significar visões sociológicas em larga escala das raízes do comportamento político individuais. Desta forma, pelas pretensões da tese, a primeira e a segunda dimensão que vão ocupar amplamente nossa discussão.

A proposta inicial foi desenvolvida por Lipset e Rokkan (1967), quando tratam do sistema de partido como variável, em contraste as clivagens nas sociedades ocidentais. Descrevem os autores que a clivagem é resultante de eventos históricos complexos que foram se desencadeando ao longo do tempo. Na literatura contemporânea do estudo das clivagens, indicam que, não existe um acordo sobre a sua compreensão, pois as divisões são muitas das vezes concebidas por via de questões como (diferenças política, identificações políticas relacionadas à certos conflitos de longa data em dada sociedade particular).

No entanto, este é um foco sociológico segundo o qual as clivagens são tradicionais divisões implícitas a "atributos demográficos", que se relacionam a raça, língua (CHANDRA E BOULET 2003) etnia (VAN DER VEEN E LAITIN, 2004), o que tem relação com a estratificação e desigualdade social (CANTILLON, 2001).

Geralmente, autores como Stoll (2004), trazem um conjunto de abordagens para pensar a clivagem, na dimensão política (em termos de atitudes e

comportamentos políticos), ou cultura (conjunto de crenças). De todo, as duas formas de olhar a clivagem, encontra-se uma dimensão espacial entre estrutural e não estrutural. A primeira, dimensão “estrutural” correspondem a grupos sociais diferenciados dentro dos quais a solidariedade e coesão já existem per si motivos não puramente políticos; enquanto a segunda “não estrutural” as clivagens não possuem estas correspondências.

A quantidade de tipologias existentes de clivagens e suas dimensões podem ser caracterizadas por exemplo, pelas clivagens relevantes capazes de dividir os membros de um grupo com importantes diferenças políticas em tempos e locais específicos. A partir daí, tipificam as clivagens em três tipos: [i] clivagens de caracteres ou características, tais como raça ou casta; [ii] clivagens de atitudes ou opiniões, como ideologia ou preferência; e [iii] clivagens comportamentais ou de ação, tais como aqueles obtidos através da votação ou da associação organizacional.

Adicionalmente, ainda sobre a tipologia de clivagens, Flanagan e Lee (2003) propõe outra tipologia de clivagens que eles definem como "linhas potenciais de divisão dentro de uma determinada sociedade". Daí que, as clivagens podem ser classificadas em: (i) clivagens segmentares: racial, linguística ou diferença religiosa; (ii) clivagens culturais: jovens, urbanos, rurais, tradicional, moderna, autoritária-libertária; e (iii) Clivagem de funcionalidade econômica: classe, status ou diferentes funções.

Também é oportuno, trazer a distinção de Dealder (1966) que apresenta outra linha de clivagens apresentada a partir da análise da história europeia: (i) interesse em classe ou em seção: partidos representantes de setores da agricultura, indústria, etc. (ii) religião: católicos, protestantes, clérigos, etc. (iii) conflitos geográficos: centro-periferia; (iv) conflitos nacionalistas: movimentos nacionalistas ou étnicos; e (v) regime: partidos revolucionários ou de status-quo.

É importante deixar claro que os avanços mais recentes, evidenciam que apesar destas divisões de clivagens e formas de olhar o mesmo fenômeno, na prática, os valores e as distinções são camufladas, e construídas por meio de duas

linhas argumentativas como Mair (1987) sugere: [1] a ilusão da divisão reside na sua localização intermediária entre as duas principais abordagens da sociologia política: a da estratificação social e seu impacto nas instituições e no comportamento político, por um lado, e o das instituições políticas e seu impacto na estrutura e mudança social, por outro.

É oportuno indicar que o quadro analítico acima exposto, desde Rokkan e Lipset, diz muito sobre as estruturas políticas do ocidente, mas pode ser útil na compreensão da competição política na África, especificamente em Moçambique, visto que a sua compreensão em termos de ligação entre eleitores, partidos, e estado, para pela construção de alternativas que a história se encarregou de construir e manutenção das mesmas. Claro que o desafio é ligar estas teses de outros contextos para o nosso contexto que notavelmente as estruturas partidárias e o estado são fracos.

Já é do conhecimento compartilhado entre especialistas que nos estudos da ciência política, a abordagem sobre estudos comparativos e principalmente sobre África, aponta-se para a importância das identidades, notavelmente (étnicas, linguísticas, religiosas), como elementos explicativos da política na África. O exemplo ilustrativo de (SCARRIT E MOZAFFAR, 1999), que desenvolvem seus argumentos a partir da abordagem de Rokkan e Lipset, procura identificar as clivagens que operam na competição política na África contemporânea, e chegam à conclusão de que apenas a clivagem campo-cidade, centro e periferia podem ser evidentes e que a clivagem campo-cidade toma a forma de competição étnica e domina em parte, toda África.

Nesta perspectiva, os parâmetros económicos, políticos e sociais descritos acima têm contribuído sobretudo no processo de construção e estruturação dos sistemas partidários africanos (LINDBERG E; LE VINE, 1980; FRIMPONG-ANSAH, 1992; MORRISON, 2008); que partilham de alguns valores quase que comuns em todo continente Africano a saber:

[1] Um conjunto de países com sistema de partido único predominante, onde o principal partido no período pré-transição



ou partido que ganha as eleições fundadoras em processo de transição, é vencedor até atualmente;

[2] Uma proliferação de partidos políticos pequenos e sem influência na arena competitiva e decisória, normalmente centrados em torno de uma figura pública e muitas das vezes com algum tipo de apoio regional ou local, mas desprovidos de uma estrutura organizacional forte extensa;

[3] Os partidos não se classificam facilmente em termos do espectro ideológico Centro, Direita e Esquerda, ao invés disso, colocam-se em posição de pragmatismo, e as propostas de governança são similares e bem próximas, nas suas amplas propostas (economia, política, sociedade, arranjos institucionais, etc.);

[4] A relação entre a sociedade e os partidos são normalmente fracas;

[5] Há cada vez mais uma intensa relação com as redes de clientelismo e parentesco (MORRISON, 2008)

O caso Moçambicano, segue uma lógica que ilustra ser um país com um sistema partidário de partido hegemónico, com intervalos descontínuos de partido dominante neste caso a Frelimo. E este partido “Frelimo”, desde a independência constituiu o grupo principal e vem ganhando as eleições desde 1994. Ao longo do desenvolvimento político e dos pleitos eleitorais, nota-se que há um aumento dos partidos pequenos<sup>63</sup> que não têm conseguido ter alguma influência sob o ponto de vista de controlo dos votos em regiões ou grupos específicos na sociedade.

---

<sup>63</sup> Partido Frelimo; Renamo; MDM; Nova Democracia; PODEMOS; Partido para o Desenvolvimento de Moçambique (PDM); Partido Ecologista - Movimento da Terra (PEC-MT); Partido Trabalhista (PT); Partido Social-Liberal e Democrático (SOL); Partido de Reconciliação Nacional (PARENA) Partido dos Verdes de Moçambique (PVM) Partido de Ampliação Social de Moçambique (PASOMO) Frente Democrática Unida (FDU) Frente de Acção Patriótica (FAP) Partido para o Progresso do Povo de Moçambique (PPPM) Partido de Unidade Nacional (PUN) Frente Unida de Moçambique/Partido de Convergência Democrática (FUMO/PCD) Movimento Nacionalista Moçambicano/Partido Social Democrata (MONAMO/PSD) Aliança Independente de Moçambique (ALIMO) Partido Ecologista de Moçambique (PEMO) Partido de Reconciliação Democrática (PAREDE) Partido Liberal e Democrático de Moçambique (PALMO) Partido Democrático para a Reconciliação em Moçambique (PAMOMO) Partido do Congresso Democrático (PACODE) Partido Popular de Moçambique (PPM) Partido Democrático de Moçambique (PADEMO) Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

No contexto de Moçambique, os dois principais partidos na sua génese e origem, tinham um espectro ideológico, onde a Frelimo tendencialmente era o partido pro esquerda/socialista e a Renamo mais liberal e capitalista. Porém, desde a democratização, tanto a Renamo, assim como a Frelimo, caminham no sentido de partidos Social/Democratas. Somente os novos partidos, que tendem a se constrói no espectro centro direita ou centro esquerda, como o partido Podemos, o partido Popular de Moçambique, o partido trabalhista e outros.

Em Moçambique os vínculos entre os eleitores e os partidos políticos, são caracterizados por um relação frágil e com uma dependência somente em períodos de pleitos eleitorais. Aliás, os partidos como Frelimo e Renamo, por terem o enraizamento na sociedade, a sua mobilização com os eleitores nas zonas de dominância é fraca, e isso pode se ver nos poucos contatos que os partidos tem tido com a base e o decrescente número de apoios políticos e eleitorais dos principais partidos.

Este processo foi seguido da necessidade de apelar às identidades nacionais e subnacionais, uma forma de garantir a mobilização política e eleitoral nos vários países africanos e incluindo Moçambique (DIAS, 2012). O que parece, é que esperava-se que as clivagens que opunham étnicas, a dimensão urbano – rural, centro - periferia, representassem um fator chave na mobilização e apoio político dos partidos políticos em Moçambique. Ao que se nota, é a predominância da clivagem étnica e guerra na estrutura do voto e do comportamento eleitoral em Moçambique.

---

(PDD) Partido Democrático para a Libertação de Moçambique (PADELIMO) Partido Nacional Democrático (PANADE) Partido Nacional de Moçambique (PANAMO) Partido Nacional dos Operários e dos Camponeses (PANAOC) Partido Renovador Democrático (PRD) Congresso dos Democratas Unidos (CDU) União Nacional Moçambicana (UNAMO) Partido Africano Conservador (PAC) Frente Liberal (FL) Partido União para Mudança (UM) Partido Livre Democrático de Moçambique (PLDM) Partido para a Liberdade e Solidariedade (PAZS) Partido para Todos os Nacionalistas de Moçambicanos (PARTONAMO) Partido Social Democrático de Moçambique (PSDM) Partido da Aliança Democrática e Renovação Social (PADRES) Partido Socialista de Moçambique (PSM) Partido Social Democrata Independente (PASDI) Partido Popular Democrático de Moçambique (PPD) Partido do Progresso Liberal de Moçambique (PPLM) União Moçambicana da Oposição (UMO) Movimento Juvenil para a Restauração da Democracia (MJRD) Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD)

Da mesma forma, tanto a guerra, como as étnicas desempenharam um papel chave nas escolhas eleitorais entre 1994 a 2004, ou seja, apesar da existência das regras eleitorais, que determinavam como e os mecanismos de participação eleitoral, a estrutura da competição política reflecte estas duas clivagens (étnica e guerra).

**Tabela 13: % de Preferências Eleitorais por Etnias de Moçambique para Parlamento (1994-2014)**

		Etnia Predominante na Província				
Eleições		Macuas (36%) - Nampula	Maconde (8.1%) – C.Delgado	Chuabo (26.4%) - Zambezia	Sena (15%) - Sofala	Changanas (26.4%) – Gaza
1994	Eleitores	1,286,002	551,716	1,170,564	493,613	405,448
	Frelimo	22	45	22	10	65
	Renamo	35	18	37	55	7
	UD	8	1	1	0	2
1999	Eleitores	1,434,764	618,451	1,384,626	593,877	465,151
	Frelimo	20%	39%	14%	10%	62%
	Renamo	22%	17%	31%	35%	6%
2004	Eleitores	1,972,927	845,962	1,874,601	851,710	695,665
	Frelimo	11%	15%	11%	9%	42%
	Renamo	9%	5%	9%	22%	2%
2009	Eleitores	1,801,249	888,197	1,770,910	772,630	639,658
	Frelimo	21%	21%	15%	21%	57%
	Renamo	9%	9%	11%	10%	1%
	MDM	1	0	2	4	1
2014	Eleitores	2,079,129	964,071	1,948,859	926,746	591,194
	Frelimo	15%	31%	12%	15%	56%
	Renamo	15%	6% <sup>64</sup>	15%	20%	2%
	MDM	5	0	2	8	2

**Fonte:** Dados da CNE. Elaborado pelo autor (2018)

Desde 1994, havia uma tendência das étnicas votarem, conforme a estrutura da clivagem guerra. Esta clivagem no contexto Moçambicano se da seguinte maneira: os locais de dominância da Frelimo e da Renamo no período da guerra

<sup>64</sup> Nas eleições de 2009 e 2014, verificou-se algum tipo de volatilidade eleitoral (hipótese por verificar), sendo que Renamo e MDM dois com dominância na região e no apoio eleitoral da etnia Sena em Sofala. É possível que agente volte a este ponto no futuro em pesquisas.

civil, constituíram os locais de maior predominância em termos de apoio eleitoral. Ou seja, Cabo Delgado (Makondes), Gaza (Changanas), foram os locais de maior controle do partido Frelimo no período da guerra civil, e nestes locais, constituiu o terreno fértil para o partido Frelimo, tendo votação em média acima de 72% e 92% respetivamente. Outrora, Nampula (Makuas), Sofala (Sena), Zambesia (Chuabos), que foram as zonas de maior controle do partido Renamo na guerra civil, são os espaços que o partido Renamo, teve maior apoio em termos comparativos.

Nos dados que ilustramos na tabela acima, que se refere às tendências do voto nas principais etnias em Moçambique, devem ser analisados considerando que, em 2004, houve uma ruptura em termos de participação eleitoral e engajamento para apoio partidário. No mesmo ano, o nível de abstenção eleitoral foi o maior de entre os cinco pleitos realizados em Moçambique atingindo números como 56% de abstenção eleitoral e 44% de participação efectiva, incluindo os votos nulos e branco. Neste ano, primeiro de tudo, a desconfiança sobre os órgãos de gestão eleitoral eram maiores, principalmente o fato de, nas eleições presidenciais de 1999, a Renamo União Eleitoral não ter aceite os resultados, em virtude de acreditar que o seu candidato Afonso Dhlakama, era o justo vencedor.

Em seu estudo mais contemporâneo sobre a étnica em Moçambique<sup>65</sup>, Sérgio Chichava, publica o seu texto com título: Uma Província “Rebelde”. O significado do voto Zambeziano a favor da Renamo (2007). Neste estudo, o autor partiu do pressuposto de que a província da Zambesia, portanto os Chuabos, sempre foi uma das províncias mais afetadas pela guerra civil em Moçambique que colocou em confronto a Frelimo e a RENAMO, fazendo milhares de mortes e destruindo a economia como em alguma parte da tese foi demonstrado. Foi à província que mais

---

<sup>65</sup> De acordo com essa informação (MINED, 1986), os povos de Moçambique agrupar-se-de acordo com uma característica cultural que se apresenta mais ou menos comum em algumas regiões do País: os regimes de parentesco. A norte do RIO ZAMBEZE, localizam-se os povos matrilineares: Maconde, Yao, Macua, Nyanja e outros localizados no Zambeze superior, como os Nsenga e os Pimbwe, por exemplo. A sul, encontram-se os povos patrilineares congregados nos seguintes grupos: Shona, Tsonga, Chope, Bitonga. Entre os povos patrilineares figura também o grupo Nguni, cujos núcleos se encontram espalhados pelo País. No Vale do Zambeze, uma zona de transição, situa-se povos de simbiose das influências matrilinear e patrilinear, dos quais se destacam: Chuwabo, Sena e Nyungwe. Para além dos grupos identificados, existem outros localizados na costa norte, cuja característica particular é a influência patriarcal islâmica que apresentam: são os Mwani.

sofreu os ataques de guerra, e, por exemplo, as comunicações entre a capital (quelimane) estavam totalmente paralisadas.

E como indica Hanlon (1996), até ao final da guerra, a RENAMO, ocupava mais de metade da província. Seguindo este raciocínio, há uma historiografia em Moçambique que ilustra que o voto Zambeziano a favor da Renamo é consequência direta da hostilidade e marginalização desta região por parte da Frelimo, mas enraizada em longo prazo histórico que produziu consequentemente a ideia de nos somos autónomos contra o Moçambique (CHICHAVA, 2007; CAHEN, 2006). Ao mesmo tempo, é um voto que define as rivalidades étnicas e a marginalização da região e mau relacionamento com o Estado, que predominantemente é composto por elites políticas do sul de Moçambique, especificamente os Changanas.

Um ponto de destaque, ilustra que em Moçambique não tem algum tipo de recenseamento étnico, e o que procuramos fazer foi algum tipo de generalização, que considera a dominância da etnia em cada distrito eleitoral e a sua tendência de voto.

É evidente que o apoio da Frelimo nas étnicas Maconde e changana, e contrariamente a Renamo, ganhando apoio eleitoral nas étnicas Sena e Chuabo e Macua, apesar desta última verificar-se algum tipo de regressão nas últimas duas eleições. Um dado referente à mudança da estrutura do voto por via desta clivagem étnica, refere-se a entrada em cena do novo partido político, MDM, que nasce com dissidentes da Renamo e na região étnica da Sena, onde a Renamo sempre foi dominante<sup>66</sup>, o que permitiu a verificação de mudanças em termos de comportamento eleitoral nesta região específica (Sofala e os da etnia sena).

Desde então, entre 2004 à 2014, nos distritos eleitorais de dominância da RENAMO, notabilizaram se algumas razões da perda do voto deste partido, das quais, a alta variação na estruturação do voto, principalmente entre os eleitores da RENAMO. De outro modo, o fato do partido MDM ter tido visibilidade considerável em termos de atuação na última legislatura (2009-2014), com destaque “as

---

<sup>66</sup> Isto em parte explica a tipologia do sistema partidário

propostas de lei sobre partidização das instituições públicas que o partido apresentou no parlamento em 2014 e a postura dos seus deputados durante as votações sobre a reforma eleitoral em 2013 (Terenciano, Braga e Souza, 2015).

Ao considerar as clivagens propostas por Lipset e Rokkan (1967), e fazendo a taxonomia no contexto Moçambicano, é possível verificar que o voto dos dois principais partidos em Moçambique (Frelimo e Renamo) segue o padrão da clivagem segmentares na sua dimensão linguística. Da mesma forma, baseado na classificação de Dealder (1966), Moçambique tem uma estrutura do voto dos principais partidos que segue os conflitos geográficos: centro-periferia, como ilustra o voto da Zambezia “chuabos”, e o conflito nacionalista, na sua dimensão movimentos nacionalistas ou étnicos.

Adicionalmente, citamos Manning (2008), que ilustra a ideia segundo a qual, há uma clivagem que não deve ser dispensada na análise do voto e comportamento eleitoral em Moçambique, que é a clivagem “guerra”. Pois, a partir desta clivagem e a competição eleitoral em Moçambique estaria polarizada em tornos dos dois beligerantes, como Brito (1995) explica,

[...] apesar destas vitórias sucessivas da FRELIMO, o campo político Moçambicano, mostra-se distribuído por zonas de dominação dos dois principais partidos e anteriores beligerantes, que conforma a geografia política e eleitoral do País da seguinte maneira: o Partido FRELIMO domina todas as províncias da zona Sul do País (Gaza, Inhambane e Maputo) e o Extremo-Norte (Cabo Delgado), inversamente a RENAMO domina a Zona Central (Zambezia, Sofala) e Centro-Norte do País (Nampula) [...] (DE BRITO, 2014, p: 31).

Neste caminho, Moçambique sempre alimentou a rivalidade dentro dos movimentos anticoloniais por via da étnica e região de origem, o que mais tarde constituiu-se em partidos nascidos dentro da FRELIMO, como a Renamo, Pahumo, e outros e mais tarde transformando-se em uma clivagem estrutural do voto em todas as regiões do país.

Aliado a isso, o projeto de modernização da sociedade do governo de partido único da Frelimo entre 1975-1981, não foi bem aceite por todas as partes de Moçambique, o que criou algum tipo de revolta e muita repreensão de toda a forma

(étnicas, linguísticas, regional, religiosa), e isso segmentou cada vez mais a clivagem centro e periferia, sobretudo a clivagem étnica entre as etnias do Sul de Moçambique e Centro.

**Tabela 14:** Zonas de controle da Renamo e o seu desempenho eleitoral (1994-2014)

Provincia	Províncias controladas pela Renamo		Resultados obtidos pela Renamo nas Legislativas (%)				
	Área Total (Km)	Área Controlada pela Renamo (%)	1994	1999	2004	2009	2014
<b>Cabo Delgado</b>	80.555	5.2	27.3	27.3	18.2	13.6	15.7
<b>Niassa</b>	126.691	9.6	36.4	53.8	25	14.3	40
<b>Nampula</b>	79.795	29.7	59.2	52	46	28.9	44.3
<b>Zambezia</b>	103.935	39.6	59.2	69.4	60.4	42.2	46.7
<b>Tete</b>	102.412	6	60	55.5	22.2	10	45.3
<b>Sofala</b>	67.175	49.8	85.7	80.9	72.7	25	47.4
<b>Manica</b>	62.210	13.6	69.2	66.7	50	25	45.2
<b>Inhambane</b>	67.363	5.4	16.7	23.5	16.2	6.2	15.3
<b>Gaza</b>	73.666	15.1	0.0	0.0	0.0	0.0	2.5
<b>Maputo</b>	21.856	15.5	7.7	7.7	7.7	6.2	17.1
<b>Provincia Maputo Cidade</b>	-	-	-	-	12.5	5.5	20.0

**Fonte:** Elaboração do autor (2019)

Análise comparativa das áreas controladas pela Renamo durante a guerra e durante o período eleitoral. Fonte: Hanlon, J. Mozambique Political Process Bulletin

Salvo indicações contrárias, a partir dos resultados aqui apresentados, a pesquisa indica que após independência, o que se passou, foi o controle do poder pelas étnicas Changanas e Macondes, e exclusão dos habitantes rurais, líderes tradicionais, grupos étnicos das Províncias Centrais do país, como é o caso de Sofala, Zambezia, e a Renamo fez uso desta problemática de construção da sociedade.

Ora, como ilustra Geffray (1991), os locais onde havia uma resistência a implementação do projeto de modernização da sociedade da Frelimo, após a independência, neste caso Zambézia, Nampula, foram os espaços cuja aceitação

da Renamo foi alta, tanto enquanto Movimento de Guerrilha, como um partido político post democratização em 1990.

Em Moçambique, existem diversos agrupamentos humanos com características socioculturais específicas. Ainda assim, não há unanimidade no que se refere a uma designação genérica desses grupos. Por razões óbvias, durante o período colonial esses grupos eram designados por tribos ou grupos étnicos. O termo povo, embora fosse utilizado por alguns antropólogos e historiadores, não teve um uso sistemático referido a essas entidades.

Nossa compreensão ilustra que há 4 elementos explicativos dos fenómenos da estruturação dos partidos políticos, das eleições e do voto em Moçambique desde 1994 a 2004: (a) as eleições ao todo não são genuínas. Há uma espécie de desconfiança e deslegitimidade dos pleitos desde 1994, os partidos da oposição com maior expressão nacional, nunca assumiram os resultados eleitorais como fidedignos e confiáveis; (b) os partidos políticos em Moçambique não tem sido sensíveis ao povo, isto é, há um fraco contacto político entre partidos e eleitores. Nisso, o número de membros partidários reduziu em termos de tendências de crescimento, o que enfraqueceu a democracia interna nos partidos como Renamo e Frelimo; (c) notavelmente há uma tendência dos partidos serem mais importantes que os indivíduos. Ao mesmo tempo que temos uma tendência de endeusamento de algumas figuras incontornáveis dentro dos partidos, como é o caso dos presidentes dos partidos maioritários.

Em vários casos, quando houve focos de problemas internos, o caso da Renamo, temos exemplo de 2 partidos que surgiram destas fissuras internas (Partido para Democracia e Desenvolvimento e o Movimento Democrático de Moçambique). Este não é o caso da Frelimo, a história política do país, mostra que ainda não tivemos casos de surgimento de partidos a partir das dissidências dos seus membros, mostrando deste modo, que tem uma coesão interna.

(d) Liberdades de comunicação social e associação é frágil e os meios de comunicação sentem a repreensão e perseguição constate, apesar de terem o espaço e abertura de comunicar livremente com o público. A sociedade civil



fragilizada e a Frelimo foi consolidando seu espaço e poder, e a oposição foi perdendo espaço. Nisso, foi ficando cada vez mais visível a relação entre o partido e o aparelho do Estado, o que permite o controle das mídias e da comunicação social.

Com isso, notou-se uma fraca participação, pela crença de que as instituições não são credíveis e que as eleições não mudam a tendência da escolha eleitoral (Brito, et al, 2005). Outro dado importante, foi a reestruturação da organização e dos cabos do aparelho do Estado, onde começa a mobilização de recursos e estratégias por parte da Frelimo, em cooptar os principais agentes dinamizadores nas zonas de dominância do partido Frelimo. É o caso dos líderes comunitários, que passam a ter um estatuto de agente e servidor do Estado, legalmente constituídos em Moçambique<sup>67</sup>. Em resumo, desde 2000, apenas com a Lei 8/2003, se esclareceu o funcionamento dos Órgãos Locais do Estado, cujo objectivo político era de estabelecer um instrumento de controle do poder tradicional por parte da Frelimo, e não genuinamente reorganizador da participação popular, como alega o decreto (Nuvunga, 2013)<sup>68</sup>.

Desde 1994, havia uma tendência das étnicas votarem, conforme a estrutura da clivagem guerra. Esta clivagem no contexto Moçambicano se da seguinte maneira: os locais de dominância da Frelimo e da Renamo no período da guerra civil, constituíram os locais de maior predominância em termos de apoio eleitoral. Ou seja, Cabo Delgado (Makondes), Gaza (Changanas), foram os locais de maior controle do partido Frelimo no período da guerra civil, e nestes locais, constituiu o terreno fértil para o partido Frelimo, tendo votação em média acima de 72% e 92% respetivamente. Outrora, Nampula (Makuas), Sofala (Sena), Zambezia (Chuabos),

---

<sup>67</sup> Lembrando que, estudos e relatos do pesquisador Michael Cahen (2001), evidenciam que nas eleições de 1994 e 1999, as lideranças locais, os chefes tribais, chefes de regulados e outros, fizeram a campanha em favor da Renamo, em consideração ao auxílio e convivência, e confiança que tiveram por parte da Renamo ainda no decurso da guerra civil. Ao mesmo tempo que a Frelimo marginalizava-os, considerando agentes do inimigo e que apoiaram o governo colonial Português na implementação das suas manobras e estratégias de colonização, a Renamo acarinhava quase a totalidade deste segmento populacional. Sendo eles influentes nas comunidades e no seio dos seus grupos, constituíram per se, líderes de opinião em vários pontos do país, principalmente nas eleições de 1994, 1999.

<sup>68</sup> Num dos textos publicados por Nuvunga (2013), concluiu que “o tipo de instrumento legal” usado para criar e legitimar os líderes tradicionais é típico e estratégico: foi um “Decreto do Conselho de Ministros”. Assim, ao usar um decreto e não uma lei aprovada pela Assembleia da República (AR) para legislar sobre uma matéria importante como o papel do poder tradicional na governação, o Governo da Frelimo teve a intenção de contornar a Renamo, que não só estava em peso na AR como também tinha grande interesse sobre esse assunto (Buur & Kyed, 2005; Forquilha, 2006).

que foram as zonas de maior controle do partido Renamo na guerra civil, são os espaços que o partido Renamo, teve maior apoio em termos comparativos.

Com isso, notou-se uma fraca participação, pela crença de que as instituições não são credíveis e que as eleições não mudam a tendência da escolha eleitoral (Brito, et al., 2005). Outro dado importante, foi a reestruturação da organização e dos cabos do aparelho do Estado, onde começa a mobilização de recursos e estratégias por parte da Frelimo, em cooptar os principais agentes dinamizadores nas zonas de dominância do partido Frelimo. É o caso dos líderes comunitários, que passam a ter um estatuto de agente e servidor do Estado, legalmente constituídos em Moçambique<sup>69</sup>. Em resumo, desde 2000, apenas com a Lei 8/2003, se esclareceu a Organização da Lei dos Órgãos Locais do Estado, cujo objectivo político era de estabelecer um instrumento de controle do poder tradicional por parte da Frelimo, e não genuinamente reorganizador da participação popular, como alega o decreto (Nuvunga, 2013)<sup>70</sup>.

Nisto, o papel da étnia foi fundamental para redesenhar os espaços de competição e sobretudo as escolhas políticas que o governo da Frelimo fizera na década de 1980, impactou na divisão da sociedade em grupos de apoio localizados, isto é, a RENAMO/Renamo, tendo maior apoio eleitoral nos locais onde tinha controle ainda no período da guerra civil e a Frelimo, teve apoio contínuo dos dois grupos dominantes na estrutura governativa de Moçambique, dos quais, os Changanas e os Macuas.

---

<sup>69</sup> Lembrando que, estudos e relatos do pesquisador Michael Cahen (2001), evidenciam que nas eleições de 1994 e 1999, as lideranças locais, os chefes tribais, chefes de regulados e outros, fizeram a campanha em favor da Renamo, em consideração ao auxílio e convivência, e confiança que tiveram por parte da Renamo ainda no decurso da guerra civil. Ao mesmo tempo que a Frelimo marginalizava-os, considerando agentes do inimigo e que apoiaram o governo colonial português na implementação das suas manobras e estratégias de colonização, a Renamo acarinhava quase a totalidade deste segmento populacional. Sendo eles influentes nas comunidades e no seio dos seus grupos, constituíram per se, líderes de opinião em vários pontos do país, principalmente nas eleições de 1994, 1999.

<sup>70</sup> Num dos textos publicados por Nuvunga (2013), concluiu que “o tipo de instrumento legal” usado para criar e legitimar os líderes tradicionais é típico e estratégico: foi um “Decreto do Conselho de Ministros”. Assim, ao usar um decreto e não uma lei aprovada pela Assembleia da República (AR) para legislar sobre uma matéria importante como o papel do poder tradicional na governação, o Governo da Frelimo teve a intenção de contornar a Renamo, que não só estava em peso na AR como também tinha grande interesse sobre esse assunto (Buur & Kyed, 2005; Forquilha, 2006).

### **3.4. Condições Socioeconómicas e sua Influência na Estrutura do Voto em Moçambique**

Qualquer pesquisador que pretenda estudar e avaliar o impacto dos diferentes factores e seu papel determinante na estruturação do voto, geralmente tem duas perspectivas. A primeira possibilidade é usar os dados da pesquisa empírica. A esta forma de desenvolver o estudo per si, faz uso de dados e características socioeconómicas pelo mesmo tipo de correlação em nível individual (Robinson 1950; Taylor e Johnston 1979).

**Tabela 15:** Indicadores sócio-económica de Moçambique nas 1<sup>as</sup> Eleições de 1994

Província	Coefficiente de Gini	PIB (%)	IDH	Índice de Pobreza Humana	Privação de conhecimento	Pop. Sem acesso a Água potável (%)	Pop. Sem acesso aos Serviços de saúde %	Índice de Educação
Cabo Delgado	0,441	4	0,267	63,3	75	62,1	64,4	0,314
Gaza	0,412	4,4	0,377	44,9	52,7	51,6	36,5	0,494
Inhambane	0,442	23	0,402	47,8	54,2	62,2	39,5	0,489
Manica	0,403	3,4	0,338	51,8	57,7	57,8	53,4	0,455
Maputo Cidade	0,524	2,3	0,604	16	15	4,3	1,3	0,768
Maputo Província	0,433	18,3	0,551	28,6	34,3	31,2	11,9	0,659
Nampula	0,362	6,3	0,298	64,3	71,7	77,7	64,2	0,315
Niassa	0,361	4,9	0,306	56,5	69	77,7	28,3	0,452
Sofala	0,434	7,9	0,375	53,6	56,2	50,1	70,5	0,452
Tete	0,402	-2,9	0,324	55,7	66,8	60,9	46,8	0,377
Zambézia	0,354	5	0,308	68,3	70	83,7	82,1	0,352

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2018)

A tabela acima ilustrada, evidencia que as províncias de Maputo e a cidade capital de Moçambique, foi a que tinham as melhores condições em termos de serviços públicos disponíveis para a população. Como se depreende, o índice de educação esta acima da média nacional (0.466), e a tendência de participação eleitoral, seguiu um padrão constante, isto é, as províncias com maior nível de educação, foram a que mais participaram ativamente nas eleições de 1994.

Os níveis de índice de pobreza urbana influenciaram nas formas e diversas manifestações de participação política e eleitoral. Pois, muita das vezes, as zonas com menor índice de pobreza urbana, como Maputo Cidade (16%) Maputo Província (28.6%), constituíram per si as províncias com níveis de educação alto. Como consequência, entende se que, maior índice de educação, menor índice de pobreza urbana, influenciam activamente na participação eleitoral em Moçambique.

Em muito dos casos, ficou claro que o status socioeconómico dos indivíduos (educação, renda e ocupação), estão positivamente relacionado com a sua taxa de participação política em Moçambique. Alguns estudos na África apoiaram essa suposição do modelo de votação por exemplo, Amoateng et al. 2014; Larreguy e Marshall, 2017), mas outros acham o contrário (por exemplo, Kuenzi e Lambright, 2007; 2011; Isaksson, 2014; Nwankwo e Okafor, 2017), pois existem espaços geográficos de competição eleitoral, onde os indivíduos com alto índice de educação tendem a não participar nos processos políticos (não) institucionalizados.

Esta linha de investigação diferente, mostra que os eleitores africanos com menor nível de desenvolvimento socioeconómico, têm uma probabilidade significativa de votar no partido no poder, do que os com maior nível socioeconómico (Kuenzi e Lambright, 2007) e os africanos com poucos recursos, acima ilustrados, votam mais do que os possuem recursos (Isaksson, 2014).

**Tabela 16:** Estrutura sócio-económica de Moçambique nas Eleições de 2004

Província	Coeficiente de Gini	PIB (%)	IDH	Índice de Pobreza Humana	Privação de Conhecimento	Pop. Sem acesso a Água Potável (%)	Pop. Sem acesso aos Serviços de saúde %	Índice de Educação
Cabo Delgado	0,441	4	0,267	63,3	75	62,1	64,4	0,414
Gaza	0,412	4,4	0,377	44,9	52,7	51,6	36,5	0,594
Inhambane	0,442	23	0,402	47,8	54,2	62,2	39,5	0,439
Manica	0,403	3,4	0,338	51,8	57,7	57,8	53,4	0,485
Maputo	0,524	2,3	0,604	16	15	4,3	1,3	0,677
Cidade de Maputo	0,433	18,3	0,551	28,6	34,3	31,2	11,9	0,729
Província	0,362	6,3	0,298	64,3	71,7	77,7	64,2	0,405
Nampula	0,361	4,9	0,306	56,5	69	77,7	28,3	0,512
Niassa	0,434	7,9	0,375	53,6	56,2	50,1	70,5	0,432
Sofala	0,402	-2,9	0,324	55,7	66,8	60,9	46,8	0,497
Tete	0,354	5	0,308	68,3	70	83,7	82,1	0,485
Zambézia								

**Fonte:** Elaboração do autor (2018) apartir dos dados da INE (2017)

Vê-se que existem algumas províncias, a destacar (a província de Sofala) que independentemente das suas condições socio económicas e o status de desenvolvimento social, sempre foi hostil a FRELIMO, pois, desde as eleições fundadoras de 1994, consubstanciado com as municipais de 2003, a RENAMO sempre foi vitoriosa na província de Sofala. Em 2008, o então presidente do Município da Beira, a capital da província de Sofala, foi expulso do partido RENAMO. Nisso, concorreu como independente e venceu as eleições. Desde então, a capital da província de Sofala continua sendo governada pela oposição (Terenciano, F e Souza, C. 2015)

Para explicar esta ideia, recorreremos as estratégias que o Estado Moçambicano utilizou os líderes de opinião para estruturar o voto e o comportamento eleitoral (vide em: TERCENIANO, et al, 2015). Esta estratégia veio a se intensificar em favor do partido Frelimo desde 2004, pelo então presidente da FRELIMO e mais tarde Presidente de Moçambique, o senhor Armando Guebuza, com a sua proposta política de reconhecimento das lideranças locais, e devolvendo-os o seu papel proativo e mobilizadores, tal que, transformou-os no setor mais importante e que esta em contato permanente com os reais problemas da população.

Algumas explicações devem ser consideradas, para explicar até em 2004, a competição eleitoral nas Província com menor dominância da Frelimo, a titulo de exemplo: Zambezia, Nampula e Sofala. Sendo um problema padrão, desde muito, estas regiões foram hostis a FRELIMO e tem constituído uma base de apoio eleitoral fiel do partido RENAMO desde 1994. Em primeiro lugar, alguns dos principais dirigentes da RENAMO são oriundos destas províncias, e a FRELIMO nunca conseguiu se impuser como força dominante naquelas regiões do País.

Enquanto em 2004 e 2009, como corolário da tendência geral do País, a FRELIMO consegue inverter o cenário e foi vencedora na província nestas províncias acima listadas, e com diferença acentuadas. Ao mesmo tempo que a Frelimo e o seu candidato foram vencedores nas eleições gerais (Legislativas e Executivas) de Moçambique, os níveis de abstenção eleitoral em Moçambique rondavam em torno de 64% do total dos eleitores inscritos.

Por conta dos resultados que consideramos clássicos para o processo da competição eleitoral em Moçambique, nota-se que as condições socioeconómicas e estruturais do país, não determinaram a tendência do voto. Nossos resultados complementam a tese segunda a qual, a relação entre educação e participação deve ser mais forte nas zonas com índice de pobreza urbana mais baixa e as províncias com taxa de alfabetização mais alta e IDH alto.

No nosso contexto, os dados mostram que os níveis mais altos de votação entre as pessoas menos instruídas e empregadas. Com base em um estudo, pesquisadores no Nigéria, desenvolvida por Arreguy e Marshall (2017) chegaram a conclusão de que, a educação tem uma influência positiva no voto. Assim, o estudo demonstra que os cidadãos com melhor escolaridade (aqueles que têm ensino fundamental e médio) se envolvem mais em formas críticas de participação política, por exemplo, interesse em política, voto e participação da comunidade. Para o contexto Moçambicanos os dados ilustram algum tipo de equilíbrio como pode se ver:

**Tabela 17:** (%) Média das Condições Socioeconómicas ao nível das Províncias de Moçambique

Províncias/Região	Número de Distritos	Densidade Populacional Km <sup>2</sup>	IDH (1995-2014)	Taxa de Alfabetização (1995-2014)	PIB (1995-2014)
<b>Cabo Delgado</b>	17	8	0.29	28.46	7.49
<b>Niassa</b>	16	6	0.33	35.93	7.19
<b>Nampula</b>	23	21	0.33	34.12	7.35
<b>Media NORTE</b>	<b>56</b>	<b>36</b>	<b>0.31</b>	<b>32.84</b>	<b>7.65</b>
<b>Tete</b>	15	10	0.35	41.49	7.40
<b>Sofala</b>	13	8	0.39	50.32	7.21
<b>Zambézia</b>	22	18	0.31	50.69	8.04
<b>Manica</b>	12	7	0.36	33.66	7.52
<b>Media CENTRO</b>	<b>62</b>	<b>42</b>	<b>0.35</b>	<b>44.04</b>	<b>7.86</b>
<b>Inhambane</b>	14	5	0.42	53.59	8.33
<b>Gaza</b>	14	5	0.39	54.97	9.05
<b>Provincia de Maputo</b>	8	9	0.61	87.89	9.05



<b>Cidade de Maputo</b>	=	4	0.55	71.53	7.42
<b>Media SUL</b>	<b>36</b>	<b>23</b>	<b>0.49</b>	<b>66.99</b>	<b>7.93</b>
<b>TOTAL</b>	<b>154</b>	<b>110</b>	<b>0.38</b>	<b>47.96</b>	<b>8.04</b>

**Fonte:** Elaboração do autor (2019) Dados da INE (2019)

Conforme pode se ver na tabela, a província de Maputo, possui maior taxa de alfabetização do país, seguindo a cidade de Maputo, que também é a capital política, económica e cultural do país. Porém, as regiões como Cabo Delgado e Niassa, são zonas de total domínio do partido Frelimo, porém, a sua condição existencial e de progressos em termos de políticas públicas e outros serviços tem sido deficiente ou quase inexistente.

Um outro aspecto fundamental ser considerado neste debate, é o Índice de Desenvolvimento Humano, que mede não só o desenvolvimento per si, mas inclui elementos como a saúde, educação, direitos humanos e outras. Nisso, é importante destacar que a província com maior Índice de Desenvolvimento Humano, Maputo Província, assim se constitui porque se localiza numa zona altamente industrial, ao mesmo tempo em que, alguns dos dirigentes de cargos políticos e ex políticos influentes e com reputação social e económica são residentes na mesma província.

Estes dados evidenciam um elemento muito relevante: que em nosso estudo não tivemos uma construção lógica dos pontos em análise, segundo os quais, quanto mais o aumento do PIB, melhorias do IDH, aumento da taxa de alfabetismo, maior são as possibilidades de escrever isso. Para Brito (2018) que um baixo nível de escolaridade é, em geral, indicador de fraco acesso à informação e ao conhecimento político, o que limita as capacidades de os eleitores nessas condições se interessarem pelo processo político e, nomeadamente, de exercerem o seu direito de voto.

A educação constitui um instrumento fundamental, sendo responsável, em grande, parte para materialização dos fundamentos básicos e direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos (PINTASSILGO, 1998; MONTEIRO, 2001), ao mesmo tempo, cria possibilidades para o cidadão se informar com qualidade e poder intervir na vida política de forma ativa. O estudo realizado por Pintassilgo (1998) chega à

conclusão de que a educação sempre desempenhou um papel importante no aumento da consciência cívica e política dos cidadãos, sempre inter-relacionada com a disponibilidade de informação (PIPPA, 2011) e mudança das condições estruturais da sociedade (DALTON, 2009, p. 60; PUTNAN, 2000) por via da modernização social.

Além disso, se o cidadão tiver uma consciência cívica e política delineada com base em informações razoáveis (DALTON, 1992; MOPHIE, 1954), em períodos eleitorais, ele passa a ser um eleitor mediano e coloca-se na condição de fazer escolhas a partir do que o partido governista fez em termos de *outputs*, e o que espera que faça caso vença as eleições, isto é, análise de custos e benefícios, por via do voto retrospectivo (FIORINA, 1976) e prospectivo (KEY Jr., 1966).

Ora, se o nível de escolaridade aumenta os níveis de consciência cívica, então as províncias de Nampula e Zambézia, são passíveis de serem analisadas sob este ponto de vista, como sendo aquelas que aumentaram consideravelmente os níveis de educação, que mensuramos com base no número de escolas secundárias existentes na província<sup>71</sup>.

Nestes termos, alguns exemplos podem ser apontados: um sistema eleitoral com voto facultativo e de listas fechadas, que cria cada vez mais distanciamento entre o agente e o principal, propicia o surgimento de vários cenários: o cidadão com um nível de educação e com informação razoável sobre o funcionamento do sistema político e tem conhecimento que a abstenção eleitoral não é penalizada por lei em Moçambique, optará por não participar, pois em termos práticos isso não traz benefícios materiais para sua sobrevivência. Ou porque não vai mudar o rumo do resultado eleitoral, ou pelo comodismo que as coisas vão continuar como estão mesmo participando ou não.

---

<sup>71</sup> Mais detalhes, vide texto publicado em Revista em TESE, por autores: Terenciano, Braga e Souza (2015). Neste texto, os autores procuram explicar os resultados eleitorais das eleições de 2014 em Moçambique, considerando a variável educação. E nele chegam a uma conclusão de que, as províncias de Nampula e Zambézia tem maior índice de consciência cívica, em razão do aumento de planos e projectos concretos de governação relacionados as políticas públicas de educação.

### 3.4.1. Institucionalização e Identificação partidária em Moçambique

As preferências partidária em Moçambique refletem a atribuição da responsabilidade pelo desempenho político, onde o partido FRELIMO abandonou as suas políticas negativas de vitimização e marginalização das elites do partido do centro e do país; aumentou os investimentos particularmente na educação e saúde e na construção de estradas e pontes nas zonas rurais, assim como no norte do país; desenvolveu novas redes clientelistas com as elites rurais, particularmente os líderes tradicionais que costumavam ser os principais.

**Tabela 18:** Institucionalização Partidária em 3 Países Africanos (1990-2014)

<b>Países</b>	<b>Ano Eleitoral</b>	<b>Diferença Leg - Pre</b>	<b>% de lugares dos partidos fundados nos anos 50-70</b>	<b>Idade média dos partidos com + 10% de votos</b>	<b>Estatuto da democracia</b>	<b>Eleições livres e justas</b>	<b>Boicote</b>	<b>Aceitação dos Resultados</b>	<b>∑ Pontuação</b>	<b>Pontuação Global</b>
<b>Moçambique</b>	<b>1994</b>	3	3	2	2	1	1	0	12	<b>11.5</b>
	<b>1999</b>	2.5	3	2.5	2	0	0	0	10	
	<b>2004</b>	3	3	2.5	2	0	1	0	11.5	
	<b>2009</b>	3	3	3	2	0	1	0	12	
	<b>2014</b>	3	3	3	2	1	0	0	12	
<b>Cabo Verde</b>	<b>1991</b>	3	1.5	1.5	3	1	1	1	12	<b>12.4</b>
	<b>1996</b>	2	1.5	1.5	3	1	1	1	11	
	<b>2001</b>	3	2	2	3	1	1	1	13	
	<b>2006</b>	3	2	2.65	3	1	1	1	13.5	
<b>Guine Bissau</b>	<b>1994</b>	2.5	2.5	1.5	2	1	1	1	11.5	<b>9.9</b>
	<b>1999</b>	1.5	1.5	1.5	2	1	1	0	8.5	
	<b>2004</b>	2	2	1.5	2	1	1	0	9.5	
	<b>2008</b>	3	2.5	1.5	2	1	0	0	10	

**Fonte:** Elaboração do autor (2019). Dados do Raking da Institucionalização

Nosso entendimento ilustra que Cabo Verde apresenta o nível de institucionalização mais elevado de entre os países que comparamos, o que significa que, os partidos relevantes são estáveis (desde 1991 dois grandes partidos

dominam a competição política e eleitoral). Vem se notado a expansão dos direitos e liberdades civis, e de forma continua há aceitação das eleições como meio legítimo para determinar vencedores e vencidos no acesso ao poder. Segue lhes Moçambique, mas os padrões que exibem ilustram que os partidos estão enraizados na sociedade, nunca houve alternância no governo e os sucessivos actos eleitorais não são considerados legítimos, e ao mesmo tempo temos a proliferação de partidos políticos que não conseguem com facilidade conseguir um assento nas eleições legislativas<sup>72</sup>.

Para explicar a preferência pelo partido FRELIMO em particular, e no geral pelos partidos no poder em África, Salih (2003), argumenta que o fato destes países terem sofrido um passado traumático caracterizado por colonização e guerras civis e que os movimentos que lutaram contra as opressões são vistas pelas pessoas como “partidos libertadores”. É nesta vertente que a FRELIMO faz o uso do seu legado de luta de libertação nacional contra o colonialismo português, como uma poderosa imagem para justificar e reforçar a sua posição de partido dominante.

**Tabela 19:** Identificação partidária dos Eleitores em Moçambique (2002 – 2015)

	2ª Ronda	3ª Ronda	4ª Ronda	5ª Ronda	6ª Ronda
<b>Frelimo</b>	93.1%	89.6%	94.1%	91.1%	77.5%
<b>Renamo</b>	5.2%	9.4%	5.1%	3.4%	16.8%
<b>MDM</b>	-	-	-	5.2%	5.3%
<b>Outros partidos</b>	1.7	1%	0.9%	0.3%	0.4%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%
<b>N</b>	885	971	808	1579	1268

**Fonte:** Dados Afro Barometer. Elaborado pelo autor (2019)

<sup>72</sup>Bratton, Michel e Nicholas Van de Walle (1979). *Democratic experiments in Africa. Regime transitions in comparative perspective*. Nova Iorque, Cambridge University Press.

A identificação partidária foi originalmente definida como o sentimento de apego pessoal que o indivíduo sente em relação ao partido de sua escolha (CAMPBELL et al. 1954, pp. 88-9). Nisso, refere-se claramente a uma identificação psicológica e ou sociológica. Esta forma de entender a identificação partidária dá referência a teoria de pequenos grupos que postula que o senso de auto identificação pode incluir um sentimento de identidade pessoal com um grupo secundário, como o partido político (MILLER & SHANKS, 1996, p. 120).

Especificamente me Moçambique, Monteiro (2018) explica que em Moçambique, o fato da competição partidária ser bipolarizada pelos dois principais partidos a FRELIMO e a RENAMO, uma das possíveis saídas para ampliar a identificação partidárias dos outros partidos pequeno, é se coligando. Tal como aconteceu em 1994, com a Coligação União democrática (UD), em 1999, quando a Renamo-EU teve o melhor desempenho eleitoral, e o próprio Movimento democrático de Moçambique que 2009 e 2014, apesar de per si não ser, coligação de vários partidos, a forma de actuação para melhor se enraizar em termos de identificação partidária, seria optar pela construção de coligações.

Nossa compreensão pode ilustrar que os partidos políticos podem sub entender se que estão bem organizados e administrados, a partir da sua base. Isto significa que, um partido com uma estrutura organizacional forte, será bem sucedido eleitoralmente. A ultima dimensão do debate da institucionalização dos partidos, consiste de um processo pelo qual os partidos políticos adquirem legitimidade - ou seja, uma crença e um amplo consenso sobre suas necessidades e seu papel positivo entre a população quanto entre as elites políticas opostas.

A legitimidade popular de partidos socialmente enraizados, como a Frelimo e a Renamo, é provável. Porém, estes mesmos partidos, apresentam três fontes principais: história, ideologia e desempenho. Como apontado, ambos os partidos, tem um significado e legitimidade enquanto instituição política. A própria Renamo, historicamente, atuava como instrumento de resistência contra os governantes da Frelimo, principalmente com seu presente o malogrado Afonso Dhlakama.

Da mesma forma, a ideologia desempenhou um papel importante, notadamente na formação de Frelimo, durante o seu regime de partido único (1975-1992). Mas, embora a ideologia visasse a criação de legitimidade popular, muitas políticas derivadas dela também costumam à decisão dos partidos ademais. Uma nota importante, é que nos anos 90, a Frelimo tentou fortalecer sua legitimidade relativamente fraca entre os líderes tradicionais do país, reconhecendo seu papel em questões fundiárias e dando algumas tarefas nos governos municipais.

Um estudo feito pelo CEP (2002) ilustrou que 58,3% dos moçambicanos comuns afirmam apoiar um partido político, contra 37,3% que dizem que não. Mas partidos políticos neste estudo, eram compreendidos como sendo os que mais se envolvem na corrupção do que organizações como parlamento e administrações provinciais ou distritais. Em varias vezes, isso permitiu que baixa se o nível de confiança e legitimidade com os partidos políticos em Moçambique.

### **3.4.2. Considerações Finais**

Esta parte da tese, tinha como objectivo principal, discutir numa dimensão contextual e comparativa, como a volatilidade eleitoral, impactava na estruturação dos eleitores em Moçambique. Entendemos que a volatilidade é um indicador para avaliar ou o grau de competitividade do sistema partidário, ou (in) estabilidade das preferências eleitorais, por isso a utilização desta variável neste capítulo. A partir dos dados do Afro Barometer e da comissão Nacional de eleições e outros órgãos relevantes no contexto de Moçambique e não só, foi possível constatar que de fato há três formas pelos quais a volatilidade eleitoral pode aumentar e baixar em termos de níveis.

A primeira de todas, é o fato de que, os níveis baixos ou altos de economia ou mais taxativo, do desempenho económico tem um impacto directo na estrutura do voto e no comportamento eleitoral.

O segundo ponto que indicamos nesta tese, e a o fato de que, ao longo do tempo, as regras e as mudanças institucionais, são a alavanca fulcral para estrutural a forma de ser e estar do comportamento dos eleitores. Isto porque, ao invés de

surgir a estabilidade das regras eleitorais, por via da bordagem do institucionalismo, fragilizam-se em termos de estabilidade e durabilidade. No contexto Moçambicano, isso está ligado à sua dimensão política como veremos mais à frente. Pois, o principal órgão de gestão eleitoral, muitas das vezes não é parcial e tem gerido as eleições sob condições de desconfiança e fraude eleitoral. Em razão disso, a Renamo, o maior partido da oposição nunca aceitou nenhum resultado eleitoral, sob alegação de fraude constante nos processos de votação em Moçambique.

O capítulo 4 e último desta tese, procura discutir dando continuidade ao debate iniciado, sobre a estrutura funcional dos partidos políticos. Intenção com este capítulo é desenvolver argumentos que vão sustentar não só a dinâmica do debate sobre o papel dos partidos políticos, mas a estrutura organizacional e de actuação dos mesmos na arena da competição política em Moçambique.

## CAPÍTULO IV.

### ESTRUTURA SOCIO-INSTITUCIONAL DA ORGANIZAÇÃO PARTIDARIA DE MOÇAMBIQUE

[...] Com uma população de cerca de 19 milhões de habitantes, dos quais cerca de 49% população vivendo com menos de um dólar por dia, Moçambique é um dos países mais pobres do mundo<sup>73</sup>. Apesar duma crescente população urbana, cerca de 20% em 1992 comparada com *33,4% em 2019*,<sup>74</sup> a agricultura de subsistência continua sendo a base de sobrevivência da maioria da população moçambicana que se encontra nas zonas rurais com deficiente acesso a água potável, serviço de saúde, *educação*, vias de acesso, etc. Apesar de se ter registado na última década um crescimento do chamado setor privado, marcadamente dominado pelo capital estrangeiro através dos chamados mega projetos, o Estado continua sendo o maior e mais importante empregador que se formam nos níveis médio e superior (Nuvunga, A. 2007, pp. 68)

#### 4.1. Notas Introdutórias

Os ambientes institucionais constituem um campo de atuação em que os partidos políticos competem per si para ocupação de cargos políticos ou gestão da coisa pública nacional, regional ou local. Ao mesmo tempo, estes ambientes institucionais podem ser as arenas decisórias, onde por via das barganhas e negociação recíprocas, os partidos políticos interagem entre si, com vista ao alcance dos seus objectivos, que é a captura e manutenção de uma parte do poder ou a sua totalidade.

---

<sup>73</sup> Human Development Report 2006 (<http://hdr.undp.org/statistics/data/>)

<sup>74</sup> *Itálico do autor.*



Desde o fim da Guerra civil em Moçambique, os partidos políticos foram se organizando como espaço de actuação e aberto, e permitiu a mudança do cenário político com a formação de mais partidos políticos, além de oferecer mais oportunidades para uma melhor organização do cenário político. Um ponto importante que ocorre continuamente no contexto Moçambicano, é a proliferação de partidos políticos e que alguns dos partidos políticos não existem mais, enquanto outros têm um número muito pequeno de membros. Dai que, a formação de novos partidos espera se que busque sua identidade e se posicione em termos de actuação, isto é, um grupo de pressão, um grupo de interesse ou em defesa de questões chaves na sociedade, e ou actuação pura de um partido político, nos moldes de Angelo Panebianco.

Neste contexto, este capítulo da tese, tem por objectivo discutir em torno das condições sociais e institucionais que moldam a organizaao e funcionamento dos partidos políticos em Moçambique. Em termos de estrutura, este cpitulo, assim apreenta se organizado:

O capítulo 4 e último desta tese, procura discutir dando continuidade ao debate iniciado, sobre a estrutura funcional dos partidos políticos. Intenção com este capítulo, é desenvolver argumentos que vão sustentar não só a dinâmica do debate sobre o papel dos partidos políticos, mas a estrutura organizacional e de actuação dos mesmos na arena da competição política em Moçambique.

## **4.2. Estrutura Institucionais dos Partidos Políticos**

Na nossa compreensão, a estrutura dos partidos são amplamente influenciados pelo seu nível de institucionalização, que Mainwaring e Scully (1995, 4) caracterizam como "um processo pelo qual uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, se não universalmente aceita". Em alguns países da Africa, a competição eleitoral continua a girar em torno de instituições partidárias com raízes históricas no século XIX.

Em outros, os partidos políticos e suas organizações constituintes foram recompostos durante a mais recente onda de democratização. Tais diferenças na continuidade organizacional dos partidos e nas mudanças por via do path

dependence são indicativas de níveis variáveis da estruturação do voto pelos partidos e da continuidade da capilaridade organizacional dos partidos políticos.

No contexto Africano e especificamente Moçambique, os partidos políticos foram criados no século XIX, por militares, e grupos que participaram na luta de libertação nacional, como forma de legitimar se e, consolidar seu domínio sobre o poder. Alguns partidos independentistas foram fundados alguns anos depois e muito rapidamente os próprios governos militares se tornam impopulares como resultado de seu fracasso em cumprir suas promessas, níveis altos de corrupção, e outras razões.

Este cenário notabilizou-se em Moçambique, na altura em que o governo da Frelimo notabilizou que perdia constantemente a sua popularidade inicial (entre 1982-1986, numa altura ainda com então presidente Samora Machel), decidem impor medidas opressivas para aumentar o controlo sobre a mídia, punir a dissidência e proibir a liberdade de expressão e organização como grupos de pressão e outros<sup>75</sup>.

Um dado importante na discussão sobre a estrutura organizacional e institucional dos partidos políticos é a explicação sobre o apoio a democracia. Nosso entendimento, o apoio a democracia, esta intimamente ligado a capacidade organizativa dos partidos em mobilizar o eleitorado e desempenhar a sua função de gestores da coisa pública. Ou seja, entende-se que o apoio a democracia esta relacionado as condições socio económicas e institucionais, pois, quanto maior for a melhoria das condições sociais como um todo, notavelmente há uma tendência de aumentar a estabilidade política, nisso os partidos encontram seu espaço de actuação e manifestação funcional.

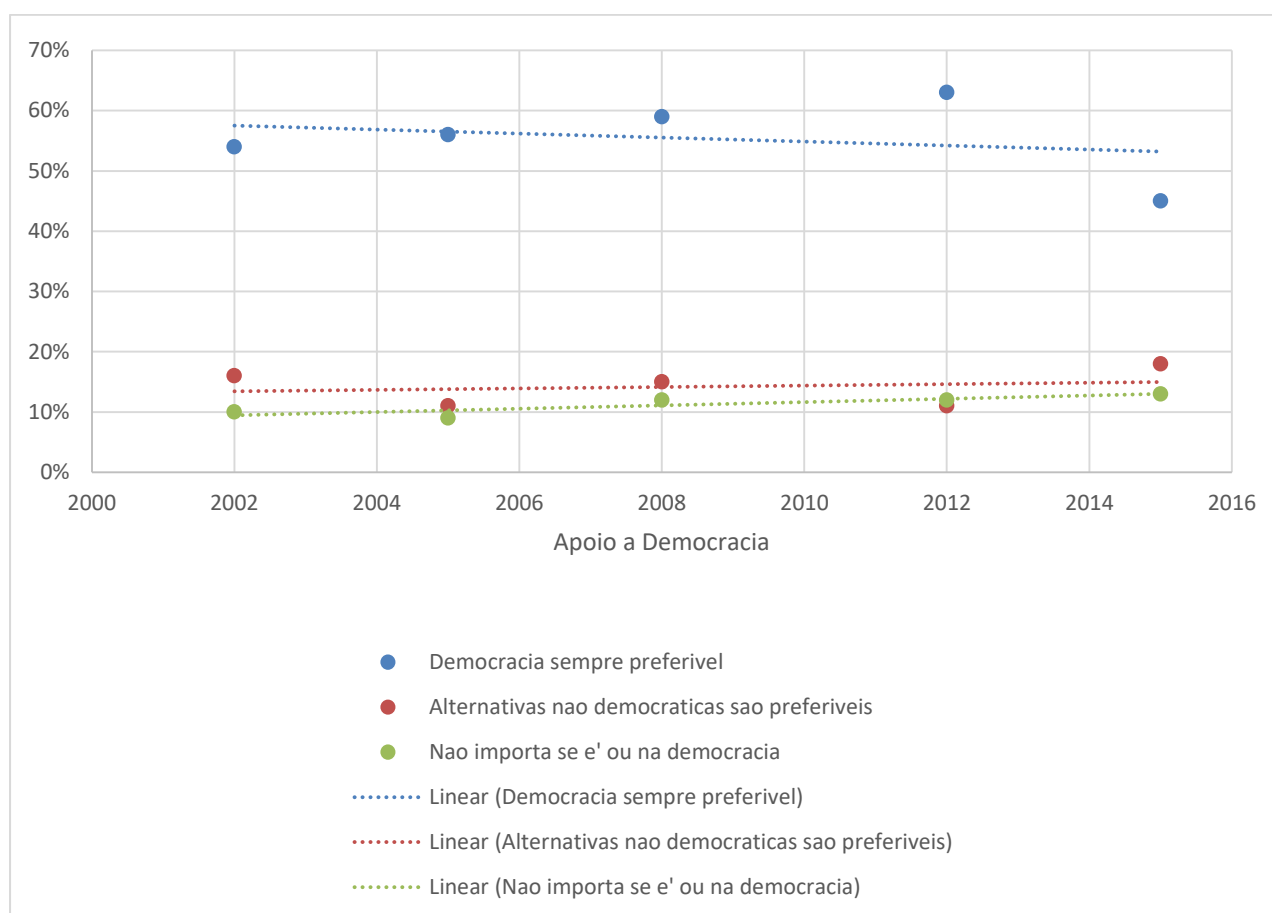
No mais, os dados do Afrobarometer, ilustram que o suporte pela democracia, pelas suas instituições políticas, os partidos políticos, esta muita das vezes relacionado a forma de organização dos mesmos, principalmente a interacção ao que pode existir entre os partidos no parlamento e os partidos extra parlamentar.

---

<sup>75</sup> Videl em: L. Macagno (2009)

Ademais, a actuação dos partidos fora do parlamento é um indicador da pré-política, isto é, o momento em que a política activa não é tanto exercida, e cabendo somente os partidos o papel de prestar contas ao seu eleitorado. Este período ocorre entre uma eleição a outra. Como podemos ver no gráfico que segue, sobre o nível de apoio a democracia pelos Moçambicanos, segundo os dados de Afro Barometer de 2015.

**Gráfico 3: Apoio à Democracia - Moçambique (2002-2015)**



Fonte: Elaborado pelo Autor (2019) Dados do Afrobarometer (2017)

**Os entrevistados foram questionados:** Qual dessas três alternativas é a mais próxima de sua opinião? 1: A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo. 2: Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível. 3: Não importa que tipo de governo tenhamos.

Os moçambicanos não são apenas menos favoráveis à democracia do que a maioria dos outros países, mas também se tornaram menos opostos às alternativas não democráticas. Embora a rejeição de alternativas não democráticas tenha

aumentado entre 2002 e 2008, tornou-se menos comum desde então. Metade ou menos dos moçambicanos em 2015 “desaprova” ou “desaprova fortemente” as regras de partido único (50%), regra de um homem (35%) e regra militar (43%) - todos os níveis de rejeição substancialmente mais baixos do que em 2012.

Dadas as tendências de declínio que apoiam a democracia e a crescente aceitação de alternativas não democráticas, talvez não seja surpreendente que o número de moçambicanos que afirmam estar satisfeitos com o funcionamento da democracia em seu país continue caindo. Menos de um em cada quatro (23%) diz que está "razoavelmente" ou "muito" satisfeito - menos da metade da proporção que expressou satisfação em 2002 (54%).

Na verdade, menos da metade dos moçambicanos (42% ) consideram o país "uma democracia completa" ou "uma democracia, mas com problemas menores" - uma queda de 15 pontos percentuais desde 2012 (57%) e 25 pontos mais baixo que em 2002 (67%). terços (65%) dos moçambicanos consideram "importante obedecer ao governo no poder, não importa em quem você votou", um número crescente discorda: A proporção de entrevistados que afirma que "não é necessário obedecer às leis de um governo" que você não votou "dobrou desde 2008, de 12% para 27%.

Numa escala de relação entre o desenvolvimento socioeconómico e a estrutura dos partidos políticos em Moçambique, percebe-se que, é possível que algumas épocas específicas que houve uma relação linear entre pobreza, baixo IDH, e taxa de crescimento do PIB baixo vs. O voto contra o partido – Estado (Frelimo), como pode se verificar a seguir:

**Tabela 20:** Resultados das Eleições Legislativas em cada Província de Moçambique (1994-2014)

PROVINCIAS	1994			1999		2004		2009			2014		
	Frelimo	Renamo	UD	Frelimo	Renamo -UE	Frelimo	Renamo- UE	Frelimo	Renamo	MDM	Frelimo	Renamo	MDM
<b>Cabo Delgado</b>	47%	50%	1%	73%	27%	82%	18%	86%	14%	--	86%	14%	--
<b>Niassa</b>	64%	36%	--	46%	54%	75%	25%	86%	14%	--	50%	43%	7%
<b>Nampula</b>	37%	59%	4%	48%	52%	54%	46%	71%	29%	--	46%	46%	8%
<b>Zambézia</b>	37%	59%	4%	31%	69%	40%	60%	58%	42%	--	40%	49%	11%
<b>Sofala</b>	14%	86%	--	19%	81%	27%	73%	50%	25%	--	38%	48%	14%
<b>Manica</b>	31%	69%	--	33%	67%	50%	50%	75%	25%	25%	50%	50%	--
<b>Tete</b>	33%	60%	7%	44%	56%	78%	22%	90%	10%	--	50%	45%	5%
<b>Inhambane</b>	72%	17%	11%	76%	24%	94%	6%	94%	6%	--	86%	14%	--
<b>Gaza</b>	94%	--	6%	100%	--	100%	--	100%	--	--	100%	--	--
<b>Maputo Província</b>	92%	8%	--	92%	8%	92%	8%	94%	6%	--	70%	18%	12%
<b>Maputo Cidade</b>	94%	6%	--	88%	13%	88%	12%	78%	6%	17%	69%	19%	12%

**Fonte:** Elaboração do Autor (2019); Dados do CNE/STAE

Tal como sugere Monteiro (2018) a configuração dos partidos políticos e sua actuação ao longo das províncias evidencia a sua força eleitoral, que pode ser concebida como sendo a capacidade que os partidos políticos têm de adquirir os recursos necessários para alcance do poder político.

No nosso entender, desde as primeiras eleições de 1994, a Frelimo tem vencido de forma constante em algumas regiões do país, com destaque a província de Cabo Delgado, Niassa, Gaza e Maputo. O que evidencia de alguma forma que os locais onde o partido Frelimo vence e ou os eleitores estruturam o seu voto com base na confiança junto ao partido-Estado Frelimo, e são regiões com diferenças em termos de desenvolvimento e crescimento socioeconómico, mensurado a partir do PIB e do IDH, conforme a tabela evidenciada anteriormente. Em termos concretos, a Frelimo tende dominar zona sul de Moçambique, por sinal a mais desenvolvida do país, em detrimento da região centro, que tem províncias como Zambézia, Tete, que apesar dos recursos hídricos e minerais, ainda não são o polo concreto e real do desenvolvimento social.

Ademais, apesar desta configuração, isso não permaneceu tanto inalterável, visto que, a partir de 1999, houve nova configuração e verificou se em alguns locais de dominância do partido Frelimo e Renamo, empates técnicos nos resultados eleitorais. O que evidencia esta nova configuração, é a tónica da guerra e a não mudança da condição de vida de muitos Moçambicanos, que desde 1990 após a democratização tinham a crença numa vida melhor e com perspectivas de desenvolvimento a vista.

A partir de 2004, a Frelimo sob égide de Armando Guebuza, viu o aumento das suas bases de apoio eleitoral, principalmente pelo fato de ter se apegado a tónica e a ideia da inclusão das estruturas locais como forma de melhor governar. Isto, é relatado por Forquilha (2009), quando explicita que “A referência aos líderes comunitários (chefes tradicionais, secretários de bairros) não foi um mero acaso. A campanha eleitoral para as eleições gerais de 2004 tinha sido marcada por uma participação ativa das autoridades comunitárias, nomeadamente os chefes tradicionais, com os quais os

candidatos presidenciais, cada um à sua maneira, procuraram estabelecer alianças. A presença dos chefes tradicionais em todos os comícios de Armando Guebuza foi visível.

Um dado importante é a fragilidade dos partidos pequenos em Moçambique. Desde 1990, post fim da guerra civil e início da transição para um novo regime multipartidário, os novos partidos se inscreveram para disputar os cargos electivos. Neste ponto, existem algumas anomalias que estão por detrás da fragilidade dos partidos políticos pequenos, principalmente o desconhecimento por parte dos eleitores, da existência prática, activa e vibrante dos pequenos partidos. A isso, surge o princípio do não enraizamento na sociedade, que dificulta a sua penetração na sociedade.

Ora, o pequeno partidos da oposição tem pouco apoio no seio da colectividade, em virtude de sempre urgirem cisões e dissidências entre os eus integrantes, além de que, boa parte dos que militam nestes partidos, já foram a anteriormente membros dos partido Frelimo e ou Renamo. Nossa compreensão ilustra que, nenhum dos partidos chamados pequenos, não conseguiu consolidar as suas origens, excepto o partido MDM, que em sua forma de ser e estar, surge de fissuras dentro do seio da Renamo, e invocam o princípio do tribalismo como a sua alavanca<sup>76</sup>.

A maioria das vezes como sugere Pereira e Shenga (2005), ilustram que o fenómeno de cooptação das lideranças dos pequenos partidos é uma realidade no sistema político e partidário Moçambicano. Nisso vale lembrar eu os partidos políticos na sua forma de ser e estar, tem sido capazes de recrutar lideranças via oferecimento de recursos da máquina estatal, por parte da FRELIMO e boa parte das referências da oposição acabam cedendo os aliciamentos, e como consequência e a fragilização do partido que eles representam (BRITO, 2004; PEREIRA E SHENGA, 2005; MONTEIRO, 2018).

---

<sup>76</sup> Salientar que este partido surge apartir das dessidências surgidas dentro da Renamo em 2007, e o fundador é Ndaú e filho do antigo membro das fileiras da Renamo, o então antigo vic presidente da Frelimo, Urias Simango.

Desde 2000, a economia de Moçambique cresceu substancialmente, mas em sentido contrário a pobreza aumentou. Este crescimento está ligado ao facto de começarem a exploração de recursos naturais, comumente denominados por megaprojectos e descoberta de hidrocarbonetos no país, como a Mozal na província de Maputo, a exploração do gás em Temane e Pande na província de Inhambane, a Sasol e a exploração do carvão mineral pela Vale e Rio Tinto na província de Tete, Gás e Petróleo, Ruby e outros minérios em Cabo Delgado, e também com investimentos em infra-estruturas comerciais nas principais cidades capitais como Maputo e Matola estruturas comerciais nas cidades de Maputo e Matola, acompanhados com serviços de transporte e comunicação.

Nisso, a estrutura socio económica de Moçambique, é dominado pelas baixas taxas de crescimento e desenvolvimento como um todo. Ou seja, mais da 50% da população vivem abaixo da linha da pobreza (Dados INE, 2017), número elevado do analfabetismo nas zonas rurais. Doravante, as actividades económicas e empresariais estão totalmente concentradas no sul do país, principalmente na cidade de Maputo.

Estes factores directamente contribuem no fortalecimento de bases específicas de organização dos dois principais partidos políticos (Renamo e MDM), no centro do país e Norte, e sobretudo nas zonas mais desfavorecidas a governação do partido no poder, enquanto a zona sul, em todas 4 províncias, predomina o domínio do partido Frelimo. Nisso, entende-se que as diferenças históricas sobre os padrões de desenvolvimento social e económico, influenciam ainda a configuração e atuação dos partidos políticos em Moçambique, nos locais mais ou menos pobres e ao contrário, em favor da Frelimo, nos locais mais ou menos desenvolvidos, com excepção as regiões de Cabo Delgado e Niassa, que mesmo pobres e com IDH bem como o crescimento do PIB baixo, continuam a votar no partido Frelimo. A isso, Nicholson et al (2003) chamou de diferenças regionais e sub-regionais nas dimensões da pobreza.



### 4.3. Estrutura e Organização de Partidos Políticos em Moçambique

O artigo 74 (2) da CRM estabelece que a estrutura dos partidos políticos deve ser democrática. Mais explícito é o artigo 6 (2) da Lei 7/91 de 23 de Janeiro que estabelece que os estatutos a serem remetidos ao Ministério da Justiça para efeitos de registro partidário, devem conter os objetivos e princípios por que se rege o partido, designadamente o princípio de eleição democrática e de responsabilidade dos titulares dos seus órgãos e a alínea e) do mesmo número estabelece que estes estatutos devem conter a modalidade de eleição dos titulares dos órgãos de direcção e duração do seu mandato (Nuvunga, A. 2007).

A natureza hostil do ambiente político é uma das principais fontes de baixo grau de sustentabilidade para os partidos políticos no sistema multipartidário de um partido e meio. Em Moçambique, o ambiente político e constitucional hostil, duvidoso e de desconfiança entre os principais partidos, Frelimo, Renamo e MDM, constituem uma alavanca importante para compreender como os partidos políticos em Moçambique são Organizados e como eles atuam.

Da mesma forma, a legislação e organização dos processos políticos e partidários em Moçambique, prevista na lei dos partidos políticos 5/1991, tende a criar mecanismos constitucionais e legais que visam frustrar os partidos políticos pequenos e da oposição. Por exemplo, um conjunto de Leis eleitorais e Lei dos partidos políticos que vem sendo aprovada em cada ciclo de governação de 5 anos, indica de entre outros pontos, a coalescência dos partidos na gestão do processo eleitoral como um todo, desde o órgão de administração e até o órgão de tomada de decisão.

Ao mesmo tempo que isso permite que os partidos da oposição façam parte dos processos de gestão do processo eleitoral e legitimem o processo, per si, constituem mecanismos institucionais de aglutinar e acomodar os interesses dos partidos (Frelimo e Renamo). Na mesma, isso é ilustração do nosso pressuposto de que a política multipartidária com eleições mais ou menos regulares, vem tornando a convivência dos

partidos na Africa Subsaariana, em mero aspecto de jogo de win – win. Ora, em Moçambique, em todas eleições até então realizadas, os resultados eleitorais excepto as eleições de 1999, resultaram em legislaturas com mais de um partido, apesar de que um partido teve sempre a maioria absoluta<sup>77</sup>.

\*

No caso de Moçambicano, desde o colapso do comunismo no antigo bloco oriental, seguido pelo estabelecimento de democracias populares e a realização de eleições livres para os parlamentos dos países envolvidos, teve seu impacto no partido Frelimo e Renamo, pois, apesar de terem ocupado os espaços e terem bases de apoio social oriundas do tempo da guerra civil, o papel dos partidos políticos nos anos seguintes se configurou para um carácter em que os corpus poderiam conviver juntos no mesmo espaço.

Tanto a Renamo, como a Frelimo e outros partidos pequenos, surgem como partidos de âmbito nacional, e tendiam a um movimento nacional, que defendiam um conjunto de directrizes que melhor se adequavam as suas propostas de governação. Assim, para a Renamo, o princípio era mostrar que a Frelimo nunca desenvolveu o país, e que a Frelimo, se transformou em partido Estado, onde as oportunidades é para minoria e as possibilidades de integração e inclusão são nulas. De outro lado, o MDM, surge como um partido que grangeia a bandeira de democracia como seu pano do fundo, e alia se sempre com os dizeres das novas democracias.

Os partidos políticos em Moçambique se agrupam em torno de algumas características organizacionais:

- a. Democracia interna e ausência de espectro ideológico declarado ou manifesto;
- b. Normas plasmadas para escolha dos seus líderes;
- c. Representação parlamentar ou pelo menos a pretensão de representar

---

<sup>77</sup>Cf. Kuenzi, M. e G. Lambright. 2001. Party system institutionalisation in 30 African countries. Party Politics 7, 4: 437–68.

#### 4.4. Democracia Interna dos Partidos Políticos em Moçambique

A compreensão da leitura dos estatutos e programas dos partidos políticos FRELIMO, RENAMO e MDM, pressupõe que estamos diante de partidos com nível de democracia alta. Que em sua forma de organização, pautam pela democracia, respeito mútuo, e escolha por eleição dos membros para ocupar os cargos de direcção, como pode se ver:

**Quadro 5: Princípios Estruturais dos Principais Partidos em Moçambique**

Dimensão	Frelimo	Renamo
<b>Princípios Organizacionais</b>	<p><b>Artigo 21</b></p> <p>1. A organização e o funcionamento do Partido, a todos os níveis, assentam nos seguintes métodos de trabalho:</p> <p>a) Todos os órgãos do Partido e os seus dirigentes são eleitos democraticamente por voto secreto, periódico e pessoal;</p> <p>b) Os órgãos e os dirigentes do Partido prestam periodicamente contas do seu trabalho às instâncias que os elegeram;</p> <p>c) Nos órgãos, as decisões são precedidas de livre discussão, caracterizada pela abertura e tolerância em relação aos pontos de vista ou opiniões divergentes manifestadas pelos membros;</p>	<p><b>Artigo 16</b></p> <p><b>Estrutura do partido</b></p> <p>1. A RENAMO, estrutura-se de acordo com as necessidades da conjuntura política e os desafios a vencer.</p> <p>2. A RENAMO estrutura-se, politicamente em nação, província, distrito, posto administrativo, localidade e povoação.</p>
<b>Organização Territorial</b>	<p><b>Artigo 34</b></p> <p>1. O Partido organiza-se a nível local e central.</p> <p>2. Os órgãos locais do Partido têm em princípio, jurisdição provincial, distrital, de zona, de localidade, de círculo e de célula.</p>	<p><b>Artigo 37</b></p> <p>São órgãos do partido na província:</p> <p>a) Conferência provincial;</p> <p>b) Conselho provincial;</p> <p>c) Comissão política provincial;</p> <p>d) Conselho jurisdicional provincial;</p> <p>e) Delegado político provincial.</p>
<b>Órgãos Centrais dos Partidos em Moçambique</b>	<p><b>Artigo 63</b></p> <p>A nível central, o Partido tem os seguintes órgãos:</p> <p>a) O Congresso;</p> <p>b) O Comité Central;</p> <p>c) A Comissão Política;</p> <p>d) O Secretariado do Comité Central;</p> <p>e) O Comité de Verificação do Comité Central.</p>	<p><b>Artigo 17</b></p> <p>São Órgãos Centrais do partido:</p> <p>a) O Congresso;</p> <p>b) O Presidente;</p> <p>c) O Conselho Nacional;</p> <p>d) A Comissão Política Nacional;</p> <p>e) O Conselho Jurisdicional.</p>

<b>Função dos Congressos</b>	<b>Artigo 64</b> O Congresso é o órgão máximo da FRELIMO, que traça as opções político-ideológicas e decide sobre as questões de fundo da vida do Partido.	<b>ARTIGO 18</b> O Congresso é o órgão supremo da RENAMO. E defiiir a estratégia política do partido, apreciar a actuação de todos os órgãos e deliberar sobre todos os assuntos de interesse para o partido;
<b>Dirigente Máximo e suas funções</b>	<b>Artigo 83</b> c. O Presidente dirige o Partido, empenha a sua magistratura moral e política na defesa da unidade e coesão internas e garante o respeito pelos princípios e valores da FRELIMO.  2. O Presidente dirige e preside o <i>Presidium</i> do Congresso, o Comité Central e a Comissão Política.	<b>Artigo 22</b> O presidente do partido é o dirigente máximo do partido o qual o representa no plano nacional e internacional, e é o garante da sua coesão e estabilidade
<b>Princípios Democráticos</b>	<b>Artigo 4</b> A FRELIMO é um Partido que continua a acção e tradições gloriosas da <b>FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE</b> , de coragem e heroísmo em defesa dos interesses do Povo Moçambicano e de Moçambique. 2. A FRELIMO assenta o seu projecto nacional de sociedade na unidade nacional, na defesa dos direitos do Homem e do Cidadão, nos princípios do socialismo democrático, da auto-estima, da cultura de paz e da cultura de trabalho.	<b>Artigo 6</b> A organização e prática do Partido, são democráticos assentando em:  a) Liberdade de expressão, de discussão e reconhecimento do pluralismo de opinião nos órgãos próprios do partido; b) Eleição, por voto secreto, dos titulares dos órgãos do partido; c) O respeito de todos pelas decisões da maioria, tomadas segundo os presentes estatutos.
<b>Recursos Financeiro</b>	<b>Artigo 95</b> Os fundos do Partido provêm da quotização dos seus membros, das suas iniciativas económicas e financeiras, doações e legados, verbas inscritas no Orçamento do Estado, das campanhas de fundos, assim como das contribuições de membros do Partido e simpatizantes, de dádivas diversas, da venda dos materiais que edite, das subvenções a que tenha legalmente direito e do rendimentos do seu património.	<b>Artigo 93</b> a) As quotizações dos membros, militantes e simpatizantes; b) Os subsídios a que o partido tenha direito nos termos da lei; c) O produto de venda de publicações e de material de propaganda; d) Os donativos provenientes de membros ou simpatizantes, bem como de qualquer entidade que legalmente possa financiar o partido; e) Outras receitas obtidas por iniciativa Própria.

**Fonte:** Elaborado pelo Autor (2020) a partir dos Estatutos da Frelimo e Renamo

Tendo em conta a tabela acima, é possível perceber que a ideia de democracia é patente em todos os partidos, cujos métodos de escolha das suas lideranças passa necessariamente por um escrutínio. Porém, quando vemos acções que ocorrem durante a actividade política diária de todos partidos em Moçambique, sobretudo nas vésperas das campanhas eleitorais o termo "democrático e competição partidária" perde seu significado. Um exemplo deste ponto aludido são as formas de organização das eleições internas nos partidos permanecem as mesmas.

Tal como ocorrem com os partidos de âmbito nacional, os partidos que crescem em polos de governação, diferem dos partidos nacionais, principalmente nas suas formas de actuação e nas suas unidades partidárias locais (COTTER Et all., 1989). Uma das diferenças entre os partidos Frelimo, Renamo e o MDM, é o fato do partido MDM, surgir numa dimensão local e Municipal, e mais tarde pretender se alastrar para pais todo, enquanto os dois partidos principais, primeiro de tudo são nacionais e em termos de atuação, tem a pretensão de controlar zonas específicas.

Os partidos nacionais, a Frelimo, Renamo são mais burocraticamente estruturados com equipa profissional e oficiais mais experientes e o presidente do partido com dedicação contínua sobre os dizeres e andamento da vida política, social e económica do partido. A sua forma de actuação é fazer a política em tempos de pré política (intervalos e anos não eleitorais). Enquanto locais ou municipais, são menos burocráticos e mais interpessoais, como exemplo do Amusi, Partido trabalhista e outros. Partidos locais usar sua natureza mais pessoal para realizar actividades de campanha mais direitas, como os esforços de recenseamento eleitoral e envolvimento directo nas campanhas dos seus candidatos.

Apesar de que o artigo 75 (1) da Constituição da República (CRM) de 2004, estabelecer que, “no profundo respeito pela unidade e pelos valores democráticos, os partidos políticos são vinculados aos princípios consagrados na lei específica e determina que na sua formação e na realização dos seus objetivos, os partidos políticos devem, nomeadamente: (i) ter âmbito nacional; (ii) defender os interesses nacionais; (iii) contribuir para a formação da opinião pública.

A ideia da solicitação para serem do âmbito nacional, esta intrinsecamente ligado ao princípio de que, a sua forma de atuação e a defesa dos problemas concretos, devem dar enfase a dimensão nacional. Isto evita o surgimento de tendências separatistas e localistas.

Mas, os outros partidos políticos em Moçambique, principalmente os pequenos e com uma dimensão estrutural mais local e regional, operam com um nível de envolvimento político mais pessoal e comunitário. A preocupação destes partidos (Pahumo, PIMO, Nova Democracia, Partido Ecologista de Moçambique, Frente Liberal e outros), eles respondem mais às necessidades e desejos locais e, portanto, quanto mais local for o partido, maior credibilidade ela geralmente desfruta do eleitorado, porém, dificilmente terá possibilidade para transformar-se num partido Nacional.

Da mesma forma, o certo é que, os partidos locais, como sugerido acima, quanto aos objectivos, procuram responder mais à pressão dos grupos constituintes locais que não se alinham aos desejos dos interesses nacionais. Com isso, procuram mobilizar interesses locais em questões específicas.

Como observa Chiocchetti (2016), a força partidária pode ser concebido como a capacidade que os partidos tem de adquirir os recursos do poder político, entendidos como activos necessários que o partido garanta a sua existência e aumente a sua influência no sistema político e na sociedade. Portanto, as questões de motivos de orientação ideológica e composição sociológica deixam de ter importância para se considerar como variáveis explicativas da força dos partidos.

Algumas pesquisas como de Bolognesi, Costa e Codato (2015), Kerbauy (2005) utilizaram as seguintes variáveis para medir a força organizacional dos partidos políticos que compreendem várias dimensões. Especificamente Bolognesi, Cota e Codato, sugerem duas dimensões. Uma delas refere-se à infra-estrutura, isto é, o núcleo duro do partido. Ela envolve: (i) proporção de lideranças, (ii) proporção de filiados, (iii) complexidade organizacional e (iv) cobertura territorial. A segunda dimensão refere-se ao soft frame que o partido dispõe: (v) idade do partido e (vi) proporção de votos de eleição em eleição.

#### **4.4.1. Alguns Aspectos Ideológico dos Partidos**

O partido Frelimo não tem uma declaração clara em termos de ideologia política, porém, entre 1975-1986, se assumia da esquerda, leninista da vanguarda, e desde 1986 a 2019, é compreendido como partido do centro. As principais teses que podem ser avançadas, das várias, é o fato de ter se aliado desde 1986, com as instituições da Bretton World. O partido Renamo, desde o seu surgimento, sempre se colocou a disposição em combater o marxismo-leninismo da Frelimo, por assim dizer, sob entende se como partido da Direita.

Um dos exemplos comprovativos desta tese é o princípio de que, desde a sua fundação, uma das exigências diante do Governo no Socialista da Frelimo, era a implementação das liberdades e deveres dos cidadãos; direito de eleger e ser eleito; direito de formação de organizações políticas. A estes elementos declarados, e que estão patente no Estatuto do partido Renamo, entendemos que é um partido que se aproxima a escala da direita.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Não foi nossa intenção discutir o aspecto ideológico dos partidos políticos, mas apresentar os pontos de divergência que em termos concretos, podem melhor identificar os partidos na escala, Direta, Centro e Esquerda.

## V.

### 5. CONCLUSÃO

Os argumentos desenvolvidos ao longo da tese procuraram certificar a ideia de que os partidos políticos em muitos espaços democráticos, desempenham um papel chave, para estruturar não somente as preferências eleitorais, mas todo um sistema político. Em concreto, para que uma democracia tenham um desenvolvimento desejável, é importante que haja uma conexão entre, os partidos políticos, os eleitores e o os programas de desenvolvimento socioeconómico, pois estes últimos, são per si, o oxigénio para que os eleitores se sintam parte integrante de uma sociedade política democrática.

Quanto aos teóricos, entendem que a democracia se efetiva, se ela realizar as principais constatações da sociedade, dos quais, a solução dos problemas mais relevantes das comunidades, por meio de políticas públicas elaboradas pelo partido no executivo.

Disto, a tese que foi desenvolvida teve como objectivo centrar é investigar numa abordagem histórico-institucional e longitudinal, o papel dos partidos políticos na estruturação do voto, dentro de democracia em Moçambique, entre 1994-2014. Como forma de lidar com este problema correlacionamos a um conjunto adicional de objectivos, para melhor descrever o contexto social, político e institucional de Moçambique, entre 1975 a 2014, identificando os elementos explicativos da estrutura do voto nas zonas de domínio e controle da Renamo e Frelimo antes e após a formalização da democracia multipartidária e evidenciar as dinâmicas das preferências eleitorais, por meio da volatilidade, abstenção eleitoral.

Tendo como base a questão central: se os partidos políticos vêm conseguindo estruturar as preferências dos eleitores? E Como se dá a competição e a participação



política no contexto moçambicano? A tese foi desenvolvida considerando algumas variáveis analíticas, das quais: clivagens sociais, institucionalização dos principais partidos; participação eleitoral; condições socioeconómicas (educação, saúde, IDH).

Como destacamos, os partidos políticos no contexto de Moçambique, tem intensificado as suas actividades fundamentalmente nas vésperas das eleições (sejam elas municipais e ou gerais: legislativas ou executivas), independentemente de as eleições. Em geral, os partidos históricos (Frelimo e Renamo), tem dominado a estrutura da competição mas sem alternância no poder. Ao mesmo tempo que os novos partidos tem conseguido alcançar alguns postos dentro do parlamento e gestão de municípios nalgumas províncias do país, como é o caso da Coligação União Democrática em 1994, o Partido Movimento Democrático de Moçambique, consegue assentos parlamentares em 2009, 2014, e governa alguns municípios (Beira) desde 2003 e Nampula (2013).

Ora, a legitimidade dos processos eleitorais, o reconhecimento dos resultados, bem como o desenvolvimento de valores democráticos como liberdade políticas, eleições livres, justas e transparentes, livre acesso aos meios políticos de comunicação social, estão longe de serem institucionalizados em Moçambique.

Apartir dai, a modelagem de Dahl, definimos Moçambique como uma sociedade em que, algumas condições para efetivar se a poliarquia, se encontram longe de se efectivar, excepto a igualdade de voto e a participação efetiva. Decerto que, por um lado, a partir do momento em que o partido Frelimo tem dominado a cena política, o partido Frelimo tem tornado o voto dos eleitores inúteis, em termos de influência da vitória eleitoral dos outros partidos, aos olhos das populações. Com um organismo de gestão eleitoral problemático desde a sua fundação, sem legitimidade por parte dos principais autores políticos, ocorrem discursos constantes de ocorrências de eleições fraudulentas, que tem aumentado a desconfiança interpartidária intra-extra parlamentar.

Por outro lado, isso é determinado pelo constante enfraquecimento da Renamo enquanto partido político, que tem a intenção de governar o país ou ser eleito para alguns cargos. Isto foi visível em 2004, 2009, quando o número dos assentos parlamentares foi de 160/90 e 191/51 para a Frelimo e a Renamo respectivamente. Por último, as dificuldades eleitorais originaram também um fracasso da Renamo enquanto partido político. Em várias ocasiões, a Renamo continuou com atitudes de partido/guerrilha, que recorreu à violência e não a política para pressionar o governo da Frelimo, a um conjunto de cedências que são mais em benefício próprio do que dos eleitores.

É neste contexto que o voto é visto com algum tipo de descredito e com desconfiança, pois desde os anos 1990, o voto sempre teve um cunho da geografia eleitoral, onde algumas zonas de dominância da Renamo e da Frelimo, em tempo de guerra civil, continuaram as mesmas no período após a transição para a democracia. Isto é, existe uma polarização do país que tem um cunho da clivagem guerra.

Em 1999, a Renamo, ganhou em 6 províncias (Zambézia, Nampula, Sofala, Tete, Niassa e Manica) e a Frelimo em 4 províncias (Cabo Delgado, Gaza, Inhambane e Maputo), contudo, a soma dos votos ao nível nacional, e principalmente pelo uso do método First-past-the-Post-voting (Majoritário de duas voltas para Presidente (Não há segunda volta caso um candidato receba 50% + 1 voto), o resultado final, mostrou se favorável em termos de maior número de assentos no parlamento e a eleição do presidente da República. Neste tipo de sistema eleitoral, o candidato vencedor das eleições presidenciais forma um governo e governa o país sozinho. Isto é, desde as eleições fundadoras de 1994, os candidatos da Frelimo saem vitoriosos nas presidenciais e forma um governo estruturado pelo partido Frelimo. Em tese, o partido Frelimo, domina o poder executivo por via eleitoral, e criou uma ligação sine qua non o poder judiciário.

Um outro aspecto relevante na discussão sobre a estrutura das preferências eleitorais em Moçambique é o determinante socioeconómico. Com isso, a tese não

esta concluindo per si que as eleições são determinadas apenas por condições socioeconómicas. Mas, o comportamento da votação pode ser atribuído a vários outros fatores bem conhecidos, como status socioeconómico, grupo étnico, e as dinâmicas de centro e periferia. Ora, em Moçambique, o status socioeconómico e o status étnico parecem influenciar muito mais a orientação política do que outros fatores.

A análise que fazemos, ilustram que em Moçambique, o processo democrático segue uma logica da votocracia. Isto é uma dinâmica societal, em que os cidadãos e em particular os eleitores, sentem se incluídos e valorizados nos processos de tomada de decisão e escolhas públicas, apenas em períodos eleitorais. Visto que, após as eleições, os cidadãos quase nunca são chamados para tomada de decisão sobre as questões mais relevantes na sociedade.

Ademais, o processo de organização das eleições é problemático, e muita das vezes, nunca teve um consenso. Dos pontos mais críticos do processo de organização das eleições, destaca-se: a composição do órgão de gestão eleitoral. Que para a Renamo deve ser com número igual de representantes e ou paridade. Mas para a Frelimo, a composição deve seguir a lógica partidária, em que o partido com maiores assentos representativos no parlamento deve ser proporcional a composição dos membros dos órgãos de gestão eleitoral. Outro aspecto problemático e que determina a estrutura da competição política, é organização e processos eleitorais, é o controlo e a nomeação de quem preside este órgão de gestão eleitoral. Por muitas vezes, este órgão foi considerado o orquestrador das fraudes eleitorais e de tomar varias decisões que não são favoráveis aos partidos da oposição, como ficou evidente em vários pontos apresentados nesta tese.

Ao analisarmos o princípio da alternância, como corolário de uma democracia em desenvolvimento, notou-se que Moçambique, nunca vivenciou uma alternância política de fato, oque em parte determina a menor participação eleitoral. Ou seja, quanto menor for a possibilidade de alternância no poder e nos órgãos governamentais, maior é a fragilidade dos órgãos executivos, em termos de

responsividade diante do eleitor e fraca provisão de serviços públicos por via de políticas publicas. Dos casos restritos, notabilizou se alternância no poder nas eleições municipais em 2003, nos distritos de Beira, isto na provincia de Sofala, onde a Renamo é dominante desde a guerra civil; Os distritos de Quelimane (2013) e alguns distritos que a Renamo governou desde as 2<sup>as</sup> eleições municipais de 2003.

É que, todavia, apesar de ser notório a alternância sazonal em alguns municípios, a Frelimo continuou a dominar o campo político e eleitoral, ao mesmo tempo que não manteve a estrutura das preferências eleitorais, visto que, o nível de abstenção eleitoral foi aumentando de eleição para eleição, e com números mais baixos em todas eleições municipais.

Com as evidências demonstradas ao longo desta tese, é possível ilustrar que, em Moçambique, a defeituosa estrutura das preferências eleitorais, é resultante da fraca conexão entre os dois principais partidos políticos e os eleitores, principalmente por não prover serviços públicos suficientes que poderiam engajar os cidadãos a se conectarem com as instituições políticas do Estado. Em várias zonas e comunidades, os serviços do Estado são inexistentes, oque leva aos cidadãos a se isole cada vez mais do sistema democrático formal, instituído desde a constituição de 1990.

Observamos com os dados que, em algumas zonas de dominância da Renamo e da Frelimo, quanto pior forem as suas condições socioeconómicas, maior foi a tendência do crescimento da abstenção eleitoral e menor a participação política como um todo. Porém, há três factores que elencamos que devem ser considerados e que enfraquecem continuamente os laços partidários dos eleitores, dos quais: a deslegitimidade dos processos políticos e eleitorais, por meio do desinteresse político, e a ausência de alternância no poder desde 1994, cria um efeito psicológico da competição eleitoral e a contínua exclusão em processos de tomada de decisão do Estado que se consubstancia com a organização estrutural na governação, oque leva muitos dos eleitores a ideia de que o voto e a participação política não têm nenhum efeito.

Com efeito, se nos concentrarmos nas principais condições sobre as quais, a nossa tese foi desenvolvida, podemos em guisa de conclusão dizer que, os partidos políticos em Moçambique não conseguem estruturar as preferências dos eleitores, porque em sua forma de organização e manifestação excluem o papel dos habitantes na mobilização contínua, com vista ao partidarismo, que as doutrinas oficiais e as decisões sejam coletivas e que representem de fato os interesses do povo, que se organize uma estrutura social típica e inclusiva, em que todos sentem se parte do projeto de construção da nação, e que as elites políticas nacionais devem competir per si, tomando como ponto de partida as populações e os principais interesses de cada região de Moçambique, o funcionamento das instituições do governo deve seguir um lógica estrutural que respeite os regimentos e a inclusão dos corpus da governação que vão permitir a partilha e difusão de informação em relação a política.

Em muitos casos em Moçambique, os ciclos eleitorais foram pontuados pela adoção de novas constituições e ou novas regras de gestão dos processos eleitorais, o que levaram ao aumento ou diminuição na participação eleitoral, justificadas pelo crescimento do nível de escolaridade e mudança das condições estruturantes da sociedade.

Em Moçambique, no momento em que os níveis de escolaridade foram aumentando, os índices de abstenção tiveram um revés (oscilação)<sup>79</sup>. Isto é, na medida em que as eleições iam se realizando de 5 em 5 anos (1994 a 2019), o governo foi investindo em serviços públicos de educação, porém, no sentido inverso, os níveis de não participação continuaram crescendo.

A este tipo de questões, podemos apelidar de formas de descontinuidade institucional, que foram alterando o equilíbrio competitivo e incisivamente modificaram

---

<sup>79</sup> Os dados da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique (CNE) evidenciam que a abstenção eleitoral foi de 13% 1994; 30% 1999; 63% em 2004; 56% 2009; 52% em 2014.

as lealdades políticas em varias zonas de domínio da oposição, com é o caso da Zambezia e Nampula. Nestes termos nossa compreensão nesta tese lustramos também que a volatilidade eleitoral entre 1994-1999 e 2004 a 2009 aumenta como consequência das mudanças significativas nas regras institucionais que governam a concorrência partidária.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, John. (1985). *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago, The University of Chicago Press, (cap. 1 pg. 3-27).

AMARAL, Oswaldo (2013). *O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura*.

ANGLIN, Douglas G. (1985). *SADCC after Nkomati*. *African Affairs*, v. 84, n. 335, p. 163-181.

ARCENEUX, Kevin. *Direct democracy and the link between public opinion and state abortion policy*. *State Politics & Policy Quarterly*, v. 2, n. 4, p. 372-387, 2002.

BAKER, B. (1998). "The Class of 1990: how have the autocratic leaders of sub-Saharan Africa fared under democratisation?", *Third World Quarterly*, 19(1), 115–127.

Banco Mundial (1995). *Staff Appraisal Report-Mozambique – Heatler recovery program*. Report 14373-Moz, Washington, DC, 7 November.

BLYTH, Mark; KATZ, Richard (2005). *From catch-all politics to cartelisation: The political economy of the cartel party*. *West European Politics*, v. 28, n. 1, p. 33-60.

BOBBIO, Norberto (2003). *Democracia representativa e democracia direta*. \_\_\_\_\_. *O futuro da democracia*, v. 6, p. 83-106.

BOGAARDS, M. (2004). *Counting parties and identifying dominant party systems in Africa*. *European Journal of Political Research*, 43(2), pp. 173–197.

BOLOGNESI, B., COSTA, L. D., & CODATO, A. (2019). *El PT de Brasil: un partido de trabajadores sin trabajadores*. *América Latina, Hoy*, 82, 101-128.

BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd (2000). *Demanding choices: Opinion, voting, and direct democracy*. University of Michigan Press.

BRAATHEN, E. e JØRGENSEN, B. V., (1998). *Democracy without People? Local government reform and 1998 Municipal elections in Mozambique*. *Lusotopie*, pp. 31-38.

BRAGA, Maria S. (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo: Humanitas, Fapesp.

BRAGA, Maria S. (2010). Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partido e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 43-72.

BRAGANÇA, Aquino de e WALLERSTEIN, Immanuel (1978). Quem é o inimigo, p. 33-40.

BRATTON, K. A., (1994). Retrospective Voting and Future Expectations The Case of the Budget Deficit in the 1988 Election. *American Politics Research*, 22(3), pp. 277-296.

BRATTON, M. (1998). Second elections in Africa. *Journal of Democracy*, 9, pp. 51–66.

BRATTON, M. e Kimenyi, M.S., (2008). Voting in Kenya: Putting ethnicity in perspective. *Journal of Eastern African Studies*, 2(2), pp.272-289.

BRATTON, M., e KIMENYI, M. S. (2008). “Voting in Kenya: putting ethnicity in BUDGE, Ian. The new challenge of direct democracy. *Electoral Studies*, v. 16, n. 2, p. 267-267, 1997.

BRITO, L. D., Pereira, J., Rosário, D. and Manuel, S., (2005). Formação do Voto e Comportamento Eleitoral dos Moçambicanos em 2004. Maputo: EISA

BRITO, Luis de (2007). A Democracia a Prova das Urnas: Elementos para um Programa de Pesquisa a Abstenção Eleitoral em Moçambique Comunicação apresentada na I Conferência Internacional do IESE, Maputo.

BRITO, Luís de (2016). 2014 – Um Inquérito sobre a Abstenção em Moçambique. *Relatório de Investigação n. 05*. IESE, Maputo.

BRITO, Luis de, (2008). Uma nota sobre voto, abstenção e fraude em Moçambique. In IESE Discussion Paper (4)

BUUR, L. e KYED, H. M. (2005) State recognition of traditional authority in Mozambique: the nexus of community representation and state assistance. Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.

CANTILLON, Estelle (2001), Electoral Rules and the Emergence of New Issue Dimensions. CEPR Discussion Paper No. 2769.

CARBONE, G. M., (2003). Emerging pluralist politics in Mozambique: the FRELIMO-RENAMO party system. Working Paper no.23. Crisis States Programme, Development Research Centre, LSE.



CARBONE, G. M., (2005). Continuidade na renovação? Ten years of multiparty politics in Mozambique: roots, evolution and stabilisation of the Frelimo–Renamo party system. *The Journal of Modern African Studies*, 43 (03), pp. 417-442.

CARRILHO, N., (1996). The electoral legislation in Mozambique and the political and social achievement. In Mazula, B., ed., *Mozambique: Elections, Democracy and Development*. Maputo: Mazula.

CAU, Hilário Simões (2011). *A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil*.

CHAMBERS, W (1963). *Parties in a New Nation*. New York: Oxford University Press. 80-2.

CHANDRA, Kanchan e BOULET, Cilanne (2003). A model of change in an ethnic demography. Unpublished paper, MIT.

CHARLOT, Jean (1989). Political parties: towards a new theoretical synthesis. *Political Studies*, v. 37, n. 3, p. 352-361.

CHICHAVA, Sérgio. I., (2007). *Le «vieu Mozambique»: étude sur l'identité politique de la Zambézie*(Doctoral dissertation), Université Montesquieu – Bordeaux iv / Institut d'études politiques de Bordeaux. Chichava, S., 2008. Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. IESE Discussion Papers No. 1.

CHICHAVA, Sérgio (2008) Por uma leitura sócio histórica da etnicidade em Moçambique. Paper nº 01/2008, IESE.

CONROY-KRUTZ, J, e LEWIS, D. (2011). “Mapping Ideologies in African Landscapes”. *Afrobarometer Working Papers* no 129.

COSTA, Daniel (2003). Sistema eleitoral cabo-verdiano (1991-2001) – Com um olhar sobre o mundo. *Direito e Cidadania*, 16/17, 253-300.

COWEN, M. and Laakso, L., (1997). An overview of election studies in Africa. *The Journal of Modern African Studies*, 35 (04), pp. 717-744.

CRONIN, Thomas (1999). *Direct democracy: The politics of initiative, referendum, and recall*. iUniverse.

CRUZ E SILVA, Tereza (1999). A missão suíça em Moçambique e a formação da juventude: a experiência de Eduardo Mondlane (1930-1961). *Estudos moçambicanos*, n. 16, p. 67 104.

CRUZ, Teresa et al (2001). *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: O caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Promédia.

DALTON, R. J., (2007). Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate. *Electoral Studies*, 26(2), 274-286.

DALTON, Russell J.; BURKLIN, Wilhelm P.; DRUMMOND, Andrew (2001). Public opinion and direct democracy. *Journal of Democracy*, v. 12, n. 4, p. 141-153.

DALTON, Russell J.; MCALLISTER, Ian (2007). Political Parties and Political Development A New Perspective. *Party politics*, v. 13, n. 2, p. 139-140.

DARCH, Colin; HEDGES, David (1998). Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal': as raízes do exclusivismo e vanguardismo político em Moçambique, 1969-1977. *Territórios da língua portuguesa. Culturas, sociedades, políticas*. Rio de Janeiro: UFRJ-IFICS, p. 135-149.

DAWN, Oliver e DEREK, Heater (1994). *The Foundations of Citizenship, and decline in Ghana*. Trenton, NJ, Africa World Press.

DE GRAAF, N. D., Heath, A. e Need, A., (2001). Declining cleavages and political choices: the interplay of social and political factors in the Netherlands. *Electoral Studies*, 20(1), pp. 1-15.

DELLA PORTA, Donatella (2013). *Can Democracy be Saved?* Cambridge: Polity.

DNEAP-MPD (2010). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: terceira avaliação nacional*. Maputo: Ministério de Planificação e Desenvolvimento.

DONOVAN, Todd; BOWLER, Shaun (1998). Direct democracy and minority rights: an extension. *American Journal of Political Science*, p. 1020-1024.

DONOVAN, Todd; KARP, Jeffrey A (2006). Popular support for direct democracy. *Party politics*, v. 12, n. 5, p. 671-688.

DUVERGER, Maurice (1985). *Os grandes sistemas políticos: instituições políticas e Direito Constitucional*.

DUVERGER, Maurice (2002). *Los partidos políticos*. FCE de España.

EIFERT, B., MIGUEL, E., e POSNER, D. N. (2010). "Political Competition and Ethnic.

EPSTEIN, Leon (1980). *Political parties in Western democracies*. Transaction Publishers.

ERASMUS, Gerhard (1984). *The Accord of Nkomati: context and content*. South African Institute of International Affairs (SAIIA).

ERDMANN, G., (2007b). Ethnicity, voter alignment and political party affiliation-an African case: Zambia. GIGA Working Paper, No. 45.

ERDMANN, G., (2007a). The cleavage model, ethnicity and voter alignment in Africa: Conceptual and methodological problems revisited. GIGA Working Paper, No. 63.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo (2002). Path dependency e os estudos históricos comparados. BIB, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 79-102.

FERREE, K., e HOROWITZ, J. (2007). "Identity Voting and the Regional Census in FLANAGAN, Scott C.; LEE, Aie-Rie. The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies. Comparative Political Studies, v. 36, n. 3, p. 235-270, 2003.

FRIMPONG-ANSAH, J. H. (1992). The vampire state in Africa: The political economy of FRY, Peter (2003). Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. Afro-Ásia, n. 30.

GELLNER, Ernest (2004). Nations and Nationalism. Oxford, Blackwell Publishing.

GENRO, Tarso (1997). Combinar democracia direta e democracia representativa. Desafios do Governo Local. O modo petista de governar. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 14-31.

GREENE, S., (2004). Social Identity Theory and Party Identification. Social Science Quarterly, 85(1), pp. 136-153.

GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan, Ed. (2002). Political parties: Old concepts and new challenges. OUP Oxford.

GYIMAH-BOADI, Emmanuel, Ed. (2004). Democratic reform in Africa: The quality of progress. Lynne Rienner Publishers.

HALL, Margaret (1991). The Mozambique National Resistance and the Reestablishment of Peace in Mozambique. Research Institute for the Study of Conflict and Terrorism, London.

HANLON, J. and Fox, S., (2006). Identifying fraud in democratic elections: a case study of the 2004 presidential elections in Mozambique. Crisis States Research Centre Working Paper (Series 2) No. 8.

HANLON, J., (2009). Post-Election Review of the Mozambique General Elections of 2009.

HANLON, J. (1997). Paz sem benefício . Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane.

HANLON, J. (2004). Vitória retumbante manchada por má conduta. Boletim sobre o processo político em Moçambique , 31, 1-4.

HARRISON, Graham (1999). Mozambique between two elections: a political economy of transition. Democratization, v. 6, n. 4, p. 166-180.

HENDERSON, Hazel (1996). Construindo um mundo onde todos ganhem. Editora Cultrix.

HERBST, J. (2001). Political liberalization in Africa after ten years. Comparative Identification in Africa” American Journal of Political Science, 54(2), pp. 494-

HOROWITZ, D. L. (2005). Ethnic Groups in Conflict, London, University of California  
[http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=153&Itemid=39](http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=153&Itemid=39).

INE (Instituto Nacional de Estatística). Censo populacional de 2017. Maputo.

INGLEHART, Ronald (1977). The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics. Princenton, Princenton University Press.

ISAACMAN, A (1985). After the Nkomati Accord. Africa Report, v. 30, n. 1, p. 10. Journal of Modern African Studies, 18(4), pp. 657–673.

ISAACMAN, A e ISAACMAN, B (1983). Mozambique: from colonialism to revolution, 1900-1982, Boulder: Westview Press, 53.

JOSÉ, A. C. (2006). Autoridades Ardilosas e Democracia em Moçambique. O cabo dos trabalhos , 1, 1-35.

JUSSI. Westinen (2015). Cleavages in contemporary Finland : a study on party-voter ties / Jussi Westinen. - Åbo: Åbo Akademi University Press. Diss.: Åbo Akademi University. ISBN 978-951-765-800-3

KATZ, Richard S.; CROTTY, William J. Ed. (2006). Handbook of party politics. Sage.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (1995). Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. Party politics, v. 1, n. 1, p. 5-28.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (1996). Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder. Party Politics, v. 2, n. 4, p. 525-534.

KERBAUY, M. T. M. (2005). As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, 11(2), 337-365.

KERN, A., MARIEN, S., e HOOGHE, M. (2015). Economic crisis and levels of political participation in Europe (2002–2010): The role of resources and grievances. *West European Politics*, 38(3), 465-490

KINZO, Maria D'Alva (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de ciências sociais*, v. 19, n. 54, p. 23-40.

KIRCHHEIMER, Otto (1990). The catch-all party. *The West European Party System*, p. 50-60.

KNUTSEN, Oddbjorn (1989). Cleavage Dimensions in Ten West European Countries. A Comparative Empirical Analysis, *Comparative Political Studies* 21/, p. 495-534.

KNUTSEN, Oddbjorn e SCARBROUGH Elinor (1995). «Cleavage Politics» in VAN DETH, Jan W. and SCARBROUGH, Elinor (eds.): *The Impact of Values*. Oxford, Oxford University Press.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina (2005). Party systems and democratic consolidation in Africa's electoral regimes. *Party Politics*, v. 11, n. 4, p. 423-446.

LE VINE, V. T. (1980). *African Patrimonial Regimes in Comparative Perspective*.

LEDUC, Lawrence (2003). *The politics of direct democracy: Referendums in global perspective*. Broadview Press.

LEMARCHAND, R. (1972). "Political Clientelism and Ethnicity in Tropical Africa: Competing solidarities in nation-building." *The American Political Science*

LEMON, Anthony (2007) *Perspectives on democratic consolidation in Southern Africa: The five general elections of 2004*. *Political Geography*, v. 26, n. 7, p. 824-850.

LEVY, Gilat (2004). A model of political parties. *Journal of Economic theory*, v. 115, n. 2, p. 250-277.

LINDBERG, S. I. e MORRISON, M. K., (2005). Exploring voter alignments in Africa: core and swing voters in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, 43 (04), pp. 565-586.

LINDBERG, S. I. e MORRISON, M. K., (2008). Are African voters really ethnic or clientelistic? Survey evidence from Ghana. *Political Science Quarterly*, 123 (1), pp. 95-122.

LUPIA, Arthur; MATSUSAKA, John G (2004). Direct democracy: new approaches to old questions. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 7, p. 463-482.

LYONS, Terrence (2002). Postconflict elections: War termination, democratization, and demilitarizing politics.

MACAMO, Elísio; NEUBERT, Dieter (2017). The politics of negative peace: Mozambique in the Aftermath of the Rome Cease-fire Agreement. *Portuguese Literary and Cultural Studies*, p. 23-47.

MACHEL, Samora (1975). O processo da revolução democrática popular em Moçambique. In Slemes, HEDGES, David et al. *História de Moçambique*. vol. 2. Maputo: Livraria Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

MACUANE, José Jaime (2000). Instituições E democratização no contexto africano multipartidarismo e organização legislativa em moçambique (1994-1999). Unpublished PhD.

MAIR, Peter (1987). *The Changing Irish Party System: organisation, ideology and electoral competition*. Burns & Oates.

MAIR, Peter (1989). The Problem of Party System Change, *Journal of Theoretical Politics*. p. 251-276.

MAIR, Peter. Ed (1990). *The West European Party System* (Oxford: Oxford University Press), pp. 91-111.

MANGHEZI, Nadja (1999). Eduardo Mondlane nos Estados Unidos da América (1951-1961). *Estudos Moçambicanos*, v. 17.

MANGHEZI, Nadja (2007). *Amizade traída e recuperada: o ANC em Moçambique (1976-1990)*. Nordiska Afrikainstitutet; PROMÉDIA.

MANIN, Bernard (1997). *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press.

MANIN, Bernard., PRZEWORSKI, Adam., e STOKES, Susan (1999). Introduction to Democracy, Accountability, and Representation, ed. Adam Przeworski, Susan C. Stokes, and Bernard Manin, 1–26. Cambridge: Cambridge University Press.

MANNING, C., (2001). Competition and accommodation in post-conflict democracy: the case of Mozambique. *Democratization*, 8 (2), pp. 140-168.

MANNING, Carrie (2002). *The politics of peace in Mozambique: post-conflict democratization, 1992-2000*. Greenwood Publishing Group.

MARKUS, G. B., (1992) "The Impacts of Personal and National Economic Conditions on Presidential Voting," *American Journal of Political Science*, 36, 830

MATLOSA, Khabele (2003). Electoral system reform, democracy and stability in the SADC Region: A comparative analysis.

MATSIMBE, Z., (2009). Mozambique. Kadima, D. and Booyesen, S. eds., 2009. Compendium of elections in Southern Africa, 1989-2009: 20 years of multiparty democracy. Electoral Institute of Southern Africa.

MAZULA, B. Dir., (2006) Voto e Urna de Costas Voltadas: abstenção eleitoral - 2004. Maputo: Imprensa Universitária.

MAZULA, B. Ed, (1996). Mozambique, Elections, Democracy and Development. Maputo: Brazão Mazula

MAZULA, Brazão (2004). Mozambique: the challenge of democratization. *Democratic Reform in Africa: The quality of progress*, p. 183-200.

MAZULA, Brazão, Ed. (1995). Mozambique: Eleicoes, Democracia e Desenvolvimento. Maputo: Inter-Africa Group.

MILLER, W. E., (1991). Party identification, realignment, and party voting: back to the basics. *American Political Science Review*, 85(02), pp. 557-568.

MINTER, William (1998). Os contras do apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique. *Arquivo Histórico de Moçambique*.

MONDLANE, Eduardo (1995). Lutar por Moçambique. Centro de Estudos Africanos, 1995.

MONTERO, José Ramón (1997). Secularization and Cleavage Decline: Religiosity, Electoral Behaviour and Generational Change in Spain. Paper presented at the ECPR Joint Session of Workshops, Bern (Switzerland).

MURRAY, richard e VEDLITZ, Arnold (1977). Socioeconomic Status and Voting Participation in Large Southern Cities. Cambridge University Press. *The Journal of Politics*, Vol. 39, No. 4. Nov. <http://www.jstor.org/stable/2129944>

NAMIER, Lewis (1961). *England in the Age of the American Revolution* (London: Macmillan, 1930), quoted from the 2nd edn. 183.

NORRIS, Pippa (2000). Women's representation and electoral systems. *The International Encyclopedia of Elections*, v. 348, p. 51.

NORRIS, Pippa (2004). *Electoral engineering: Voting rules and political behavior*. Cambridge university press.

NORRIS, Pippa (2011). *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa. Ed. (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. OUP Oxford.

NUVUNGA, Adriano (2009) Tendências nas eleições municipais de 1998, 2003 e 2008. in Bernard Weimer (org), *Moçambique: descentralizar o centralismo*, Maputo, 2009 pp 281-299.

OLDFIELD, Adrian (1990). *Citizenship and Community: Civic Republicanism and the Modern World* (Routledge).

OLIVEIRA, Ricardo Soares de (1996) A África desde o fim da Guerra Fria. *Relações Internacionais (R: I)*, n. 24, p. 93-114.

PAVIGNANI, Eurico (1996). *Mozambique health sector profile*. Ministerio da Saude, Maputo.

PAXTON, Pamela; HUGHES, Melanie M.; PAINTER, Matthew A (2010). Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas. *European Journal of Political Research*, v. 49, n. 1, p. 25-52.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares; MENESES, Maria Paula. Domingos Arouca (2013): um percurso de militância nacionalista em Moçambique. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 14, n. 26, p. 86-104.

PEREYRA, Guillermo (2009). El nuevo institucionalismo y la concepción representacionalista de la política. *Perfiles Latinoamericanos*, n. 33, p. 115-138, jan./jun. perspective". *Journal of Eastern African Studies*, 2(2), pp. 272–289. *Politics*, 33, pp. 357–375.

POMPER, Gerald M (1992). *Passions and interests: Political party concepts of American democracy*. Univ Pr of Kansas Press.

PUREZA, José Manuel et al (2007). *As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique*.

RAE, Douglas W.; TAYLOR, Michael (1970). *The analysis of political cleavages*. Yale University Press.



REILLY, Benjamin (2005). Does the choice of electoral system promote democracy? The gap between theory and practice. *Sustainable Peace: Power and Democracy After Civil Wars*, edited by Philip G. Roeder and Donald Rothchild, p. 159-71, *Review*, 66(1), pp. 68–90.

RIBEIRO, Pedro Floriano (2013). El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil. *Revista de ciencia política (Santiago)*, v. 33, n. 3, p. 607-629.

ROSEMA, Martin; DENTERS, B.; AARTS, L (2011). How Democracy Works. In: *How Democracy Works. Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies. Essays in Honour of Jacques Thomassen*. Pallas Publications Amsterdam University Press.

RUSTOW, Dankwart A (1968). Modernization and comparative politics: prospects in research and theory. *Comparative Politics*, v. 1, n. 1, p. 37-51.

SAFRAN, William (2009). The catch-all party revisited: Reflections of a Kirchheimer student. *Party Politics*, v. 15, n. 5, p. 543-554.

SANDES, Zaqueo. (2011). 7 Milhões: Revisão do Debate e Desafios Para a Diversificação da Base Produtiva”. Maputo: IESE. Pp. 1-22.

SCARROW, S.E. (2007). ‘Political Activism and Party Members’, en: R.J. DALTON y H.D. KLINGEMANN (comp.), *The Oxford Handbook of Political Science* (pp. 636-654). Oxford: Oxford University Press.

SCHACHTER, R (1961). Single-Party Systems in West Africa," *American Political Science Review*, 55, 301-

SERRA, Carlos., ed., (1999). Eleitorado Incapturável. Eleições Municipais de 1998 em Manica, Chimoio, Beira, Dondo, Nampula e Angoche. Maputo: Livraria Universitária.

SERRA, Carlos (2000). UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. História de Moçambique.

SHENGA, C., (2008). The Influence of ethnicity on electoral processes in Mozambique. *Opening Societies Through Advocacy*. Open Society Initiative for Southern Africa.

SINNOTT, R., (2003). Electoral participation/abstention: a framework for research and policy-development. Institute for the Study of Social Change and Department of Politics (University College Dublin). Fifth Framework Research Programme.

SITOE, E; MATSIMBE, Z., e PEREIRA, A., (2005). Parties and political development in Mozambique. EISA Research Report No 22.

SOIRI, Lina (1999), Moçambique: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligação entre descentralização e alívio a pobreza, Document de reflexion No. 13, Maastricht: ECDPM.

SOLT, F. (2008). Economic inequality and democratic political engagement. *American Journal of Political Science*, 52(1), 48-60.

STOLL, Heather Marie (2004). Social cleavages, political institutions and party systems: putting preferences back into the fundamental equation of politics. Tese de Doutorado. Stanford University.

STROM, Kaare (1990). A behavioral theory of competitive political parties. *American journal of political science*, p. 565-598.

SUMICH, Jason; CABRAL, Rui (2008). Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. *Análise Social*, p. 319-345.

TAYLOR-ROBINSON, M.M. (2001). Old Parties and New Democracies: Do They Bring Out the Best in One Another? *Party Politics*, 7(5), 581-604.

TERENCIANO, F e SOUZA, C. (2015). Democracia e Democratização na África Austral: Análise do sistema político e eleitoral de Moçambique e Zâmbia. Apresentação no 12 Congresso da Associação Argentina de Análise Política, Cidade de Mendoza, Argentina, entre 12 a 15 de Setembro de 2015.

TERENCIANO, Fidel (2016) *Competição Política e Geográfica Eleitoral em Moçambique (1994-2014)*. 2016a.

TERENCIANO, Fidel; BRAGA, Maria Do Socorro Souza; DA SILVA SOUZA, Carlos Augusto (2017) Partidos e competição eleitoral nas eleições de 2014 em Moçambique. Em Tese, v. 13, n. 2, p. 37-60.

TERENCIANO, Fidel; BRAGA, Maria Do Socorro Souza; DA SILVA SOUZA, Carlos Augusto (2016b). PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO E COMPETIÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA DOS ANOS 1990: OS CASOS DE MOÇAMBIQUE E ZÂMBIA. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 1, n. 2.

THELEN, K. e STEINMO, S. (1992) Historical Institutionalism in Comparative Politics, in: S. Steinmo (eds) *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis* (Cambridge: Cambridge University Press): pp. 1–32

VAN DER VEEN, A. Maurits; LAITIN, David D (2012). Modeling the evolution of ethnic demography. *Constructivist Theories of Ethnic Politics*, p. 277-311.

VARSHNEY, A. (2007). Ethnicity and Ethnic Conflict. in Boix, C. e Stokes, S (Orgs.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics* Oxford, Oxford University Press, pp. 274–295.

VERBA, S., NIE, H., e KIM, J. (1971). *The modes of democratic participation: Across national comparison. Beverly Hills, CA: Sage*

VICTORINO, A. P; SOUZA, C. A. (2016). Pobreza e alienação eleitoral em Moçambique, *Pobreza e alienação eleitoral em Moçambique, Revista Em Tese, V.13, nº 2, p.61-82*

VINES, A., (2013). Renamo's Rise and Decline: The politics of reintegration in Mozambique. *International Peacekeeping, 20(3), pp. 375-393.*

VITALE, Denise (2004). Democracia direta e poder local: a experiência brasileira do orçamento participativo. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed, v. 34, p. 239-254.*

WAGSCHAL, Uwe (1997). Direct democracy and public policymaking. *Journal of Public Policy, v. 17, n. 2, p. 223-245.*

WALLERSTEIN, I., (1967). Class, tribe, and party in West African politics. In Lipset, S. M. and Rokkan, S. eds., 1967. *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives (Vol. 7).* New York: Free press.

WEITZ, Richard (1992). Continuities in Soviet Foreign Policy: the case of Mozambique', in *Comparative Strategy (New York), n, i, January-March, p. 85.*

WIMPY, Cameron (2011). The 2009 presidential and parliamentary elections in Mozambique. *Electoral Studies, v. 30, n. 2, p. 366-368.*

WOLINETZ, Steven B (1991). Party system change: The catch-all thesis revisited. *West European Politics, v. 14, n. 1, p. 113-128.*

WOLINETZ, Steven B (2002). Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. *Political parties: Old concepts and new challenges, p. 136-165.*

WOOD, Geoffrey (1999). Democratization in Mozambique: Trends and practices. *Democratization, v. 6, n. 2, p. 156-170.* ZUCKERMAN, Alan (1975). Political cleavage: A conceptual and theoretical analysis. *British Journal of Political Science, v. 5, n. 2, p. 231-248.*

# Anexos

## Documentos Consultados

Constituição da Republica (2004), Imprensa Nacional de Moçambique, Maputo;

Lei Nr. 8/91 de 18 de Julho, sobre a Liberdade de Associação;

Lei Nr. 9/91 de 18 de Julho, sobre a Liberdade de Reunião e de Manifestação;

Lei Nr. 18/91 de 10 de Agosto, sobre a Liberdade de Comunicação Social;

Lei 7/91 de 23 de Janeiro, sobre a Liberdade de Criação de Partidos Políticos;

Lei 20/2002, de 10 de Outubro, que cria a CNE;

Lei Nr. 7/2013 de 17 de Junho, Lei Eleitoral;

ESTATUTOS do partido Frelimo versão do 11º Congresso;

ESTATUTOS do partido RENAMO (2001), Ministério da Justiça, Maputo.

Acórdão nº 01/CC/2014 de 07 de Janeiro. Comissão Nacional de eleições, 2013, “Aprova o código de conduta dos candidatos, partidos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores concorrentes às Eleições”;

Deliberação n.º 61/CNE/2013, de 11 de Outubro. 17. Conselho Constitucional, 2014a. “Validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas de 20 de Novembro de 2013”;

Acórdão nº 04/CC/2014, de 22 de Janeiro. 18. Conselho Constitucional, 2004b. “Validação e proclamação dos resultados das eleições autárquicas de 19 de Novembro de 2003”, Acórdão nº 16/CC/04, 14 de Janeiro.